



UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

CAIO CÉSAR FERRARI SANTÂNGELO

**SETOR DE SAÚDE PÚBLICA *versus* INDÚSTRIA DO TABACO: CONFRONTO
IDEOLÓGICO ENTRE ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE E *BRITISH
AMERICAN TOBACCO/SOUZA CRUZ***

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

BIGUAÇU – SC
ANO 2010

CAIO CÉSAR FERRARI SANTÂNGELO

**SETOR DE SAÚDE PÚBLICA *versus* INDÚSTRIA DO TABACO: CONFRONTO
IDEOLÓGICO ENTRE ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE E *BRITISH
AMERICAN TOBACCO/SOUZA CRUZ***

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade do Vale do Itajaí, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Dr. Sérgio Luís Boeira

Biguaçu – SC
2010

CAIO CÉSAR FERRARI SANTÂNGELO

**SETOR DE SAÚDE PÚBLICA *versus* INDÚSTRIA DO TABACO: CONFRONTO
IDEOLÓGICO ENTRE ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE E *BRITISH
AMERICAN TOBACCO/SOUZA CRUZ***

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Administração e aprovada pelo Curso de Mestrado Acadêmico em Administração, da Universidade do Vale do Itajaí, em Biguaçu.

Área de concentração: Organizações e Sociedade

Biguaçu, 29 de junho de 2010.

Prof. Dr. Carlos Ricardo Rossetto
Coordenador do Programa

Prof. Dr. Sérgio Luís Boeira
UNIVALI - Orientador

Prof^a. Dr^a. Elaine Ferreira
UNIVALI - Avaliadora

Prof. Dr. Flávio Ramos
UNIVALI – Avaliador

Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira
UNISC - Avaliador

DEDICATÓRIA

À minha amada mãe, por seu amor incondicional, que sempre me incentivou e motivou a superar as adversidades do dia-a-dia e que é um exemplo de mulher;

Ao meu amado pai, uma referência de homem honesto, ético, amigo, que tudo de melhor fez por mim, e que conseguiu por esforço próprio largar o vício do cigarro, após ter fumado por mais de 45 anos.

AGRADECIMENTOS

Referenciar e manifestar o reconhecimento a todas as pessoas e instituições que direta e indiretamente cederam suas contribuições para o desenvolvimento desta dissertação são fundamentais:

- Primeiramente aos meus pais pelo incentivo, paciência e tolerância, pois todo esforço despendido neste trabalho foi inspirado e fomentado pensando neles.
- Ao estimado Prof. Dr. Sérgio Luís Boeira pelo carinho, incentivo, paciência, competência, determinação e amizade em todos os momentos.
- Ao corpo docente do Curso de Mestrado em Administração da Univali que foram fundamentais na minha formação e ao Professor Coordenador do Programa, Dr. Carlos Ricardo Rossetto, pelo excelente trabalho realizado.
- À Univali CECIESA - Gestão pelo apoio, incentivo e oportunidades que tem me proporcionado no Campus de Itajaí.
- À diretoria da ACTbr Paula Johns, pela oportunidade de conhecer melhor a entidade.
- À banca avaliadora pelas sugestões, correções, críticas e contribuições que agregaram valor ao estudo.
- Aos demais amigos e parentes que entenderam os motivos de meu afastamento momentâneo para poder focar este estudo.

[...] compreender não só aos outros como a si mesmo, a necessidade de se auto-examinar, de analisar a autojustificação, pois o mundo está cada vez mais devastado pela incompreensão, que é o câncer do relacionamento entre seres humanos. (Edgar Morin).

Nem todos os elementos essenciais na condição humana podem ser quantificados. (Edgar Morin).

RESUMO

Esta dissertação parte de um estudo que teve como objetivo compreender as manifestações, no Brasil, do confronto ideológico entre o setor de saúde pública e a indústria de tabaco. O primeiro é aqui representado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e aliados governamentais, como a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), o Ministério da Saúde e o Instituto Nacional de Combate ao Câncer (INCA). O segundo é aqui representado pela British American Tobacco (BAT), controladora acionária da empresa Souza Cruz e seu aliados, o Sindicato da Indústria de Tabaco (SINDITABACO) e a Associação Brasileira da Indústria do Fumo (ABIFUMO). O referido confronto ideológico é relativo à produção e ao consumo de tabaco, especialmente após a entrada em vigência da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT), em 2005. Os objetivos específicos foram os seguintes: a) descrever os posicionamentos ideológicos do setor da saúde quanto às justificativas para a definição e aprovação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco; b) descrever os posicionamentos ideológicos da indústria do tabaco em relação à CQCT em sua história recente (1999 – 2009). O referencial teórico-epistemológico teve como base o pensamento complexo ou paradigma da complexidade na perspectiva de Edgar Morin. O *design* deste estudo foi qualitativo, e a pesquisa foi realizada com dados secundários, por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Para a interpretação da ideologia ou manifestações ideológicas utilizou-se principalmente (mas não exclusivamente) as contribuições de Edgar Morin e de John B. Thompson, consideradas complementares entre si nesse estudo. As modalidades de ideologia de Thompson mais utilizadas no estudo foram legitimação e dissimulação. O estudo evidenciou algumas formas de manifestação de confronto ideológico entre os setores – presentes em discursos, estratégias e ações específicas. A pesquisa procurou contribuir com os estudos organizacionais e interorganizacionais (ou intersetoriais) por meio de uma compreensão crítica das limitações ideológicas e paradigmáticas tanto da indústria de tabaco quanto do setor de saúde pública.

Palavras-chave: Ideologia; Saúde Pública; Indústria de Tabaco; Paradigmas.

ABSTRACT

This dissertation is part of a study that aims to understand the manifestations of ideological disagreement between the public health sector, which is represented by the World Health Organization (WHO) and by government allies (Pan American Health Organization - PAHO, Ministry of Health, and the Brazilian National Cancer Institute - INCA), and the tobacco industry, represented by British American Tobacco - BAT/Souza Cruz and its allies (Sinditabaco and Abifumo), in the Brazilian context. These manifestations relate to issues concerning production and consumption of tobacco, particularly after the Framework Convention on Tobacco Control - FCTC (2005). The specific objectives of the study are the following: a) to describe the ideological stances of the health sector towards the justification and approval of the Framework Convention on Tobacco Control; b) to describe the ideological stances of the tobacco industry towards the CQCT in its recent history (1999 – 2009). The theoretical and epistemological reference is based on the complex thought or paradigm of complexity of Edgar Morin. The study design is of a qualitative nature, and research was carried out using secondary data gathered by means of bibliographical and documentary survey. To interpret the ideology or ideological manifestations, the contributions of Edgar Morin and John B. Thompson, herein considered as complementary to each other, were the most widely used (but not exclusively). The most used Thompson's modes of ideology in the study were legitimization and dissimulation. The study highlighted some forms of manifestation of ideological disagreement between the sectors, which were present in discourses, strategies and specific actions. The study attempts to contribute to organizational and inter-organizational studies (or inter-sectors) by means of a critical understanding of ideological and paradigmatic limitations, both in the tobacco industry and in the public health sector.

Key words: Ideology; Public Health; Tobacco Industry; Paradigms.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Objetivos e procedimentos.....	25
Quadro 2: Locais de pesquisa.....	26
Quadro 3: Domínios possíveis da aplicação da análise de conteúdo.....	28
Quadro 4: Características básicas de paradigma na visão de Morin.....	31
Quadro5: Princípios básicos do paradigma da simplificação na perspectiva de Morin.....	32
Quadro 6: Concepções e características da ideologia.....	36
Quadro 7: Ideologias, teorias, racionalização e racionalidade em Edgar Morin.....	38
Quadro 8: Modos de operação da ideologia.....	39
Quadro 9: Defesa da Souza Cruz: negócio e o ato de fumar.....	75
Quadro 10: Discursos OMS.....	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Paradigmas e tecnociência.....	34
Figura 2: Tipologia de redes de empresas.....	60
Figura 3: ABIFUMO como aliada estratégica da indústria do tabaco.....	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Países com maior número de fumantes do mundo.....	47
Tabela 2: Evolução da produção/consumo de tabaco 1980 a 2007.....	51
Tabela 3: Propriedade do produtor de tabaco.....	81
Tabela 4: Oito objetivos e metas principais da OMS para serem realizadas até o ano de 2015.....	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIFUMO - Associação Brasileira da Indústria do Fumo
ACTbr - Aliança de Controle do Tabagismo
AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil
AIDS - *Acquired Immune-Deficiency Syndrome*
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BAT – *British American Tobacco*
B&W – *Brown & Williamson*
CAI - *Corporate Accountability International*
CECIESA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CNCP - Conselho Nacional de Combate à Pirataria
CONEN - Conselho Nacional de Entorpecentes
CONICQ - Comissão Nacional para Implantação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco
CONPREV - Coordenação de Prevenção e Vigilância
COP - Conferência das Partes
CQCT – Convenção-Quadro para o Controle de Tabaco
CTA - *Continental Tobaccos Alliance S.A*
CTN – Corporação Transnacional
CTP – Cooperação Técnica entre os Países
CCT – Classe Capitalista Transnacional
CID10 – Classificação Internacional de Doenças
CNCC – Campanha Nacional de Combate ao Câncer
DANT – Doenças e Agravos não-Transmissíveis
DESER - Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
DNS – Departamento Nacional de Saúde
ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPA – *European Pressphoto Agency*
EUA - Estados Unidos da América
FAO – *Food and Agriculture Organization*
FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná

FAESC – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina
FEFIEG – Fundação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara
FENTIFUMO - Federação Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Fumo
FETAESC – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina
FETAEP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
FETAG – Federação dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul
FETRAF-SUL - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
HP – Hermenêutica de Profundidade
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCA - Instituto Nacional do Câncer
INMET - Instituto Nacional de Meteorologia
INTERTHESIS – Revista Internacional Interdisciplinar
ITGA – Associação Internacional de Produtores de Tabaco
MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MF - Ministério da Fazenda
MPOWER – *Monitor, Protect, Offer, Warn, Enforce and Raise*
MS - Ministério da Saúde
OEA – Organização dos Estados Americanos
OHSAS - *Occupational Health & Safety Advisory Services*
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONG - Organização Não-Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PTA - Poluição Tabágica Ambiental
RAE – Revista de Administração de Empresas
RS – Rio Grande do Sul
RSE – Responsabilidade Social Empresarial
RTZ - Rede Tabaco Zero
SIP – Sistema Integrado de Produção
SNC – Serviço Nacional de Câncer
SUS – Sistema Único de Saúde
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNB – Universidade de Brasília

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

WHO – *World Health Organization*

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
LISTA DE QUADROS.....	9
LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE TABELAS.....	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	13
INTRODUÇÃO E ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	17
CAPÍTULO 1: ASPECTOS TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICOS.....	29
1.1 Paradigmas.....	29
1.2 Ideologia.....	35
CAPÍTULO 2: ASPECTOS HISTÓRICOS E APRESENTAÇÃO DA BIBLIOGRAFIA.....	45
2.1 Tabagismo.....	45
2.2 O Fumo e a Fumicultura.....	48
2.3 Rede Estratégica.....	53
2.4 Apresentação de Bibliografia.....	62
2.4.1 Artigos científicos.....	62
2.4.2 Livros.....	64
2.4.3 Dissertações.....	66
2.4.4 Tese.....	68
CAPÍTULO 3: ASPECTOS DO CONFRONTO IDEOLÓGICO: DISCURSOS DA INDÚSTRIA DO TABACO	69
3.1 BAT/Souza Cruz.....	69
3.1.1 Aspectos ideológicos da BAT/Souza Cruz.....	70
3.1.1.1 Ideologia da BAT/Souza Cruz em relação ao ato de fumar.....	74
3.2 ABIFUMO – Associação Brasileira da Indústria do Fumo.....	76
3.2.1 Aspectos ideológicos dos discursos da ABIFUMO.....	77

3.3 SINDITABACO – Sindicato da Indústria do Tabaco.....	79
3.3.1 Aspectos ideológicos dos discursos da SINDITABACO.....	80
CAPÍTULO 4: ASPECTOS DO CONFRONTO IDEOLÓGICO: DISCURSOS DO SETOR DA SAÚDE.....	84
4.1 OMS - Organização Mundial de Saúde.....	84
4.1.1 Aspectos ideológicos dos discursos da OMS.....	87
4.2 OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde.....	90
4.2.1 Aspectos ideológicos dos discursos da OPAS.....	91
4.3 Ministério da Saúde.....	92
4.4 INCA – Instituto Nacional de Câncer.....	94
4.4.1 Aspectos ideológicos dos discursos do INCA.....	95
CONCLUSÕES.....	102
REFERÊNCIAS.....	108

INTRODUÇÃO E ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta dissertação de mestrado teve como objetivo principal compreender as manifestações, no Brasil, do confronto ideológico entre o setor de saúde pública, representado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e seus aliados (Ministério da Saúde, INCA, OPAS) e a indústria do tabaco, representada pela *British American Tobacco* (BAT/Souza Cruz) e seus aliados (ABIFUMO e SINDITABACO) no concernente à produção e consumo de tabaco, após a entrada em vigência da Convenção-Quadro de Controle do Tabaco (CQCT) em 2005.

A motivação para a realização deste estudo surgiu durante o meu período de participação na disciplina “Ética nas organizações e na sociedade” do Programa de Pós-graduação em Administração da Univali.

Um dos grandes desafios das ciências sociais e organizacionais é contribuir com a elucidação de problemas sociais cujas fronteiras mesclam aspectos do senso comum, do âmbito acadêmico e das políticas públicas. O debate sobre o tabagismo, mais do que o debate sobre a produção de tabaco, é um destes temas problemáticos, a respeito dos quais muitos têm opinião formada, contra ou a favor.

O enfoque deste estudo parte de uma posição epistemológica representada pelo paradigma da complexidade, ainda que sem qualquer pretensão de contribuir com o debate epistemológico em si mesmo e tomando, como referencial, principalmente a contribuição de Edgar Morin (conforme será visto no Capítulo 1). Este estudo foi construído especialmente com apoio de autores cujas obras explicitam uma insatisfação em relação às formas predominantes de construção do conhecimento da ciência moderna (clássica), que se revela insuficiente para uma compreensão crítica e complexa de diversos aspectos da realidade contemporânea.

Na concepção de Morin (1999), o grande paradigma do ocidente (GPO) é simplificador, disjuntor-redutor, e fundamenta (por meio de paradigmas menores, como o cartesianismo, o positivismo, o mecanicismo, o funcionalismo, o behaviorismo, o estrutural-funcionalismo) uma visão de mundo caracterizada pela disjunção entre filosofia e ciência, entre as ciências sociais e naturais, entre as diversas disciplinas científicas, entre sujeito e objeto, entre humanidade e natureza, entre quantidade e qualidade, entre mente e corpo, além de caracterizar-se pelo

reducionismo da realidade complexa às fórmulas abstratas ou unidades simples, aparentemente isoláveis entre si.

Contrapondo o “paradigma dominante” (síntese de diversos paradigmas menores, vinculados a autores clássicos ou determinadas disciplinas) emerge o paradigma da complexidade ou pensamento complexo, com natureza interdisciplinar e transdisciplinar, em parte apoiado pela crise do paradigma disjuntor-redutor promovida pela revolução científica da física quântica e subatômica. O paradigma da complexidade objetiva associar sem fundir, distinguir sem separar as formas de conhecimento. Morin desenvolveu o núcleo central do pensamento complexo na obra *La Méthode*, em seis volumes.

No Capítulo 1 serão apresentados diversos conceitos relativos ao conceito central deste estudo, que é o de ideologia. Enquanto para Morin as ideologias são sistemas de idéias tendentes ao fechamento, que filtram as informações buscando auto-reforço, e com isso favorecendo determinados paradigmas, teorias e grupos sociais, para Thompson a ideologia se apresenta por meio de diversos modos de operação, como *legitimação*, *dissimulação*, *unificação*, *fragmentação* e *reificação*. Estes modos estão relacionados a estratégias típicas de construção simbólica. Por exemplo, no caso da legitimação, as estratégias são a *racionalização*, a *universalização* e a *narrativização*. Para Thompson (2007, p. 76), “estudar ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”.

A seguir faz-se uma contextualização da problemática que envolve a indústria do tabaco e, em seguida, serão introduzidos aspectos históricos do setor de saúde pública no que se refere ao tabagismo.

A indústria de tabaco em um contexto global é dominada pelas empresas transnacionais *British American Tobacco* e *Philip Morris*. Com o declínio de *market-share* (participação de mercado) nos países centrais, em décadas recentes, houve uma expansão das indústrias cigareiras e processadoras de tabaco para os países periféricos e semi-periféricos. Assim, o consumo tende a aumentar nas regiões em que o custo de produção é menor, onde a mão-de-obra é abundante e com baixo custo, onde a expectativa de vida é menor, o que pode indicar a relação causa/efeito entre tabaco e malefícios à saúde, conforme documentos confiscados das grandes empresas do setor de tabaco (GLANTZ *et al*, 1996), em que as populações possuem

menos informação (em decorrência da baixa escolaridade) e onde as políticas governamentais são permeáveis aos *lobbies* da indústria – afirma Toscano (2006).

A existência de condições climáticas e de solos favoráveis para a produção do fumo em folha, sobretudo o fumo do tipo *flavour* (que fornece sabor ao cigarro), bem como o conjunto de incentivos fiscais e infra-estruturais alcançados pelos governos federais, estaduais e municipais, foram estímulos positivos que motivaram a migração da indústria do tabaco para os países periféricos e semi-periféricos.

Em muitos aspectos, a indústria de tabaco difere de outras indústrias. Os produtos derivados do tabaco são legalizados, entretanto são letais.¹ Apesar das tentativas da indústria do tabaco de obter respeito corporativo, e de suas alegações de que mudaram suas práticas nocivas, elas continuam a usar estratégias antiéticas e irresponsáveis para promover seus produtos, expandir seus mercados e aumentar seus lucros (GLANTZ *et al*, 1996). Em muitos países semi-periféricos e periféricos, inclusive no Brasil, a dependência do tabaco tem se concentrado cada vez mais nos grupos de baixa renda e de menor escolaridade, comprometendo grande parcela da renda familiar e conduzindo a um menor acesso do trabalhador e de sua família a alimentos e outros itens de necessidade básica (BRASIL, 2004).

Este cenário preocupante induziu a OMS a eleger o tema “Tabaco e Pobreza: Um Círculo Vicioso”, para ser abordado durante as comemorações do Dia Mundial sem Tabaco, em 2004, com o objetivo de atrair a atenção de formadores de opinião sobre esta realidade, promover debates e propostas de encaminhamentos e abordagens dessa problemática (BRASIL, 2004).

A seguir são introduzidas informações sobre a BAT, como empresa representativa da indústria mundial do tabaco, com atuação em cerca de 180 países, e sobre a OMS, que é constituída por representantes de 193 países.

A BAT, com mais de 300 marcas em seu portfólio de produtos, possui liderança de mercado em mais de 50 países. É o conglomerado de tabaco com maior evidência mundial e o segundo maior grupo mundial do segmento. No ano de 2007, o grupo teve uma arrecadação superior a treze bilhões de dólares em

¹ No artigo intitulado “Indústria de Tabaco está acima da Lei?” Boeira (2010) sustenta que a indústria do tabaco está sim acima da lei, se forem considerados o Código do Consumidor (arts. 8, 9, 12) e o Código Penal Brasileiro, que em seu artigo 278 qualifica como crime o seguinte: “Fabricar, vender, expor à venda, ter em depósito para vender ou, de qualquer forma, entregar a consumo coisa ou substância nociva à saúde, ainda que não destinada à alimentação ou a fim medicinal: pena – detenção de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa (JUSUS, 1989, p.671).

impostos para os governos dos países da Europa, América do Norte, América do Sul e países do Oriente. O valor arrecadado é correspondente a sete vezes o lucro líquido do Grupo BAT no respectivo ano.

O grupo foi fundado em 1902, como um empreendimento conjunto entre a Companhia de Tabaco Imperial do Reino Unido e a Companhia de Tabaco Americana, fundada pelo Duque James Buck. Atualmente possui uma capacidade produtiva de 684 bilhões de cigarros por ano, em 47 fábricas, instalada em 40 países. São gerados diretamente aproximadamente 53.000 empregos em escala global, segundo informações da própria BAT (2009).

No período de 1902 a 1932 a empresa passa por uma época de expansão. Do Canadá à China, o grande objetivo é tornar-se líder em todos os países em que atua. Na primeira década de expansão, chegou à Índia em 1904, Holanda, Bélgica, Noruega e Suécia em 1906, na Finlândia, Indonésia e África Oriental em 1908, e Malásia em 1911. No outro lado do Atlântico Sul, a companhia fez aquisições e prospectou novos mercados. Em 1913, a fábrica local de tabaco na Argentina, Bozetti & Co., é adquirida e, no ano seguinte, a empresa brasileira Souza Cruz é incorporada à companhia (BAT, 2009).

Com a guerra mundial em 1914, a demanda adicional das forças armadas por tabaco faz com que a companhia opere no limite de produção. Em 1915 a BAT vende um total de 25 bilhões de cigarros. Com um mercado em expansão, a Cigarrera Bigott Sucs é formada na Venezuela, e nos anos seguintes são realizadas aquisições no Chile, México e América Central. Duque James Buck deixa a presidência em 1923, ano em que seu sucessor, Hugo Cunliffe, considerado uma personalidade poderosa e decisiva, assume a continuidade dos negócios.

No *site* oficial da BAT há a informação segundo a qual existem globalmente cerca de um bilhão de fumantes adultos e, dos cigarros consumidos no mundo, um em cada sete é da BAT. A empresa concentra foco e recursos nas seguintes marcas: Lucky Strike, Dunhill, Palm Mall e Kent. As vendas destas quatro marcas representam 44% das marcas internacionais da BAT e 15% do volume total de vendas do grupo.

A BAT/Souza Cruz no Brasil é líder de mercado, em que produz aproximadamente 80 bilhões de cigarros por ano. A participação de mercado no Brasil é de 62%. Com atuação em todo ciclo do produto, desde a produção, processamento de fumo até a fabricação e distribuição de cigarros, a Souza Cruz

atende diretamente uma quantidade superior a 250 mil pontos de vendas em todo o país, com abrangência em cinco mil municípios (BAT, 2009).

A Souza Cruz é um dos maiores grupos empresariais brasileiros e um dos 10 maiores contribuintes de tributos no Brasil, levando renda para 80% das cidades brasileiras. A matriz da empresa está localizada no estado do Rio de Janeiro e a companhia possui duas fábricas (Cachoeirinha – RS e Uberlândia – MG), quatro usinas de processamento de fumo (Santa Cruz do Sul, Blumenau, Rio Negro e Patos – RS, SC, PR e PB respectivamente), além do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CPD) e do Departamento Gráfico, ambos localizados na Unidade de Cachoeirinha. Para complementar a estrutura, possui seis Centrais Integradas de Distribuição (CIDs), com sedes em Curitiba – PR, Belo Horizonte – MG, Porto Alegre – RS, Recife – PE, Rio de Janeiro – RJ e São Paulo – SP. E ainda possui 28 Centrais Operacionais de Distribuição (CODs) distribuídos pelo país (BAT, 2009).

Os fumicultores no Brasil possuem uma relação complexa com a BAT/Souza Cruz, desde 1918, ano em que o grupo empresarial começou a constituir o chamado Sistema Integrado de Produção (SIP). Este sistema resultou de uma bem articulada estratégia de marketing e de produção, tendo como base conhecimentos e pretextos tecnocientíficos e culturais. Alguns exemplos citados por dirigentes da BAT: a) adequação das terras da região ao cultivo do fumo de estufa, com clima moderado e chuvas bem distribuídas durante as fases do ano; b) tradição de produção familiar em pequenas propriedades; c) perfil cultural dos colonos: dedicados, caprichosos; d) consolidação do cultivo e do comércio do produto na região; e) existência de estrada de ferro como meio de transporte (VOGT, 1997).

Conforme informações da Aliança de Controle do Tabagismo (ACTbr, 2009), em grande parte o êxito econômico-financeiro das indústrias instaladas no país depende do SIP, cujo propósito inicial era garantir a normalidade do abastecimento de matéria-prima para as fábricas de cigarros. Outro recurso estratégico do grupo empresarial por intermédio do SIP é a assistência técnica oferecida pelas empresas em troca da promessa de venda integral da produção com exclusividade². O

² Isto constitui um mercado oligopsônico, contrário à livre concorrência. Há autores que defendem este sistema proposto pela BAT, conforme se observa na obra coordenada por Buainain e Souza Filho (2009).

produtor se compromete primeiro moralmente e depois contratualmente a fornecer a matéria-prima com exclusividade. As empresas de tabaco com esta estratégia controlam o processo produtivo à medida que mercantilizam e tecnicizam o conjunto da atividade produtiva, desta forma fazendo com que as relações de mercado iniciem no cultivo do tabaco e não apenas no momento da venda final.

Com relação ao setor de saúde pública, em âmbito internacional, cabe informar que, em julho de 1946, 61 Estados nacionais formaram a Constituição da Organização Mundial de Saúde (OMS). O documento contém um preâmbulo e 19 capítulos com 82 artigos, como carta básica da Organização, estabelecendo o objetivo geral e as estruturas centrais e regionais, além de definir sua condição jurídica e estipular relações de cooperação entre as Nações Unidas e outras entidades, tanto governamentais como privadas, que se ocupavam de temas de saúde. A OMS é a autoridade que dirige e coordena o sistema de saúde internacional dentro da Organização das Nações Unidas (ONU). Os peritos da OMS produzem as diretrizes e os padrões no que tange à saúde e auxiliam os países a tratar da saúde pública. Por meio da OMS os governos podem abordar conjuntamente seus problemas em relação à saúde global e ao bem-estar público (WHO, 2007).

De acordo com a WHO (2007), atualmente 193 países são associados à organização, e se reúnem todos os anos em Genebra para fixar políticas, aprovar orçamentos, e a cada cinco anos designar um diretor geral. A OMS e seus Estados membros trabalham com muitos parceiros, incluindo a própria Organização das Nações Unidas (ONU), doadores de recursos, organizações não governamentais (ONGs), centros de colaboração e o setor privado.

Embora a polêmica sobre os efeitos do tabagismo seja antiga e haja documentos científicos sobre o tema há várias décadas, desde os anos de 1990 a problemática ganhou uma repercussão ampla no contexto mundial, em decorrência do acúmulo de evidências científicas sobre as consequências danosas para a saúde humana, tanto no âmbito individual quanto no coletivo. Foram produzidas pesquisas sobre aspectos sociais, econômicos e ambientais relacionados ao consumo e à produção do tabaco, enfatizando-se os riscos crescentes nos países periféricos e semi-periféricos.

Um acontecimento histórico no Brasil no que tange à luta contra o tabaco (mais exatamente contra o tabagismo, ou seja, o consumo regular de derivados de

tabaco) aconteceu com a aprovação da lei que restringiu a propaganda de cigarros e outros derivados do tabaco aos pontos de venda, além de restringir o patrocínio de eventos culturais e esportivos por marcas de cigarros a partir de janeiro de 2003³. Cada vez mais a sociedade civil tornou-se uma aliada importante do governo no combate ao tabagismo (incluindo apoio de parte do público fumante). No segundo semestre de 2002 o Instituto Nacional de Combate ao Câncer (INCA) convocou organizações da sociedade civil de todo o Brasil com o objetivo de criar uma rede de parcerias entre ONGs e o governo visando a implementação das medidas propostas que estavam em debate na OMS a respeito da futura Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, ou CQCT (JOHNS; CORRAL, 2004). Pelo exposto e considerando-se a liderança brasileira nas exportações mundiais de folhas de tabaco e a emergência da sociedade civil no debate público, a pergunta de pesquisa do estudo proposto ficou assim definida:

Como se caracterizam os discursos ideológicos do setor de saúde pública (OMS e aliados) e da Indústria do Tabaco (BAT/Souza Cruz e aliados) em relação à produção e comercialização de tabaco após vigência da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT) no ano de 2005?

Após definição do tema e da pergunta de pesquisa, foram definidos os objetivos geral e específicos. O geral, decorrente a pergunta acima, ficou definido como compreender as características dos discursos ideológicos do setor de saúde pública e da indústria de tabaco em relação à produção e comercialização de tabaco após vigência da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT) no ano de 2005. Os objetivos específicos foram definidos da seguinte forma: a) Descrever os posicionamentos ideológicos do setor de saúde pública no que se refere à CQCT; b) Descrever os posicionamentos ideológicos da indústria do tabaco em relação à CQCT, considerando-se a história recente (1999-2009).

Morin (1998), conforme já foi antecipado, questiona o saber parcelado, disjuntor-redutor, que entre outras coisas gera irresponsabilidade pública, e propõe,

³ Em dezembro de 2000 o “Congresso Nacional aprovou projeto de lei que, além de limitar a veiculação aos locais de venda, previa uma ajuda ao fumicultores, por meio de incentivos fiscais e tecnológicos que viabilizassem culturas alternativas”. A proibição foi sancionada, mas os incentivos foram vetados por Fernando Henrique Cardoso (BOEIRA, 2002, p. 269).

como alternativa, uma nova concepção de ciência, com características inter e transdisciplinares.

No que se refere à noção de método científico, Morin argumenta que

a palavra método deve ser concebida fielmente em seu sentido original, e não em seu sentido derivado, degradado, na ciência clássica; com efeito, na perspectiva clássica, o método não é mais do que um *corpus* de receitas, de aplicações quase mecânicas, que visa a excluir todo sujeito de seu exercício. O método degrada-se em técnica porque a teoria se tornou um programa. Pelo contrário, na perspectiva complexa, a teoria é engrama, e o método, para ser estabelecido, precisa de estratégia, iniciativa, invenção e arte. O método, gerado pela teoria, regenera-a. O método é a *práxis* fenomenal, subjetiva, concreta, que precisa de geratividade paradigmática-teórica, mas que, por sua vez, regenera esta geratividade. Desta maneira a teoria não é o fim do conhecimento, mas um meio-fim inscrito em permanente recorrência (MORIN, 1998, p.335).

Morin (1998) questiona o conceito de método como um conjunto de normas e regras a seguir linearmente, como um guia, um modo organizado de fazer, assim como o definia a ciência clássica. A abordagem complexa do método científico pode utilizar quaisquer instrumentos vinculados ao paradigma disjuntor ou simplificador, como os quantitativos, porém sempre de forma reflexiva e subordinada aos recursos qualitativos. A complexidade inclui a simplificação, mas não se limita a ela. O método complexo é aberto, plural, transdisciplinar, multidimensional e transversal. Critica a visão unidimensional e dicotômica centrada na separação ideológica entre teoria e prática.

A seguir foram descritos os aspectos metodológicos realizados no presente estudo.

A metodologia para se alcançar os objetivos da pesquisa pode ser definida como a direção que segue o pensamento e a prática exercidos na abordagem da realidade, ou seja, o conjunto de técnicas necessárias à construção desta realidade. Neste sentido Yin (1989) salienta que existem diferentes estratégias de pesquisas que podem ser utilizadas de acordo com a forma de questionamento que o pesquisador almeja responder.

A pesquisa qualitativa abarca em sua metodologia diversas maneiras de se pesquisar, em um esforço de auxiliar a compreensão e explicação de vários aspectos do fenômeno social com o cuidado de estar sempre o mais próximo

possível do ambiente natural dos atores investigados (MERRIAM citado por GODOI *et al.*, 2006).

O Quadro 1 sinótico a seguir mostra de que forma buscou-se atingir os objetivos do estudo.

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Método da Pesquisa	Fonte de Dados
- Compreender as características dos discursos ideológicos do setor de saúde pública e da indústria de tabaco em relação à produção e comercialização de tabaco após vigência da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT) no ano de 2005.	- Descrever os posicionamentos ideológicos do setor de saúde pública no que se refere à CQCT.	Pesquisa Documental e bibliográfica, Qualitativa.	Documentos, anúncios, artigos, relatórios, estudos, <i>sítes</i> oficiais das entidades.
	Descrever os posicionamentos ideológicos da indústria do tabaco em relação à CQCT, considerando-se história recente (1999-2009).	Pesquisa Documental e bibliográfica, Qualitativa.	Documentos, anúncios, artigos, relatórios, estudos, <i>sítes</i> oficiais das entidades.

Quadro 1: Objetivos e procedimentos

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com o Quadro 1, a concretização dos objetivos se deu por meio de pesquisa bibliográfica/documental que, segundo Salvador (1986, p.10) “é a denominação dada aos estudos quando se utilizam subsídios, literatura corrente ou obras de autores contemporâneos”. Conforme Demo (2000, p.20), “a pesquisa bibliográfica deve trazer contribuições originais, ao menos em termos de uma nova sistematização”. Cabe ressaltar que este estudo não pretendeu fazer uma contribuição especificamente teórica, nem epistemológica, mas uma abordagem mais modesta, descritiva e crítica do confronto ideológico entre setores nos quais se destacam duas grandes organizações, a OMS e a BAT. O ideal apontado por Demo de “reconstruir teorias” não fez parte dos propósitos deste estudo.

Na visão de Godoy (2006), a pesquisa documental refere-se ao exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados com o intuito de uma interpretação nova ou complementar, em que os documentos podem ser ainda uma fonte para futuros estudos.

Conforme descrito anteriormente, os dados foram coletados por meio de pesquisa documental/bibliográfica. No que refere-se à análise dos dados coletados os pesquisadores tendem a encontrar barreiras, conforme diz Minayo (2004) na citação a seguir:

Os pesquisadores costumam encontrar três grandes obstáculos quando iniciam a análise dos dados recolhidos no campo “[...] O primeiro deles [...] ‘ilusão da transparência’ [...] O segundo [...] sucumbir à magia dos métodos e das técnicas [...] O terceiro [...] é a dificuldade de se juntarem teorias e conceitos muito abstratos com os dados recolhidos no campo” (MINAYO, 2004 citado por MORENO, 2006).

Neste sentido, a pesquisa bibliográfica é a atividade de localização e consulta de fontes diversas de informação para coletar dados gerais ou específicos a respeito de um tema. As principais fontes de pesquisa são: publicações impressas ou digitais em forma de livros, dicionários, enciclopédias, periódicos, resenhas, monografias, dissertações, teses, apostilas, boletins entre outros (MINAYO, 2004). O exame de documentos tem a relevância de trazer à tona as contribuições mais consolidadas. Não estando limitada a uma única maneira de registro escrito, estende-se à amplitude de recortes de jornais e outros textos publicados, cartas, memorandos, documentos administrativos (GODOY, 2006).

A seguir, estão os *websites* dos setores e das organizações fundamentais no processo de pesquisa (BAT e OMS):

BAT	www.bat.com (site da <i>British American Tobacco</i> , representando a ind do tabaco).
SOUZA CRUZ	www.souzacruz.com.br (site da Souza Cruz – representante BAT no Brasil).
ABIFUMO	www.abifumo.com.br (site aliado da BAT – Associação Bras. da Ind.do Fumo).
SINDITABACO	www.sinditabaco.com.br (site aliado BAT – Sindicato da Indústria do Fumo).
WHO	www.who.int (site da Organização Mundial de Saúde).
OPAS	www.opas.org.br (site aliado da OMS - Organização Pan Americana de Saúde).
INCA	www.inca.gov.br (site aliado da OMS - Instituto Nacional do Câncer)

Quadro 2: Fontes eletrônicas da pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor, por meio de dados secundários da pesquisa.

Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que, pela proposta de Bardin (1977), parece a mais apropriada, uma vez que traz subsídios a uma análise interpretativa e crítica. A técnica defendida pela autora atrai o pesquisador interessando pelo latente, o não-aparente.

As fases de análise de conteúdo, conforme Bardin (1977), são três: pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados (inferência e interpretação). Na fase inicial a autora sugere que seja feita uma leitura denominada de flutuante, ou seja, uma leitura para situar o contato com os documentos que

serão analisados. Nesta etapa, há também a formulação dos objetivos, a constituição do *corpus* de análise e desígnio de unidades de registro e de enumeração para realização da codificação. Na fase posterior se dá a exploração da análise que ocorre conforme o processo de codificação, segundo as regras de unidades de registro e enumeração definidas na fase de pré-análise, bem como o processo de categorização que consiste no trabalho de classificação e reagrupamento das unidades de registro em número de categorias, com o intuito de tornar inteligível a massa de dados e sua diversidade (BARDIN, 1977).

Bardin (1977) classifica os critérios de categorização em quatro formas: semântico (categoria temática), sintático (verbos, adjetivos), expressivo (categorias que classificam as perturbações da linguagem) ou léxico, que diz respeito à classificação das palavras de acordo com o sentido, agrupadas em grupos similares.

A autora destaca uma definição de análise de conteúdo da seguinte forma:

conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 1977, p.31).

No Quadro 3 estão apresentados os domínios possíveis da aplicação de análise de conteúdo, de acordo com Bardin (1977).

<i>Código e suporte</i>	Número de pessoas implicadas na comunicação			
	<i>Uma pessoa monólogo</i>	<i>Comunicação dual diálogo</i>	<i>Grupo Restrito</i>	<i>Comunicação de massa</i>
LINGUÍSTICO				
Escrito	Agendas, maus pensamentos, congeminções, diários íntimos.	Cartas, respostas a questionários, a testes projetivos, trabalhos escolares.	Ordens de serviço numa empresa, todas as comunicações escritas, trocadas dentro de um grupo.	Jornais, livros, anúncios publicitários, cartazes, literatura, textos, panfletos.
Oral	Delírio do doente mental, sonhos.	Entrevistas e conversações de qualquer espécie.	Discussões, entrevistas, conversações de grupos de qualquer natureza.	Exposições, discursos, rádio, televisão, cinema, publicidade, discos.
ICÔNICO (sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes, etc.).	Garatujas mais ou menos automáticas. Grafitos, sonhos.	Respostas aos testes projetivos, comunicação entre duas pessoas através da imagem.	Toda comunicação icônica num pequeno grupo (ex.: símbolos icônicos numa sociedade secreta,	Sinais de trânsito, cinema, publicidade, pintura, cartazes, televisão.

				numa casta, etc.).
OUTROS CÓDIGOS SEMIÓTICOS (i. é, tudo o que não é lingüístico, pode ser portador de significações; ex.: música, código olfativo, objetos diversos, comportamentos, espaço, tempo, sinais patológicos, etc.).	Manifestações históricas da doença mental, posturas, gestos, tiques, dança, coleções de objetos.	Comunicação não verbal com destino a outrem (posturas, gestos, distância espacial, sinais olfativos, manifestações emocionais, objetos quotidianos, vestuário, alojamento, comportamentos diversos, tais como os ritos e as regras de cortesia.	Comunicação não verbal com destino a outrem (posturas, gestos, distância espacial, sinais olfativos, manifestações emocionais, objetos quotidianos, vestuário, alojamento, comportamentos diversos, tais como os ritos e as regras de cortesia.	Meio físico e simbólico: sinalização urbana, monumentos, arte, mitos, estereótipos, instituições, elementos de cultura.

Quadro 3: Domínios possíveis da aplicação da análise de conteúdo

Fonte: Adaptado de Bardin (1977, p.35).

Foi utilizado neste estudo o domínio “comunicação de massa”.

A categoria de análise central deste estudo foi “ideologia”, a qual observou-se por diversos ângulos ou perspectivas. Enfatizou-se as perspectivas de Morin e Thompson: o primeiro por ter uma contribuição epistemológica e crítica das mais relevantes e o segundo por sua abordagem analítica e crítica da noção de ideologia, bem como por sua revisão ampla sobre as diversas abordagens existentes. Contribuições de outros autores, entretanto, também foram relevantes e mesmo necessárias.

A presente dissertação está estruturada da seguinte forma: no Capítulo 1, são apresentados os aspectos teórico-epistemológicos incluindo-se conceitos de paradigma, paradigma disjuntor-redutor, paradigma da complexidade, ideologia, além dos “modos de operação” da ideologia na perspectiva de Thompson, que serviram de base para interpretação dos discursos ideológicos das organizações e setores estudados. No Capítulo 2 são descritos aspectos históricos referentes ao tabagismo, fumo e fumicultura, além de apresentar-se uma síntese da pesquisa bibliográfica realizada, com ênfase sobre o período de 2002 a 2010. No Capítulo 3 estão descritos os aspectos do confronto ideológico entre os setores já referidos, enfatizando-se os documentos e informações relativos ao setor de tabaco. No Capítulo 4 enfatiza-se, no confronto ideológico, os documentos e informações relativos ao setor de saúde pública. Foram utilizadas fontes secundárias (*websites* oficiais das entidades que compõem cada setor) para uma análise do “*modus operandi*” da ideologia, segundo expressão de Thompson (2007).

CAPÍTULO 1: ASPECTOS TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICOS

O referencial teórico-epistemológico deste estudo é o paradigma da complexidade, especialmente as obras de Morin. Entendemos que seja necessário um posicionamento em termos epistemológicos, já que não existe apenas uma forma de concepção de ciência, e já que o posicionamento paradigmático repercute tanto na forma de coleta e organização dos dados quanto no processo de interpretação teórica.

1.1 Paradigmas

Para tratar-se de paradigmas na visão contemporânea, descreveu-se neste capítulo a contribuição de dois pesquisadores, por serem os que mais extensa e profundamente têm contribuído a respeito desta temática nas últimas quatro décadas: Thomas S. Kuhn e Edgar Morin.

Na perspectiva de Kuhn (2003), o paradigma se define como sistema dominante, teoria exemplar, por um período em uma área científica em particular.

Na teoria das revoluções científicas de Thomas Kuhn (2003), o autor considera pré-paradigmáticas as ciências sociais, na medida em que, ao contrário das ciências naturais, não atingem uma fase paradigmática, de estabilidade, de normalidade. Para Kuhn (2003), a fase paradigmática de uma ciência é aquela em que há aplicação de técnicas e métodos firmemente estabelecidos em valores e pressupostos que a separam do senso comum. É a fase do laboratório, lugar distante, tecnicamente fechado. Enquanto nas ciências naturais o desenvolvimento do conhecimento tornou possível a formulação de um conjunto de princípios e teorias sobre a estrutura da matéria que são aceites sem discussão por toda a comunidade científica, conjunto esse que designa por paradigma, nas ciências sociais, segundo Kuhn, não existe concordância paradigmática e o debate tende a atravessar verticalmente toda a espessura do conhecimento adquirido (FOUREZ, 1995).

Kuhn (2003, p.43) define paradigma como “uma constelação de opiniões, valores e métodos, informados pelos membros de uma determinada sociedade”. Paradigmas seriam os exemplos de referência, as soluções concretas de problemas, tidas e havidas como exemplares e que substituem as regras explícitas na solução dos demais problemas da ciência normal.

Na percepção de Morin (2002), diferentemente de Kuhn, a noção de paradigma é concebida como uma noção subjacente às visões de mundo que envolve as comunidades científicas, entretanto não fica limitado às mesmas. Morin entende que Kuhn foi pioneiro ao ampliar a noção de paradigma (que era limitada à noção de modelo) e ao perceber suas implicações sociais, lingüísticas e psicológicas, mas também avalia que faltou aprofundar a análise, ir além das disciplinas científicas.

Enquanto Kuhn analisou principalmente a forma de ciência que ele denominou de normal, sem defender uma mudança de paradigma, Morin ampliou a análise e passou a defender uma mudança de paradigma a partir da articulação das ciências sociais às ciências naturais e à filosofia. Mais que isso, Morin, no mesmo sentido da crítica de Santos (2003), contestou todo o conjunto de paradigmas menores, como o cartesianismo, o mecanicismo, o positivismo, o funcionalismo, o behaviorismo, o estrutural-funcionalismo, sintetizando suas características como sendo o grande paradigma do ocidente (GPO). Contra esse grande paradigma, Morin defende a construção de um paradigma da complexidade.

Para melhor entendimento das características básicas da noção de paradigma na visão de Morin (1991), segue uma síntese no Quadro 4:

a	Não é passível de falsificação, ou seja, encontra-se ao amparo de qualquer investigação empírica, ainda que as teorias científicas que dele dependem sejam passíveis de refutação.
b	Dispõe do princípio de autoridade axiomática, ainda que não se confunda com os axiomas, é o seu criador, e a autoridade de axioma legitima retroativamente o paradigma (PR).
c	Dispõe de um princípio de exclusão, no sentido de excluir os dados enunciados, ideias e problemas que não se adaptem ao que é prescrito por ele. Neste sentido o PR da simplificação (disjunção ou redução) não pode reconhecer a existência do problema da complexidade, por sua limitação reducionista/fragmentária.
d	O que for excluído pelo PR por falta de existência torna-se um <i>ponto cego</i> .
e	O PR é invisível. É invisível por natureza porque é sempre virtual; O PR nunca é formulado como tal, por somente existir nas suas manifestações.
f	Cria a evidência auto-ocultando-se. Por ser invisível, aquele que lhe está submetido, pensa

	obedecer aos fatos, à experiência, à lógica, quando na verdade é a ele que obedece em primeiro lugar.
g	É co-gerador do sentimento de realidade, aceito que o enquadramento conceptual e lógico do que é percebido como real tem a ver com a determinação paradigmática.
h	A invisibilidade do PR torna-o invulnerável. Entretanto seu ponto fraco pode ser identificado: em todas as sociedades, grupos, manifestações sociais, existem indivíduos desviantes, anômicos em relação ao PR imperante.
i	Há falta e compreensão e paradoxos entre paradigmas, ou seja, entre pensamentos, discursos, sistemas e ideias comandadas por paradigmas antagônicos.
J	Está unido aos discursos e sistemas por ele gerados. O PR deve atualizar-se constantemente com conhecimentos, reconhecimentos e verificações.
K	Um grande PR determina, via teorias e ideologias, uma mentalidade, uma visão de mundo. É por isto que uma revolução paradigmática modifica nosso mundo. Um grande PR comanda a visão da ciência, da filosofia, da razão, da política e da moral.
L	Invisível e invulnerável, um PR não pode diretamente ser sobrepujado, contrariado, agredido. É necessário que ele tenha aberturas, erosões, desgastes nas teorias e visões que ampara. É preciso que surjam novas teses ou hipóteses que deixem de obedecer a este PR, bem como, que se multipliquem as verificações e confirmações de novas teses em que fracassaram as antigas

Quadro 4: Características básicas de paradigma na visão de Morin.

Fonte: Adaptado a partir de Morin (1991, p.191)

De acordo com Morin (1999), o conhecimento científico sob o prisma do paradigma da simplificação ou da ciência moderna (que ele também denomina de paradigma disjuntor-redutor ou grande paradigma do ocidente), caracteriza-se por três princípios básicos: generalidade, redução e separação. Estes são depois apresentados em forma de treze princípios, o Quadro 5:

<ul style="list-style-type: none"> - princípio da universalidade: Existe a expulsão do local e do singular como contingentes ou residuais; - eliminação da irreversibilidade temporal: nos laboratórios, os experimentos poderão ser feitos quantas vezes necessário; - princípio que reduz o conhecimento dos conjuntos ou sistemas ao conhecimento das partes simples ou unidades que os constituem; - princípio que reduz o conhecimento das organizações em princípios de ordem: leis, constâncias, variâncias, etc. - princípio da causalidade linear, superior/exterior aos objetos; - soberania explicativa absoluta da ordem: determinismo universal; - princípio de separação/isolamento do objeto em relação ao ambiente; - princípio da separação entre o sujeito e o objeto que o percebe e concebe;
--

- eliminação da problemática do sujeito no conhecimento científico;
- a autonomia não é concebível;
- princípio da confiabilidade absoluta da lógica para estabelecer a verdade intrínseca das teorias: contradição como erro;
- discurso monológico.

Quadro 5: Princípios básicos do paradigma da simplificação na perspectiva de Morin (1999)

Fonte: Adaptado a partir de Morin (1999, p.330 - 331)

Os princípios citados no Quadro 5 ao estarem conectados, fornecem uma visão simplificadora dos fenômenos, quer sejam biológicos, físicos, organizacionais e permitem a utilização de modelos lineares, em termos deterministas, para compreensão do mundo real. Fatores exógenos interagem com variáveis avaliadas e com suas relações lineares, se conjectura que os resultados não são modificados de maneira substancial. Em contrapartida o pensamento complexo vai além da explicação linear.

O paradigma dominante, ou seja, um modelo cartesiano de pensamento focado em visões fragmentárias, reducionistas, simplificadoras, parece incapaz de fundamentar debates para tratar de assuntos atuais. O primeiro conceito sugerido por Morin para esclarecer a complexidade é a de circuito ativo. O todo não se constitui sem as partes e nem as partes sem o todo, ou seja, o todo se explica pelas partes e as partes pelo todo. É essencial a complementaridade para entender a circularidade construtora (MORIN, 1998). Diz ele que

o todo é efetivamente uma macrounidade, mas as partes não estão fundidas ou confundidas nele; têm uma dupla identidade, identidade própria que permanece (portanto não redutível ao todo) identidade comum, a da sua cidadania sistêmica (MORIN, 1998, p.260).

Neste sentido, com o exposto anteriormente, o todo é *mais* do que somar simplesmente as partes; é também *menos* que a soma das partes, já que nenhum todo encerra em si a singularidade de cada parte. É o que Morin (1998, p.264) enfatiza:

o progresso não reside necessariamente na constituição de totalidades cada vez mais amplas; pode estar, pelo contrário, nas liberdades e nas independências de pequenas unidades. A riqueza do universo não está em sua totalidade dispersiva, mas nas pequenas unidades reflexivas desviadas e periféricas que nele se constituíram.

Diante deste novo panorama, Morin produziu a mais extensa obra epistemológica disponível na atualidade, em seis volumes (intitulada *La Méthode*), entre outras de abrangência mais limitada. Na perspectiva do autor é apontada uma crise ampla do paradigma de toda ciência clássica, em que se incluem as teorias sociais e as chamadas ciências naturais. Morin salienta que

um paradigma contém, para todos os discursos que se efetuam sob o seu domínio, os conceitos fundamentais ou as categorias mestras da inteligibilidade, ao mesmo tempo em que o tipo de relações lógicas de atração/repulsão (conjunção, disjunção, implicação ou outras) entre estes conceitos ou categorias. Desta forma, os indivíduos conhecem, pensam e agem segundo os paradigmas inscritos culturalmente neles. Os sistemas de idéias são radicalmente organizados em virtude dos paradigmas (MORIN, 1991, p.188).

Neste sentido o paradigma disjuntor-redutor (dominante), vinculado à revolução científica moderna, estabelece polaridades entre objeto e sujeito, qualidade e quantidade. Favorece e emergêcia das ciências particulares, as disciplinas, bem como o afastamento da filosofia em relação às ciências em geral. “A cultura preconizada como científica é separada das chamadas humanidades, pelo menos desde o cartesianismo, o que é fortalecido pelo positivismo, funcionalismo, mecanicismo, taylorismo, e pelo estrutural-funcionalismo” (BOEIRA; CUNHA, 2007a, p.5).

O paradigma da complexidade ou pensamento complexo, por sua vez, baseia-se, por um lado, na segunda revolução científica, ocorrida com a emergência da física quântica e subatômica na primeira metade do século XX, e, por outro, na terceira revolução científica, que se expressa pelos diálogos multi, inter e transdisciplinares, na busca de respostas a problemas crescentemente complexos e integrados pela própria dinâmica histórica. O século XX anuncia o surgimento do paradigma da complexidade nas ciências em geral, mas diversos autores anteriores ao século XX, inclusive da antiguidade, já haviam apresentado contribuições relevantes.

Enquanto o paradigma disjuntor-redutor fragmenta os tipos de conhecimento ou os reduz em fórmulas abstratas e simplificadoras, o paradigma da complexidade associa sem fundir e distingue sem separar as diversas formas de conhecimento, em que contribui com uma percepção crítica, emancipadora e prudente da ciência (MORIN, 1991; 1998; 2002).

O novo paradigma está emergindo, não está consolidado. A compreensão da nova racionalidade se observa pelo novo modo de ser, de refletir, de valorar e de atuar das pessoas.

A nova ciência emerge contrapondo-se ao mecanicismo e mostra que o ser humano vive em meio a incertezas, em relações que oscilam entre ordem, desordem, interação e re-ordenação. Os sistemas vivos, sejam indivíduos ou organizações, são concebidos como sistemas auto-eco-organizados (autônomos e dependentes), ou seja, capazes de auto-organização em circunstâncias específicas, em ambientes e territórios que são em parte naturais, físicos, e em parte são construídos pelas interações sociais em redes – inseridos em culturas e instituições específicas (MORIN, 1986).

Esta concepção de ciência contrapõe-se à expressão do paradigma mecanicista na economia moderna, que foi concebida como em processo de distanciamento das relações sociais, por meio das tecnologias, das estatísticas, da razão instrumental e ideológica. Ou seja, na dominação do paradigma disjuntor-redutor sobre a economia, os ecossistemas e a subjetividade dos atores envolvidos foram aspectos desconsiderados ou minimizados. A ciência econômica dominante tornou-se tecnociência, sendo nisto acompanhada pelas principais abordagens administrativas.

A seguir, a Figura 1 adaptada da obra de Boeira (2002) ilustra a hierarquia proposta por Morin entre paradigma da complexidade, paradigma disjuntor-redutor e tecnociência.

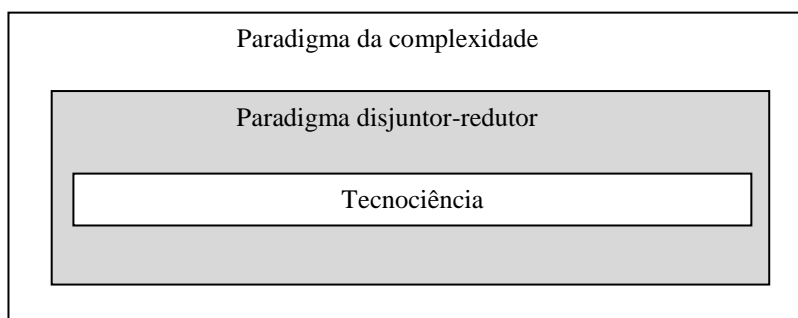


Figura 1: Paradigmas e tecnociência
Fonte: Adaptado de Boeira (2002, p.158)

A Figura 1 sugere esquematicamente a maior abrangência do paradigma da complexidade e a inserção da tecnociência no contexto deste último.

1.2 Ideologia

Para fundamentar teoricamente a análise dos confrontos ideológicos entre a indústria de tabaco e o setor de saúde pública serão apresentadas a seguir algumas definições conceituais.

A seguir, apresenta-se o Quadro 6, referente às concepções e características da ideologia, que objetiva introduzir a temática enfatizando sua diversidade, desde autores clássicos até os contemporâneos.

Sentido Amplo	Conjunto de idéias, concepções ou opiniões sobre algum tema sujeito a debate. Refere-se a aspectos doutrinários, normativos, políticos e teóricos de um pensador, de uma escola ou movimento de interpretação do sentido da ação social, de fatos sociais ou avaliação de um sistema socioeconômico. É neste sentido que se fala em ideologia liberal ou ideologia marxista.
Sentido restrito	Diversos autores contribuíram com concepções específicas de ideologia (Destutt de Tracy, Comte, Durkheim, Weber, Manheim, entre outros). Marx concebe a ideologia como um instrumento de dominação, que tem influência marcante nos jogos de poder e na manutenção dos privilégios que moldam a maneira de pensar e de agir dos indivíduos na sociedade. A ideologia, segundo Marx, é uma forma de conhecimento que mascara e encobrem os conflitos sociais, especialmente os interesses de classe na sociedade capitalista.
Concepção de Gramsci	Gramsci (1891-1937) distingue entre ideologias historicamente orgânicas e ideologias arbitrárias. As primeiras são historicamente necessárias, como concepções de mundo que se manifestam na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas, tendo por função conservar a unidade da estrutura social. Ideologia seria então o <i>cimento</i> da estrutura social. Gramsci considera que os setores dominados podem elaborar sua ideologia especialmente com a formação de intelectuais orgânicos, da própria classe subalterna, capazes de organizar coerentemente a concepção de mundo desta.
Concepção de Chauí	Marilena Chauí afirma que “ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem fazer e como devem fazer” [...] A função da ideologia é a de apagar as diferenças, como as de classes, e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado”.
Características centrais da ideologia	Com base especialmente na contribuição de Chauí, Maria L. Aranha e Maria H. Martins sintetizam as características da noção de ideologia da seguinte forma: <ul style="list-style-type: none"> - constitui um corpo sistemático de representações que ensinam a pensar e de normas que ensinam a agir; - tem como função assegurar determinada relação dos homens entre si e com suas condições de existência, adaptando os indivíduos às tarefas prefixadas pela sociedade; - para tanto, as diferenças de classe e os conflitos sociais são camuflados, com a descrição da sociedade una e harmônica, ora com a justificação das diferenças existentes; - com isso é assegurada a <i>coesão</i> dos homens e a <i>aceitação sem críticas</i>

	das tarefas mais penosas e pouco recompensadoras, em nome da “vontade de Deus”, do “dever moral” ou simplesmente como decorrente da “ordem natural das coisas”.
--	---

Quadro 6 : Concepções e características da ideologia

Fonte: Boeira (2007b); adaptação do capítulo *Ideologia* de Aranha e Martins (1993, p. 36-37).

Durante dois séculos, o conceito de ideologia ocupou um lugar central, e, às vezes inglório, no desenvolvimento do pensamento social e político. Introduzido originalmente por Destutt de Tracy como um rótulo para uma suposta ciência das idéias, o termo ideologia, rapidamente, tornou-se uma arma numa batalha política, travada no terreno da linguagem. Comte salienta os dois significados de ideologia conforme a citação a seguir:

A expressão ideologia possui dois significados: a) conjunto de idéias de uma época, tanto como opinião geral, quanto no sentido de elaboração teórica dos pensadores dessa época e b) atividade científica-filosófica que analisa a formação de idéias a partir da observação das relações entre o meio-ambiente e o corpo humano, tendo como ponto de partida as sensações (COMTE, 1983, p.34)

Neste contexto Durkheim (1976) enfatiza que a ideologia é todo conhecimento da sociedade que não respeita o critério da objetividade científica, ou seja, a separação entre o sujeito do conhecimento e o objeto do conhecimento. O autor afirma ainda que a separação garante a objetividade, por avalizar a neutralidade do cientista (DURKHEIM, 1976). Bunge (1980) qualifica a ideologia em dois tipos: sociopolítica e religiosa em que a sociopolítica (foco deste estudo) é definida como uma visão do mundo social, ou seja, é um conjunto de crenças que se referem à sociedade, ao lugar do indivíduo na sociedade, à organização da sociedade e ao controle político da mesma.

Na concepção de ideologia de Marx, “o conceito adquiriu um novo *status* como instrumental crítico e como componente essencial de um novo sistema teórico” (THOMPSON, 2007, p.44-49).

Thompson (2007, p.50) define que a ideologia “está não tanto na sua concepção mesma como no fato de que ela está ligada a uma série de pressupostos concernentes à determinação social da consciência [...]”. Neste sentido, estes pressupostos formam algo que pode ser descrito como as condições de possibilidade da concepção polêmica da ideologia.

Chauí (2007) afirma que ideologia não é apenas a representação imaginária do real para servir ao exercício da dominação em uma sociedade fundada na luta de classes, como não é apenas a inversão imaginária do processo histórico na qual as

idéias ocupariam o lugar dos agentes históricos reais. A autora define ideologia como sendo a

forma específica do imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o aparecer social, econômico, político, de tal sorte que esta aparência, por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a *dissimulação* do real. Fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e normas que nos “ensinam” a conhecer e agir (CHAUI, 2007, p.15).

Os trabalhadores vendem sua força de trabalho por um valor inferior ao realmente devido, de forma que, se a oferta de prêmios, benefícios e outros mascaram a relação de exploração, ao mesmo tempo os discursos ideológicos devem ser eficientes para destituir dos trabalhadores a consciência necessária para enxergar tal realidade. As revistas, as normas de condutas das empresas, os jornais, são, entre outros, disseminadores da postura que a organização tenta instituir para manter essa relação, salienta Habermas (1997).

O termo ideologia, na visão de Eagleton (1997), é carregado de diversos conceitos no campo das ciências sociais. Lowy (1993, p.11-35) segue o mesmo raciocínio quando afirma “ser difícil encontrar um conceito de tamanha complexidade e com tantos significados quanto o conceito de ideologia”. Percebe-se que na literatura a ideologia é estudada, em regra, sob uma perspectiva macro, bem como no ponto de vista dos conflitos de classes (um mundo produzido pelos proprietários e pelo sistema capitalista, em que a organização aparece essencialmente como local do estabelecimento das relações sociais de produção) e o capital legitima as condições sociais de dominação e exploração dos desfavorecidos (ENRIQUEZ, 1997).

Conforme salientado no tópico da Introdução, foi utilizada a concepção de Morin (1986) para a análise da ideologia neste estudo. Morin (1986) diz que a ideologia

[...] do ponto de vista informacional é um sistema de idéias feito pra controlar, acolher, rejeitar a informação. Se a ideologia é teoria, ela é, em princípio, aberta à informação que não é conforme a ela, que a pode questionar. Se é doutrina, ela é, em seu princípio, fechada a toda informação não-conforme. A ideologia política é muito mais doutrina do que teoria. Neste ponto, chegamos ao problema capital: a relação repulsiva e potencialmente desintegradora entre informação e ideologia política. É pelo fato de que a informação é um explosivo virtual para a ideologia, que esta necessita manter uma

relação opressora e repressora em relação à informação (MORIN, 1986, p.45).

A ideologia possui, subterraneamente, no seu íntimo, as estruturas do pensamento simbólico, mágico e mítico, camufladas sob as do pensamento racional-empírico-lógico. Segundo Morin (1986), as ideologias apossam-se dos humanos e os subjagam, como faziam os deuses. Os humanos obtêm em troca satisfações psíquicas, são donos da verdade que os possui, manipulam o universo por meio de uma ideologia, ou seja, os humanos chegam a viver e a morrer por uma ideologia.

Na perspectiva de Morin (1986), ideologias, teorias, racionalização e racionalidade são definidas conforme descrito a seguir no Quadro 7:

Ideologias e Teorias	<p>Ideologias são sistemas de idéias dotados de certa forma de vida. “As ideologias nos possuem porque nós as possuímos: passamos a identificá-las conosco, com nossas necessidades, aspirações, esperanças, experiências, com nossas próprias vidas. Atacá-las, lesá-las, é prejudicar a nós mesmos. Assim, defendemos nossas idéias. Mas, reciprocamente, nossas ideologias se defendem por nosso intermédio” (p. 91).</p> <p>“Todo sistema, inclusive o de idéias, tende, com o tempo, a degradar-se, corromper-se, desintegrar-se. Contra essa entropia crescente, ele pode lutar pelo calor, isto é, pela atividade permanente de auto-revisão e auto-organização, através do intercâmbio com o mundo exterior e de diálogos com os outros sistemas de idéias” (p. 92). Quando isto ocorre, a ideologia torna-se teoria, abre-se como sistema, ainda que apenas parcialmente.</p> <p>Ideologias tendem a fechar-se e petrificar-se. Enquanto a teoria é um sistema aberto, a ideologia é um sistema fechado. Em vez do intercâmbio com os outros sistemas de idéias, as ideologias promovem apenas polêmica, refutação, rejeição, desqualificação moral dos oponentes. Afirmam-se a partir de suas idéias-chave e de seus princípios, que apresentam como evidências irrefutáveis. A ideologia torna-se “não-falsificável” (na expressão de Popper): não dispõe de nenhum meio de demonstrar a si própria a sua falsidade. A não falsificabilidade significa não-biodegradabilidade.</p>
Racionalidade e Racionalização	<p>“A razão não é uma qualidade, uma virtude da qual o <i>homo sapiens</i> seria dotado pela sua própria natureza. A razão ou racionalidade é a aplicação de princípios de coerência aos dados fornecidos pela experiência. A racionalidade pode evoluir segundo os dados e segundo os princípios organizadores do discurso (paradigmas). A racionalidade não está só na coerência do edifício teórico procurado ou encontrado. Está na vontade aberta de diálogo com a experiência e, mais extensamente, com o mundo exterior (p. 136). A verdadeira racionalidade supõe que o nosso saber não esteja completo e que algo novo poderá modificá-lo. Enquanto, na ciência, a racionalidade aberta dialoga com o acaso e o risco, a racionalização odeia o acaso porque ele a torna vulnerável. Ora, “o acaso não só enriquece a causalidade, ele impede que ela enlouqueça” (p. 137).</p> <p>A racionalização é a coerência lógica que se constrói a partir de premissas incompletas ou erradas e/ou a partir de um princípio discursivo mutilador (o paradigma de disjunção/redução).</p> <p>“A racionalização caracteriza-se, ao mesmo tempo, por um excesso de lógica para com o empírico e pela rejeição da complexidade do real. Quer que o real obedeça às estruturas simplificadoras do espírito” (p. 137).</p>

Quadro 7: Ideologias, teorias, racionalização e racionalidade em Edgar Morin.

Fonte: Boeira (2007b); adaptado de Morin (1986).

Neste estudo, conforme enfatizado anteriormente, foi utilizada a perspectiva de Thompson (2007), que defende a necessidade de estudar as maneiras como o sentido (ou significado) serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. O autor analisa como os modos e o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para manter as relações de dominação. Thompson procura conhecer as maneiras como as formas simbólicas (discursos) se relacionam com relações de poder. No entanto argumenta o autor que é fundamental acentuar que os fenômenos simbólicos, ou certos fenômenos simbólicos, não são ideológicos como tais, mas são ideológicos somente enquanto servem, em circunstâncias particulares, para manter relações de dominação. Ele categoriza a ideologia em “modos de operação”. Os modos de operação da ideologia apresentados foram utilizados neste estudo para interpretar o material bibliográfico. Neste sentido, apresenta-se no Quadro 8 os Modos de Operação da ideologia.

Modos de Operação	Algumas estratégias típicas de construção simbólica
Legitimação	Racionalização Universalização Narrativização
Dissimulação	Deslocamento Eufemização Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
Unificação	Estandardização Simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação Expurgo do outro
Reificação	Naturalização Eternalização Nominalização/passivização

Quadro 8: Modos de operação da ideologia

Fonte: Adaptado de Thompson (2007, p.81).

Thompson (2007, p. 81) não afirma que “esses cinco modos são as *únicas* maneiras” pelas quais a ideologia opera, nem que esses modos “sempre operam independentemente” uns dos outros. Ao contrário, podem sobrepor-se e fortalecer-se mutuamente e a ideologia pode, em circunstâncias particulares, operar de outras maneiras. Sintetiza-se a seguir a visão de Thompson (2007) sobre as peculiaridades básicas de cada modo de operação da ideologia:

a) Legitimação: Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas, pelo fato de serem representadas como legítimas, isto é, como justas e

dignas de apoio. A representação das relações de dominação como legítimas pode ser vista como uma exigência de *legitimação* que tem como base certos fundamentos, expressos em certas formas simbólicas e que pode, em circunstâncias dadas, ser mais ou menos efetiva. Thompson (2007) distinguiu três tipos de fundamentos sobre os quais afirmações de *legitimação* podem estar baseadas: fundamentos racionais (que fazem apelo à legalidade de regras dadas), fundamentos tradicionais (que fazem apelo à sacralidade de tradições imemoriais) e fundamentos carismáticos (que fazem apelo ao caráter excepcional de uma pessoa individual que exerça autoridade).

A racionalização é uma estratégia típica em que o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio (THOMPSON, 2007, p.82).

Outra estratégia típica é a *universalização*, segundo a qual acordos institucionais de interesse de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos, e esses acordos são vistos como estando abertos, em princípio, a qualquer um que tenha habilidade e a tendência de ser neles bem sucedido. Exigências e *legitimação* podem também ser expressas por meio da estratégia de *narrativização*, que são exigências inseridas em histórias que contam o passado e tratam o presente como parte da tradição eterna e aceitável.

b) *Dissimulação*: Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou pelo fato de serem representadas de uma maneira que desvia nossa atenção. A ideologia como *dissimulação* pode ser expressa em formas simbólicas por meio de uma variedade de diferentes estratégias (THOMPSON, 2007).

Uma das estratégias é o *deslocamento*: um termo costumeiramente usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa é usado para se referir a um outro, e com isso as conotações positivas ou negativas do termo são transferidas para outro objeto ou pessoa. Outra estratégia que facilita a *dissimulação* das relações sociais é a *eufemização*: ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de modo a despertar uma valoração positiva. A ideologia como *dissimulação* pode ser expressa por meio de outra estratégia, ou grupo de estratégias, que podem ser postas sob o rótulo geral de *tropo*, que significa o uso figurativo da linguagem, ou, de modo mais geral, das formas simbólicas, argumenta

Thompson (2007). O uso do *tropo* é, geralmente, confinado ao domínio da literatura, mas o uso figurativo de linguagem é muito mais amplo do que essa especialização disciplinar possa sugerir. “Entre as formas mais comuns do *tropo* estão a sinédoque, a metonímia e a metáfora. Todas podem ser usadas para dissimular relações de dominação” (THOMPSON, 2007, p.84).

c) Um terceiro *modus operandi* da ideologia é a *unificação*, em que relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas por meio da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que integra os indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los (THOMPSON, 2007). Uma forma tradicional por meio da qual este modo é expresso em formas simbólicas é a padronização. Formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica conforme salienta o autor a seguir:

Outra estratégia de construção simbólica através da qual a *unificação* pode ser conseguida é o que se pode descrever como a *simbolização* da unidade. Esta estratégia envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, que são difundidas através de um grupo, ou de uma pluralidade de grupos (THOMPSON, 2007, p.86).

d) Um quarto modo, por meio do qual a ideologia pode operar, é a *fragmentação*. Relações de dominação podem ser mantidas unificando as pessoas numa coletividade, mas segmentando aqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes, ou conduzindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador.

No modo *fragmentação*, uma estratégia típica de construção simbólica é a *diferenciação*, ou seja, a ênfase que é dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos. Fundamenta-se nas características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes, ou um participante efetivo no exercício do poder (THOMPSON, 2007). Outra estratégia definida pelo autor é a do *expurgo* do outro. Esta estratégia envolve a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo.

e) O quinto e último *modus operandi* da ideologia é a *reificação*: relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação

transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal. De acordo com Thompson (2007, p.87), “processos são retratados como coisas [...], de tal modo que o seu caráter social e histórico é eclipsado. A ideologia como *reificação* envolve, pois, a eliminação, ou a ofuscação, do caráter socio-histórico dos fenômenos”.

Este modo pode ser expresso em formas simbólicas por meio da estratégia da *naturalização*, ou seja, um estado de coisas que é uma criação social e histórica pode ser tratado como um acontecimento natural ou como um resultado inevitável de características naturais (THOMPSON, 2007). Uma estratégia semelhante é a que pode ser descrita como *eternalização*: fenômenos socio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes.

Estratégias de construções simbólicas são os instrumentos com os quais as formas simbólicas, capazes de criar e sustentar as relações de dominação, podem ser produzidas. Apesar de serem apresentados anteriormente todos os “modos de operação” defendidos por Thompson, não foram utilizados todos na interpretação dos discursos ideológicos da BAT e OMS. Os termos foram empregados à medida que se mostraram úteis para a interpretação.

Demo (2001, p.36) destaca três aspectos básicos na “hermenêutica de profundidade” de Thompson aplicada ao estudo da ideologia centrada no fenômeno do poder:

- a) Análise socio-histórica: o objetivo é reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas. Para objetos socioculturais a história não é apenas um desdobramento replicativo, mas algo genético, ou seja, é parte de sua explicação.
- b) Análise formal ou discursiva: o objetivo é deslindar a estrutura da complexidade dos objetos e expressões que circulam nos campos sociais. Assim como todo caos é de alguma forma estruturado, toda dinâmica apresenta traços estruturais abertos à formalização.
- c) Interpretação/reinterpretação: busca-se nesta parte o que a informação qualitativa quer dizer, o que poderia significar, que mensagem contém. Thompson aposta sobretudo nessa fase, considerando as anteriores como preparação (DEMO, 2001, p.38-42).

A interpretação da ideologia é arriscada, cheia de conflitos, aberta à discussão. Thompson afirma que se pode analisar algo que difere das visões de outros, inclusive das visões dos sujeitos que constituem o mundo social e cujo entendimento cotidiano possa ser o objeto de interpretação. Este é um aspecto em

que a interpretação da ideologia implica um potencial crítico, em que se descreve como transformação interpretativa da *doxa* (THOMPSON, 2007).

Demo (2001) afirma que a visão crítica da análise hermenêutica descrita por Thompson anteriormente não se restringe apenas à ideologia e pode incluir qualquer análise hermenêutica, a fim de desvendar-se as artimanhas de formas simbólicas que inibem a emancipação dos outros, sobretudo de discursos aparentemente críticos que reproduzem propostas imbecilizantes.

Thompson (2007) propõe que o conceito ideologia pode ser usado para fazer referência às maneiras como o significado serve em situações particulares, para sustentar e constituir relações de poder que são ordenadamente assimétricas e presentes em relações de dominação. Complementa que o estudo da ideologia requer classificação das formas como o sentido é construído e utilizado nas formas simbólicas e também nos discursos linguísticos cotidianos, até os textos de maior complexidade.

Segundo Thompson, a hermenêutica de profundidade (HP) oferece uma reflexão filosófica a respeito da compreensão como uma reflexão metodológica em relação à natureza das tarefas de interpretação na pesquisa social. Na concepção de Thompson (2007), a HP é o estudo de construções significativas e da contextualização social de formas simbólicas que fornecem uma referência metodológica para o direcionamento da análise, com destaque para a interpretação da ideologia.

A tríplice análise da HP salientada por Thompson (2007), já resumida por Demo (2001), consiste em:

- Análise socio-histórica: considerada pelo autor como a primeira fase da perspectiva HP. As formas simbólicas são geradas, transmitidas e recebidas em condições sociais e históricas exclusivas. Esta etapa tem como objetivo reconstruir as condições sociais e históricas da geração, circulação e recepção das formas simbólicas.

- Análise formal ou discursiva: emerge em decorrência dos objetos e das expressões que tramitam nos campos sociais, que se referem, também, a construções simbólicas complexas, apresentam uma estrutura articulada. As formas simbólicas têm a capacidade e o objetivo de dizer algo sobre alguma coisa. Esta análise tem a preocupação com a organização interna das formas simbólicas, com

características estruturais, relações e padrões, servindo para a constituição do campo/objetivo.

- Interpretação/re-interpretação: esta última fase da HP é facilitada pela etapa da análise discursiva, no sentido de seus métodos revelarem os efeitos e padrões que formam e operam dentro de uma forma discursiva ou simbólica. É por meio da análise socio-histórica e análise discursiva que se constrói a interpretação. Thompson (2007) afirma que a interpretação provoca um movimento novo de pensamento, ela resulta de síntese e construção criativa de significados.

Enfim, a opção por tomar como referências principais as contribuições de Morin e de Thompson partiu da compreensão de que elas são complementares entre si, tendo o primeiro uma abordagem mais epistemológica, filosófica, e o segundo uma abordagem mais teórica e sociológica.

No capítulo a seguir são apresentados aspectos históricos do tabagismo e da industrialização do tabaco, bem como uma revisão bibliográfica referente ao tema.

CAPÍTULO 2: ASPECTOS HISTÓRICOS E APRESENTAÇÃO DA BIBLIOGRAFIA

Neste capítulo estão apresentados aspectos históricos referentes ao tabagismo, industrialização do tabaco e fumicultura, bem como bibliografia e documentos sobre o tema em questão.

2.1 Tabagismo

Uma das principais causas globais de óbitos no mundo se refere ao tabagismo. Durante o século XX ocorreram 100 milhões de mortes atribuíveis ao uso do tabaco, sendo a maioria delas em países semi-periféricos e nas economias socialistas. No século XXI é provável que deva se registrar 1 bilhão de óbitos ligados ao tabagismo, e a maior parte deles deverá ocorrer em países de baixa renda (IGLESIAS *et al.*, 2007).

O tabagismo é considerado um dos fatores de risco mais importantes para as Doenças e Agravos Não-transmissíveis (DANT), a principal causa de enfermidades e óbitos no Brasil. No período de 1930 a 1990 a proporção de óbitos no Brasil por DANT triplicou. No ano de 2004, as DANT foram responsáveis por aproximadamente 63% da mortalidade resultantes de causas conhecidas (IGLESIAS *et al.*, 2007).

A popularização do consumo de cigarros ocorreu particularmente na segunda metade do século XX, de certa forma estimulada pela urbanização e pelo ritmo de vida mais acelerado das cidades (BOEIRA, 2002). Uma definição bem concisa sobre tabagismo seria “uso regular de tabaco” (BOEIRA, 2002, p. 80).

Uma pesquisa realizada por Dórea e Botelho (2006) mostrou que aproximadamente 70% dos fumantes gostariam de parar com o hábito de fumar. Entretanto, sem o apoio dos serviços de saúde poucos conseguem. Aproximadamente 33% deles tentam; porém mais de 90% destes 33% são informais, ou seja, sem tratamento formal ou especializado.

Quando param de fumar, 33% dos fumantes ficam em abstinência por dois dias, enquanto de 3% a 5% continuam sem fumar por um ano e podem ser considerados bem sucedidos (DÓREA; BOTELHO, 2006).

O consumo de cigarros é a mais devastadora causa evitável de doenças e mortes da história. Atualmente, o tabagismo representa um dos mais graves problemas de saúde pública, configurando uma epidemia que compromete não só a saúde da população, como também a economia do país e o meio ambiente (INCA, 2009).

A OMS (WHO, 2009) estima que até o ano de 2025 o tabagismo poderá matar um total de 500 milhões de pessoas da população atual, sendo que deste montante 200 milhões corresponderão a crianças e adolescentes. Cerca de metade destas mortes atingirão pessoas entre 35 e 69 anos de idade, que perderão em média 20 anos de vida. Aproximadamente 70% destas mortes ocorrerão em países semi-periféricos, caso não sejam tomadas medidas enérgicas e eficazes (BOEIRA, 2002). Neste sentido pesquisas da OMS indicam que:

o tabagismo deve ser considerado como uma pandemia, já que atualmente morrem, no mundo, cinco milhões de pessoas por ano, em consequência das doenças provocadas pelo tabaco, o que corresponde a aproximadamente seis mortes a cada segundo. Do total de mortes ocorridas, quatro milhões são do sexo masculino e um milhão no sexo feminino. O cigarro mata mais do que outras causas evitáveis de morte como cocaína, heroína, álcool, incêndios, suicídios e AIDS, nos países semi-periféricos. Lembrando que dois terços da população mundial estão em países pobres e, nesses, a fome e a desnutrição são a principal causa de morte também evitável (DÓREA; BOTELHO, 2006, p.2).

O panorama mundial indica grande frequência de dependência do tabagismo em ambos os sexos, tanto em semi-periféricos e periféricos. No ano de 2008 existiam aproximadamente 1,3 bilhão de pessoas fumantes no mundo, sendo cerca de um bilhão do sexo masculino e o restante em proporção bem inferior do sexo feminino. Conjecturas indicam que nos próximos 20 anos o maior percentual de fumantes esteja localizado nos países semi-periféricos, conforme pesquisa de Dórea e Botelho (2006).

O tabagismo é reconhecido como uma doença crônica gerada pela dependência da nicotina e, por isso, está inserido na Classificação Internacional de Doenças (CID10) da OMS. Também é considerado o mais importante fator de risco isolado para cerca de 50 doenças, muitas delas graves e fatais como câncer, as

cardiovasculares, doenças pulmonares, entre outras. Este problema também acomete os não fumantes que, ao se exporem à fumaça de produtos de tabaco em recintos coletivos (tabagismo passivo), correm o risco de desenvolver câncer, infarto, infecções respiratórias, dentre outros agravos (WHO, 2009).

De acordo com o Relatório do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) de 2006, citado pela WHO (2009),

o tabaco contribui para o empobrecimento dos indivíduos e de suas famílias porque os seus consumidores têm maiores chances de adoecerem, perderem produtividade e renda. Além disso, a produção agrícola de tabaco e a manufatura dos seus derivados podem contribuir em alguns casos para o adoecimento e o empobrecimento das famílias envolvidas nessas atividades. Tabaco e pobreza formam um ciclo vicioso do qual é difícil escapar, a não ser que os tabagistas sejam encorajados e apoiados para abandonar o consumo.

Em detrimento de todo conhecimento acumulado sobre os graves riscos do tabagismo, estratégias cada vez mais audaciosas e modernas têm garantido que o consumo do tabaco cresça gradativamente. No ano de 2008, existiam aproximadamente 1,3 bilhões de tabagistas no mundo, sendo que 80% deles viviam em países pobres. Trata-se de um consumo intensamente induzido por grandes companhias transnacionais de tabaco, que buscam garantir a continuidade do negócio em qualquer parte do planeta (WHO, 2009).

A seguir a Tabela 1 apresenta dados da pesquisa realizada com os 27 países de maior número de fumantes do mundo, em ordem crescente:

Tabela 1 – Países com maior número de fumantes do mundo

País	População	Consumo Cigarros (Milhões UND)	% Fumantes (Estimativa)	Quantidade Fumantes	Produção Tabaco (Toneladas)
Romênia	21.711.000	36.000.000	30,00%	6.513.000	7.000
Iran	69.512.000	48.000.000	14,20%	9.870.000	22.000
África do Sul	47.432.000	28.000.000	22,40%	10.625.000	20.000
Argentina	38.747.000	38.000.000	29,70%	11.508.000	170.000
Polônia	38.530.000	60.000.000	32,00%	12.330.000	49.000
Itália	58.093.000	90.000.000	22,20%	12.897.000	120.000
Tailândia	64.233.000	48.000.000	21,10%	13.553.000	79.000
Coréia	47.817.000	90.000.000	29,10%	13.915.000	50.000
Espanha	43.064.000	100.000.000	33,20%	14.297.000	42.000
Reino Unido	59.668.000	70.000.000	26,00%	15.513.000	0
França	60.496.000	60.000.000	29,90%	18.088.000	23.000
Ucrânia	46.481.000	130.000.000	41,20%	19.150.000	700
México	107.029.000	48.000.000	18,90%	20.228.000	20.000
Vietnã	84.238.000	80.000.000	24,80%	20.891.000	19.000

Egito	74.033.000	63.000.000	29,90%	22.136.000	30.000
Alemanha	82.689.000	220.000.000	27,20%	22.491.000	12.000
Turquia	73.193.000	130.000.000	34,60%	25.324.000	160.000
Filipinas	83.054.000	93.000.000	34,70%	28.820.000	50.000
Indonésia	222.781.000	185.000.000	13,50%	30.075.000	150.000
Paquistão	157.935.000	58.000.000	19,10%	30.166.000	110.000
Brasil	186.405.000	100.000.000	16,20%	30.198.000	870.000
Bangladeche	141.822.000	23.000.000	36,80%	52.190.000	40.000
EUA	298.213.000	480.000.000	23,20%	69.186.000	470.000
China	1.323.345.000	1.800.000.000	35,80%	473.758.000	3.000.000
Índia	1.103.371.000	100.000.000	-----	-----	600.000
Japão	128.085.000	280.000.000	-----	-----	50.000
Rússia	143.202.000	400.000.000	-----	-----	0
Total	4.805.179.000	4.858.000.000		983.722.000	6.163.700

Fonte: Desenvolvido pelo autor como base no *Who Framework Convention On Tobacco Control* (2008)

*Referência ano de 2005 (números estão arredondados – estimativas).

*Conforme pesquisa no site da Organização Mundial de Saúde, os países Índia, Japão e Rússia não possuem informação em relação a estimativa de % de fumantes, disponibilizando apenas os dados de quantidade de cigarros consumidos no ano de 2005.

Percebe-se por meio da Tabela 1 que os vinte e sete países citados correspondem a quase 1 bilhão de fumantes em todo mundo, e que somente à China correspondem aproximadamente 35,80%. Percebe-se nas informações da Tabela 1 que mesmo países centrais possuem ainda considerável índice de fumantes.

2.2 O Fumo e a Fumicultura

A cultura do fumo é uma atividade antiga. Do uso em cerimoniais religiosos pelos indígenas à posterior industrialização e comercialização, o fumo transformou-se em um dos fatores de maior importância para a economia dos mais de 113 países que exploram essa cultura.

A produção mundial de fumo é concentrada em países como China, Brasil, Índia, Estados Unidos, Zimbábue e Indonésia, que são responsáveis por 70% deste setor produtivo. O mercado internacional do fumo é bastante ativo e mais de 30% da produção mundial é destinada às exportações (DESER, 2009).

No sul do Brasil, a cultura do fumo (fumicultura) envolve aproximadamente 200 mil famílias, distribuídas em mais de 682 municípios. Grande parte são agricultores familiares que possuem pequenas áreas de terra e que no fumo possuem a principal ou até mesmo única fonte de renda familiar (DESER, 2009).

Embora importante para a economia dos municípios e das famílias envolvidas, existem vários aspectos que interferem no funcionamento do conjunto dessa cadeia produtiva, tanto no que se refere ao processo de produção e comercialização do produto, quanto aos aspectos sociais e ambientais envolvidos. Nesse sentido, o presente texto explanou esses diferentes aspectos, contribuindo para o entendimento e discussão das questões envolvidas na cadeia produtiva do fumo. Na citação a seguir Bonato (2007) apresenta um breve histórico do início do hábito de fumar.

O hábito de fumar é muito antigo na civilização. No entanto, não existem estudos que indiquem o período exato e os motivos que levaram as pessoas a adquirir esse hábito. Sabe-se que há mais de quatro mil anos o cultivo e o uso do tabaco já era desenvolvido pelos Maias na região da América do Norte e América Central. A partir de então, outros povos indígenas da América aprenderam como cultivar a planta e elaborar o produto para utilizá-lo em cerimoniais religiosos. O cachimbo era a principal forma usada para se fumar o tabaco, mas também eram feitos cigarros simples enrolando-se as folhas secas. Para os índios, o uso do tabaco era algo de grande valor cerimonial, acreditavam que a inalação da fumaça os aproximava dos deuses (BONATO, 2007, p.4).

Os missionários e descobridores levaram as primeiras sementes de tabaco para a Europa, mas seu cultivo inicial ocorria apenas por curiosidade. Os tripulantes e comerciantes que vieram ao Novo Mundo passaram a levar o tabaco e a consumi-lo na Europa. Em meados do século XVI, o embaixador francês em Lisboa, Jean Nicot, iniciou o cultivo da planta para consumo, pois acreditava que a inalação da fumaça do tabaco tivesse efeitos medicinais. Seus amigos da corte francesa passaram a acreditar que o tabaco pudesse curar todas as formas de doença, denominando a planta de “nicotina”, em homenagem a Nicot (BONATO, 2007).

Conforme estudo de Bonato (2007), sobre o hábito sagrado de fumar dos indígenas ao medicinal de Nicot, o fumo passou a ser considerado um hábito vinculado ao prazer. Embora de alto custo, seu consumo espalhou-se rapidamente. Por volta de 1600, foram abertas várias lojas de tabaco na Europa. Entre 1650 e 1750, houve uma grande expansão do comércio ultramarino. A partir de então, o

tabaco foi difundido em todo o mundo por meio dos marinheiros, comerciantes, colonos e missionários.

Jean Baptiste Nardi (1996), em sua obra *A História do Fumo Brasileiro*, indica como hipótese mais provável que a planta tenha nascido nos vales orientais dos Andes Bolivianos e se difundido no atual território brasileiro por meio das migrações indígenas, sobretudo Tupi-Guaranis (BONATO, 2007). Uma síntese sobre a história do cultivo é apresentada a seguir:

Quando da chegada dos europeus, o fumo era de uso comum nas tribos indígenas e era cultivado em toda a costa brasileira. No início, os portugueses obtinham o fumo dos índios através do escambo, sistema de trocas que beneficiava muito mais o colonizador do que os índios. Percebendo que estavam perdendo a terra, os índios reagiram, iniciando-se um longo ciclo de guerras, que marcou as primeiras páginas da História do Brasil e que teve influência direta na produção de fumo. As primeiras lavouras de tabaco formadas pelos colonos surgiram da necessidade de garantir o consumo próprio. À medida que o mercado foi se formando, colonos portugueses iniciaram o cultivo visando o abastecimento do mercado europeu. Ao contrário da cana-de-açúcar, cultivada em grande escala por fazendeiros, o tabaco foi plantado por colonos em áreas reduzidas desde o início. Durante a ocupação holandesa em Pernambuco (início do século XVII), o fumo produzido ocupou papel importante na carteira comercial de produtos oferecidos pela Companhia das Índias Ocidentais. Com o estabelecimento definitivo dos portugueses no Brasil, começaram a aparecer as primeiras legislações reguladoras da atividade (BONATO, 2007, p.5).

Em 1674, foi estabelecido o monopólio português do tabaco (Junta de Administração do Tabaco), significando o início de uma pesada tributação sobre o fumo. O fumo brasileiro passou a ter três destinos principais. O produto considerado de primeira e segunda qualidade era exportado para Lisboa e a maior parte (cerca de 60%) era reexportada para outros países europeus.

Grande parte era considerado fumo de terceira qualidade, servia também de moeda para o comércio de escravos com a África, o restante destinava-se ao consumo interno. Até 1850, o fumo baiano passou a ser o principal gênero de comércio no escambo dos escravos com a África, chegando a representar 30% das exportações de fumo no Brasil Colonial. Do fim do período colonial (1808), até o início do século XX, o fumo brasileiro diversificou-se, tanto em nível espacial (áreas cultivadas), como no processo de industrialização e comercialização (BONATO, 2007, p.5).

Com a chegada dos imigrantes europeus em São Leopoldo no ano de 1824 e em Santa Cruz do Sul em 1849, ocorreu a concentração espacial, agrícola e industrial, assim como o estabelecimento das estruturas atuais. O fumo passou a ser

cultivado também em Minas Gerais, Goiás, São Paulo e, sobretudo, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com a chegada dos imigrantes europeus, principalmente os alemães e italianos, com ênfase particularmente nas colônias de São Leopoldo e Santa Cruz do Sul (Rio Grande do Sul). O fumo constitui-se um dos fatores de maior importância para a economia em mais de 113 países atualmente que exploram sua cultura, envolvendo, direta ou indiretamente, mais de 100 milhões de pessoas no processo produtivo (BONATO, 2007). A produção mundial de fumo no ano de 2007 foi de aproximadamente 7 milhões de toneladas, conforme a Tabela 2 apresentada a seguir:

Tabela 2 - Evolução da produção/consumo de tabaco de 1980 a 2007

Ano	Produção (kg)	Consumo
1980	5.575.000	5.140.900
1990	6.944.560	6.225.120
1993	8.111.280	6.900.100
2000	6.582.340	6.368.100
2001	6.111.220	6.285.120
2002	6.555.690	6.303.130
2003	6.500.140	6.300.200
2004	6.961.220	6.310.110
2005	7.022.370	6.325.130
2006	6.937.080	6.324.060
2007	6.810.890	6.292.440

Fonte: Adaptado pelo autor com base em dados secundários da AFUBRA 2009

Os dados expressos na Tabela 2 indicam que a cultivo mundial de tabaco, mantém uma média de produção, todavia, oscilando em alguns anos. Mesma situação ocorre com o consumo que se mantém de maneira estável no decorrer dos anos, conforme apresentado anteriormente com dados da AFUBRA (2009).

Bonato (2007) salienta que de acordo com projeções da FAO (Projeções da produção, consumo, e comércio de tabaco até o ano de 2010), a partir de estudo desenvolvido em 2003, a produção de fumo deve evoluir de forma diferente principalmente entre os países semi-periféricos e periféricos. Os primeiros seguem com tendência a um declínio da produção, em decorrência da pressão sobre os subsídios, das ações de controle do tabagismo, aumento nos custos de produção e da redução na rentabilidade. As maiores quedas ocorrem nos Estados Unidos, cuja participação na produção mundial de tabaco teve redução de 20% para 8% entre o

ano de 1970 e 2000, e na União Européia, cuja participação caiu de 14% para 7% no mesmo período.

Nos demais países centrais, como o Japão, a produção caiu pela metade. Em direção contrária, nos países semi-periféricos, a tendência continua de crescimento da produção em função de mudanças nas estratégias das indústrias transnacionais do tabaco, da demanda do consumo mundial concentrada principalmente nos países em desenvolvimento, baixos custos de mão-de-obra e de ganhos de lucratividade que a cultura do tabaco proporciona em comparação com outras culturas. Neste sentido, percebe-se uma clara transferência da produção de tabaco dos países centrais para os países semi-periféricos (BONATO, 2007, p.6-7).

No mercado nacional, a produção de fumo aumentou nos últimos anos, de forma que o Brasil tornou-se o segundo maior produtor mundial desse produto. O aumento de produção no Brasil está diretamente ligado às transformações ocorridas no mercado externo, sendo o principal motivo a redução na produção em alguns países, conduzindo a uma migração para países semi-periféricos como o Brasil.

A região sul concentra mais de 96% da produção nacional, estando presente em 682 municípios da região sul (299 no Rio Grande do Sul, 236 em Santa Catarina e 147 no Paraná). Neste sentido o Rio Grande do Sul é o maior produtor, concentrando 51% do total, seguido por Santa Catarina com 34% e o Paraná com 15% (DESER, 2009).

O Brasil lidera o *ranking* de exportação do tabaco em folha desde 1993. A possibilidade de produção com baixos custos e a qualidade do tabaco brasileiro, bem como a capacidade de fornecimento para o mercado externo, são motivos que fomentam a expansão das exportações brasileiras. Embora o fumo seja uma cultura aparentemente rentável, a renda gerada por esta indústria no Brasil é distribuída de forma desigual (BONATO, 2007; DESER, 2009).

Como exemplo, utilizamos como base o ano de 2003 em que o governo brasileiro absorveu por meio de impostos e tributos R\$ 5,5 bilhões do total de renda gerada pela atividade fumageira que foi de aproximadamente R\$ 11,9 bilhões. A indústria foi a segunda maior beneficiada ficando com 26,9% do total que representa R\$ 3,1 bilhões. A participação dos produtores foi de 19,9%, considerando-se esta pequena proporcionalmente, especialmente se for considerado que são os produtores que estão envolvidos diretamente na cultura e que utilizam terras próprias, envolvendo a família no processo produtivo. Os varejistas corresponderam

a aproximadamente 6,1% do total faturado no ano de 2003 conforme informação do DESER (2009).

No sul do Brasil destaca-se o sistema de integração entre indústrias e fumicultores. O Sistema Integrado de Produção (SIP) teve início em 1918 na cidade de Santa Cruz do Sul, que atualmente é considerada a capital mundial do fumo (DESER, 2009). Boeira (2002) destaca que o estabelecimento do sistema integrado foi resultado de uma estratégia articulada de marketing, com base em conhecimentos tecnocientíficos e culturais da região.

Com conhecimentos em geografia, climatologia, história e socioeconomia a BAT/Souza Cruz no ano de 1918 foi quem planejou o SIP. O objetivo inicial deste sistema era garantir a normalidade de abastecimento de matéria-prima para a fábrica de cigarros instalada no estado do Rio de Janeiro. A inserção do sistema no sul do país, mais precisamente a partir de Santa Cruz do Sul, acabou moldando uma reorganização de todo o setor fumageiro no Brasil (DESER, 2009).

A partir deste novo modelo, outras empresas com o exemplo da BAT/Souza Cruz, passaram a fornecer, como adiantamento, os fertilizantes, as sementes, financiamentos da construção de estufas, o que contribuiu para uma perda de autonomia no processo de trabalho dos trabalhadores e familiares envolvidos com tabaco (VOGT, 1997).

Outro mecanismo preconizado pelo SIP é a assistência técnica oferecida pelas empresas em troca de promessa de venda integral da produção com exclusividade. No início os produtores se comprometiam moralmente e, com o passar do tempo, por meio de contratos, que é uma maneira da indústria manter o controle produtivo em suas mãos desde o princípio do cultivo do fumo e não somente no instante da venda final. Boeira (2002) salienta ainda que o SIP ganhou estabilidade em função da definição antecipada dos preços mínimos a serem pagos aos produtores no final da safra.

O crescimento do mercado interno de cigarros no Brasil a partir do ano de 1970 fortaleceu o SIP. Com a consolidação e expansão do sistema, a região sul do Brasil destacou-se no cenário mundial tanto na produção como na exportação do tabaco (DESER, 2009).

Os atores envolvidos na cadeia produtiva do fumo são os seguintes: fumicultores, empresas fumageiras, representação dos produtores, sistema bancário e representação das indústrias.

De acordo com dados da AFUBRA nos últimos cinco anos a quantidade de famílias envolvidas na produção de fumo nos estados do Sul aumentou em 41%, (DESER, 2009).

No Brasil, quando analisada a situação das empresas fumageiras, percebe-se que as maiores estão vinculadas ao capital internacional, seguindo a dinâmica mundial de fusões e aquisições. As principais empresas no Brasil de acordo com DESER (2009) são:

a) A Souza Cruz, fundada em 1903 no Rio de Janeiro. Em 1920 a empresa iniciou o processo de incentivo da produção do fumo na região Sul e instalou sua primeira usina de beneficiamento de tabaco em Santa Cruz do Sul. A BAT/Souza Cruz é atualmente um dos 05 maiores grupos privados brasileiros, subsidiária do grupo BAT, o segundo maior grupo do mundo no que relaciona-se ao tabaco. A Souza Cruz é líder no mercado brasileiro de cigarros com participação de 75% do total comercializado anualmente. A empresa atua de maneira integrada com mais de 45 mil agricultores, principalmente nos estados do Sul.

b) A Philip Morris International, pertencente ao grupo Altria é a maior companhia da indústria de tabaco do mundo fora dos Estados Unidos. A empresa possui atuação no setor de bebidas e alimentos também. Esta iniciou suas operações no Brasil em 1973, inaugurando sua primeira fábrica na cidade de Curitiba. Quinze anos depois, transferiu suas atividades para Santa Cruz do Sul.

c) Universal Leaf Tabacos Ltda é subsidiária do grupo Universal Leaf Corporation. Foi fundada em 1918 nos EUA e é líder mundial em negócios com fumo em folha e chá. A empresa atua no Brasil desde 1970, sendo a maior exportadora do Rio Grande do Sul. A sede da empresa é em Santa Cruz do Sul, sendo a unidade industrial com maior capacidade de beneficiamento diário do mundo. Somente nos estados do sul a empresa mantém integração com 55 mil agricultores.

d) A CTA – Continental Tobaccos Alliance S.A, com matriz em Venâncio Aires (RS), fundada em 1994 por um grupo de brasileiros. Em dez anos a produção da empresa passou de 4,2 mil toneladas para 120 mil toneladas de tabaco.

e) Kannenberg e Cia Ltda começou as atividades no ano de 1953, mas somente a partir de 1996 iniciou a exportação de tabaco beneficiado para diversos países. A matriz está localizada em Santa Cruz do Sul.

f) A Brasfumo Indústria Brasileira de Fumos Ltda é uma empresa de capital nacional, com sede em Venâncio Aires. Teve início das atividades em 1991,

adquirindo e comercializando tabaco. Produz e comercializa aproximadamente 23,5 mil toneladas de tabaco por ano.

As empresas relacionadas anteriormente são descritas pelo DESER (2009) como as principais no Brasil, com ênfase de atuação no sul do país.

Outro importante ator envolvido no ciclo do tabaco é a representação dos produtores, que é composta por representantes dos produtores e das indústrias do tabaco. As indústrias são representadas pelo Sindicato das Indústrias do Fumo (SINDIFUMO, atualmente SINDITABACO) e os produtores são representados pelas Federações de Trabalhadores dos três estados do sul, a FETAG (Rio Grande do Sul), a FETAESC (Santa Catarina) e a FETAEP (Paraná); pelas federações da Agricultura dos estados do sul: FARSUL, FAESC, FAEP e pela AFUBRA (DESER, 2009).

Ainda representando os trabalhadores destacam-se a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL), o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Alimentação de Santa Cruz do Sul e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (DESER, 2009).

As indústrias também possuem representantes entre os quais se destaca o SINDIFUMO (Sindicato das Indústrias do Fumo), entidade esta que congrega empresas atuantes na produção, industrialização, comercialização e exportação do fumo. É o principal órgão de representação dos interesses das indústrias, tanto na negociação com os órgãos governamentais como na orientação aos contratos de integração, captação de recursos e negociação dos critérios de comercialização da safra. Criada em 1942, como Associação Profissional da Indústria do Fumo, teve sua denominação mudada para sindicato em 1947 (DESER, 2009, p.36).

O sistema bancário atua como repassador de recursos nas operações de crédito realizadas, tais como financiamentos para custeio e investimento. Os bancos não mantêm contato direto com os fumicultores e sim com as empresas fumageiras, que atuam como avalistas dos seus integrados no financiamento. As empresas são responsáveis por toda burocracia oriunda da operação financeira e também pelo fornecimento de cópia dos documentos para os produtores.

2.3 Rede Estratégica

Nesta parte do estudo, abordou-se os conceitos de rede estratégica. Tornou-se necessário abordar o tema *redes*, para que se compreendessem as manifestações e discursos ideológicos, pois apenas as entidades separadamente não seriam suficientes para tal análise. Foi percebido no decorrer do estudo o quanto estas entidades são integradas e unidas neste confronto ideológico, sempre defendendo a ideologia do respectivo setor e não apenas como unidades isoladas.

A noção de rede, bem como a de setor, é mais abrangente que apenas o escopo organização. Neste sentido, identificou-se no estudo que o setor, ou as redes estratégicas que as organizações da indústria do tabaco constituem, se apresentam como ideológicas à medida que se confrontam com o setor saúde. E do outro lado, o setor saúde também se apresenta com uma vasta rede estratégica, mais fragmentada, que envolve organizações de vários tipos: estatais, paraestatais, não-governamentais e até comerciais.

Desta maneira, os conceitos apresentados a seguir são relevantes à medida em que a ideologia serve para unir os atores sociais, padronizar, apagar as diferenças sociais internas, não somente em nível organizacional, mas também em nível setorial.

O ambiente organizacional tem como característica atual a necessidade das empresas atuarem de forma conjunta e associada. Desta maneira, emergem como possibilidade para desenvolvimento empresarial os modelos empresariais e entidades governamentais baseados na associação, no compartilhamento, na complementaridade, na ajuda mútua, na troca, tomando como premissa o conceito de redes. Para obter competitividade e blindagem as redes de empresas representam uma maneira inovadora de sobrevivência no mundo globalizado.

A prática da formação de redes objetiva formar uma nova arquitetura organizacional, bem como inovar na formação de relacionamento entre empresas, organizações governamentais, ONGs, etc.

Em contexto mundial, nas últimas décadas tem ocorrido mudanças nas relações industriais, à medida que se acumulam e consolidam as transformações técnicas, econômicas e organizacionais. Estas mudanças provocam transformações nas maneiras de administrar, produzir, distribuir bens e serviços, e como

consequência desenvolvem novas relações entre funcionários e empresas e entre instituições e empresas. Salienta Souza (1993) que se trata de um momento de transição, no qual é cabível ressaltar: a) o ritmo intenso das mudanças tecnológicas que apressa a defasagem técnica de equipamentos, produtos e processos; b) as crescentes modificações dos mercados; c) a diminuição das fronteiras e o aumento da incerteza e o risco em que devem ser tomadas as decisões dos atores econômicos; d) que as empresas em vários países se defrontam com crescentes pressões nas áreas de legislação, trabalhista e políticas.

Gulati *et al* (2000) observam que o conceito de rede remete a um conjunto de relacionamentos das organizações, tanto verticais, como horizontais com outras organizações (clientes, concorrentes, fornecedores, e entidades), em que se incluem relações que atravessam as fronteiras dos países e das indústrias. As redes podem ser compostas por laços interorganizacionais de longo prazo, de intenção estratégica, e incluem alianças entre empresas e demais entidades.

Boeira (2002, p.179) propõe dois conceitos: a) rede estratégica; b) rede multifragmentária. A rede estratégica se refere às forças sistêmicas, que operam dentro das regras e dos valores dominantes no sistema capitalista, da cultura-ideologia do consumismo⁴ e de seus componentes. A noção de rede estratégica refere-se a um conjunto de partes integradas sistemicamente por uma das partes, que ocupa um papel central e estratégico, coordenando os elos, o fluxo de informações e o alcance da ação do conjunto. Podemos utilizar como exemplo a BAT/Souza Cruz exercendo papel central estratégico como representativa da indústria do tabaco no Brasil integrada sistematicamente em seus elos, que no caso são seus aliados não-governamentais, como a ABIFUMO. A relação com determinados setores do Estado, como o Ministério da Agricultura, é mais complexa.

Salienta Boeira (2002) que existe maior ou menor complexidade ou mecanicidade na rede estratégica na medida em que o fluxo de informações entre as partes depende ou independe da parte coordenadora, e na medida em que o

⁴ Para mais informações sobre este conceito, ver Sklair (1995). Resumidamente, o autor concebe a cultura-ideologia do consumismo como sendo o “extraordinário” destaque obtido pelo consumo alienado no capitalismo contemporâneo, à elevação das expectativas de consumo desvinculadas das condições de aquisição de produtos e serviços, ao desgaste implícito no abuso dos recursos naturais, à produção descontrolada de lixo [...] (SKLAIR, 1995).

ambiente é considerado um cenário para a atuação das partes ou uma fonte de informações (neguentropia).⁵

Na rede estratégia percebe-se um conjunto de elementos (nós, elos, setores) que possuem uma vinculação (linha) com um elemento central predominante. Por meio desta ligação existe um fluxo de ordens ou informações que produzem um movimento estratégico-sistêmico mais ou menos complexo, mais ou menos mecanicista (BOEIRA, 2002).

Já no que se refere o conceito de rede mutifragmentária, que não é foco deste estudo, o autor define como

conjunto das forças anti-sistêmicas e transistêmicas que, direta ou indiretamente, opõem-se às estratégias das Corporações Transnacionais (CTNs) de tabaco. O conceito remete para um conjunto pouco articulado de setores, fragmentos, grupos sociais, que por meio de sua atuação descentralizada ampliam os espaços da cidadania (BOEIRA, 2002).

Na atuação da indústria do tabaco, ao longo da história, como consequência da controvérsia existente quanto ao consumo e produção de seus produtos, os empresários tornaram-se mais articulados entre si, na defesa do setor fumageiro ou indústria do tabaco, obtendo gradativo e crescente apoio estratégico, inclusive dos órgãos criados para defender os interesses dos plantadores de tabaco e de setores governamentais. Com o objetivo de influenciar politicamente outros setores da sociedade (atores sociais), como mídia, associações comerciais e industriais, parlamento, órgãos técnicos dos poderes executivos, os executivos criaram suas próprias ONGs. No Brasil, as entidades que exercem um papel central protegendo os interesses da indústria do tabaco, no que se refere a fortalecer as estratégias de marketing, tecnocientíficas e político-ideológicas são o Sindicato da Indústria do

⁵ A “sociedade em rede”, descrita e teorizada por Castells (1999), constitui-se, conforme observa Boeira (2006, p. 32), “como contexto estrutural e simultaneamente como produto da experiência de transformações organizacionais, na transição do industrialismo para o informacionalismo, da produção em massa para a produção flexível”. Para Castells (1999, p. 189), “a transformação organizacional ocorreu independentemente da transformação tecnológica, com resposta à necessidade de lidar com um ambiente organizacional em constante mudança”. No entanto, ao ser iniciada, a transformação organizacional foi muito intensificada pelas novas tecnologias de informação. Como resultado da interação entre crise e transformação, surge a “empresa em rede”, definida como “aquela forma específica de empresa cujo sistema de meios é constituído pela intersecção de segmentos de sistemas autônomos de objetivos” (CASTELLS, 1999, p. 191). Sobre o conceito de rede, recomenda-se ver também a coletânea organizada por Leila Dias e Rogério da Silveira (2007).

Tabaco (SINDITABACO) e a Associação Brasileira da Indústria do Fumo (ABIFUMO). No Capítulo 3 estas organizações são abordadas.

As corporações transnacionais do tabaco articulam-se no setor em forma de rede estratégica, por meio da qual direciona seus interesses e estratégias convergentes organizadas por suas alianças (entidades de apoio) e, desta maneira, a indústria do tabaco consegue ficar sem exposição direta à mídia, utilizando seus aliados como barreira de proteção.

Em face à turbulência e complexidade do ambiente organizacional, a composição de redes e alianças tem sido uma estratégia dos dirigentes para se manter competitivos. Neste sentido, Gray e Wood (1991) descrevem colaboração como sendo um processo por meio do qual diferentes partes observam diferentes aspectos de um problema podem, construtivamente, explorar suas diferenças e procurar limitadas visões. Saliem ainda que a colaboração entre as redes ocorre quando um grupo de atores sociais, com domínio de um problema, se envolve em um processo interativo, utilizando divisões de papéis, normas e estruturas, para decidir ou agir sobre questões relacionadas ao problema.

Gulati (1998, p. 293) define alianças estratégicas como sendo “arranjos voluntários entre empresas, envolvendo troca, compartilhamento, ou co-desenvolvimento de produtos, tecnologias ou serviços”, que podem contribuir para a vantagem competitiva da organização ou redes/indústrias. Kanter (1990) classifica os tipos de alianças estratégicas em:

a) Alianças Multi-Organizacionais de Consórcios ou Serviços, em que neste modelo de aliança empresas e organizações que tenham uma necessidade parecida (habitualmente organizações com mesmos interesses ideológicos, políticos e financeiros e setor industrial) unem-se para criar uma nova entidade que venha a preencher aquela necessidade de todas.

b) *Joint Venture* ou Alianças de Oportunidade, nas quais as organizações percebem oportunidade para obter vantagens competitivas de curto prazo, mesmo que temporária, por meio de uma junção que as levem à implementação de um novo negócio ou para a ampliação de um negócio já existente.

c) Alianças de Parceria (funcionários, consumidores e fornecedores) em que neste formato de união existe o envolvimento de vários atores sociais em seus diferentes estágios de criação de valor.

Diante do exposto, as redes de empresas são formadas com o objetivo inicial de reduzir riscos e incertezas, organizando atividades de cunho econômico por meio da cooperação e coordenação entre empresas (LEON, 1998). Complementando a ideia de Leon (1998), Ribault *et al* (1995) salientam que a rede de empresas/organizações constituem um modo de agrupamento de entidades, destinado a favorecer a atividade de cada uma delas sem que as mesmas tenham obrigatoriamente laços financeiros entre si. Argumentam que estas entidades (empresas e organizações) se complementam umas com as outras nos planos técnicos (meios produtivos) e comerciais (canais de distribuição) e se apoiam mutuamente.

Ribault *et al* (1995) justificam que refere-se a um maneira de associação por afinidade de natureza informal e que deixa cada uma das organizações responsável pelo seu próprio desenvolvimento. O autor aponta as seguintes vantagens das redes organizacionais: cada organização da rede pode focar uma área de especialização; as organizações de uma rede podem desta maneira tornar-se espelho da atividade econômica desta rede; as organizações escolhem-se por afinidade.

Ribault *et al* (1995) salientam ainda que as redes organizacionais não correspondem a uma forma jurídica precisa, pois somente existem pela vontade e ideologia dos dirigentes das organizações implicadas. Existe um risco de instabilidade das redes organizacionais a partir do momento que os parceiros deixam de respeitar entre si os compromissos ideológicos e informais mútuos.

Grandori e Soda (1995), sintetizando diversos trabalhos, fazem a proposta de uma nova tipologia de redes, que chamam de redes interempresariais, conforme apresentado na Figura 2.

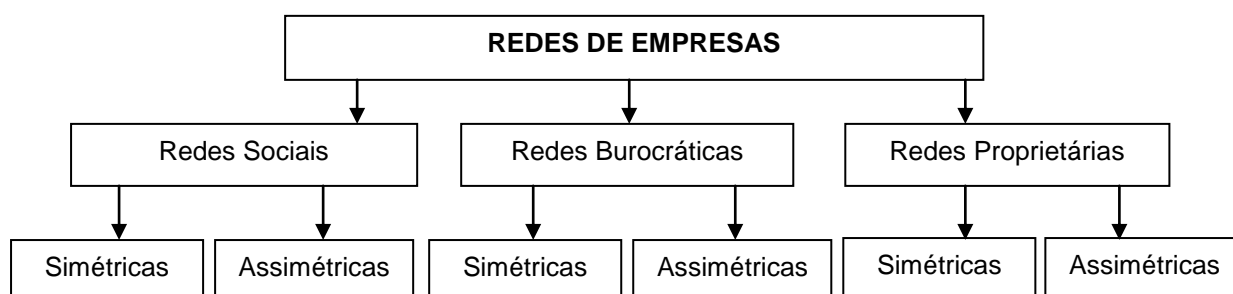


Figura 2 – Tipologia de Redes de Empresas
 Fonte: Grandori e Soda (1995).

O autor descreve as redes da seguinte maneira:

a) Redes sociais: O relacionamento dos integrantes não é formalizado por nenhum tipo de contrato. Divide-se em redes sociais simétricas ou redes sociais assimétricas. Nas redes sociais simétricas não existe um pólo detentor de poder diferenciado, ou seja, todos participantes possuem a mesma capacidade de decisão. As redes sociais assimétricas se caracterizam pela presença de um ator central, em que, com frequência, existem contratos formais entre as organizações com este tipo de arranjo (GRANDORI; SODA, 1995).

b) Redes burocráticas: Existe um contrato formalizado que objetiva regular além de especificações de fornecimento, a própria organização da rede e as condições de relacionamento entre os membros. As redes burocráticas assimétricas são redes de franquias e licenciamento, agências, etc (GRANDORI; SODA, 1995).

c) Redes proprietárias: caracterizam-se pela formalização de acordos relativos ao direito de propriedade entre os acionistas de empresas, em que se classificam também em simétricas e assimétricas. As redes de proprietárias simétricas são as *joint-ventures* empregadas na regulação das atividades de desenvolvimento e pesquisa, sistemas de produção de grande conteúdo tecnológico, etc (GRANDORI; SODA, 1995).

Redes proprietárias assimétricas: são habitualmente encontradas nas associações que integram o investidor de um lado e uma empresa parceira do outro. Encontram-se com maior frequência no setor de tecnologia, em que se desenvolvem mecanismos de decisão compartilhada e até transferência de tecnologia gerencial (GRANDORI; SODA, 1995).

A rede linear abrange a cadeia de valor em que seus participantes são os elos da cadeia de suprimentos, estendendo-se desde os fornecedores de matéria-prima até o cliente final. E, por último a rede dinâmica, no qual existe um relacionamento intenso e variável das organizações entre si.

O caso da indústria do tabaco não é convencional, não podendo ser classificados nas teorias existentes sobre firmas. Neste sentido, cada setor possui sua especificidade e o na indústria do tabaco existe uma complexidade envolvendo aspectos sociais, burocráticos etc.

2.4 Apresentação da Bibliografia

Esta etapa do estudo objetiva apresentar bibliografia sobre o tabaco, tabagismo, fumo e fumicultura. Por intermédio da pesquisa realizada em meio eletrônico apresentam-se alguns aspectos de artigos científicos, livros, dissertações e tese sobre as temáticas em questão.

2.4.1 Artigos científicos

A seguir uma síntese dos artigos pesquisados, apresentados em ordem cronológica:

a) Tânia Maria Cavalcante, no artigo intitulado *O Controle do Tabagismo no Brasil: avanços e desafios*, afirma que embora a ciência tenha demonstrado de forma convicta os graves prejuízos do tabagismo, o uso continua a aumentar globalmente, principalmente em virtude do consumo nos países semi-periféricos. Salienta, ainda, que, em decorrência de ausência das medidas abrangentes para controle do tabagismo nestes países, são eficazes estratégias de marketing das grandes companhias transnacionais do tabaco. Diz que o Brasil, mesmo sendo o segundo maior produtor de tabaco em folhas e o maior exportador mundial, tem conseguido escapar desta tendência. O artigo teve o objetivo de analisar os avanços alcançados e alguns desafios que ainda existem no âmbito do controle do tabagismo no Brasil. Pretendeu também evidenciar a importância de diferentes medidas intersetoriais para controlar as determinantes econômicas e sociais da expansão do consumo do tabaco, com destaque para as estratégias das grandes companhias de tabaco no Brasil (CAVALCANTE, 2005).

b) Em artigo publicado no *site* do INCA ⁶, intitulado *Considerações Sobre o Tabaco e Pobreza no Brasil: Consumo e Produção de Tabaco*, Cavalcante e Pinto, objetivaram analisar alguns aspectos da relação entre tabaco e pobreza no Brasil,

⁶ Portal do INCA: www.inca.gov.br

por meio de uma interpretação dessa associação sob duas perspectivas: o consumo de derivados de tabaco pelo trabalhador brasileiro e a realidade da produção agrícola a partir da fumicultura, fatores estes que as autoras consideram o elo mais frágil da cadeia produtiva (CAVALCANTE; PINTO, 2005).

c) No artigo *Indústria do Tabaco e Cidadania: Confronto Entre Redes Organizacionais*, Boeira (2006) aborda a história da indústria do tabaco no Brasil e a formação de sua rede estratégica e também a rede dos atores sociais que a contrapõem. O estudo apresenta a correlação entre a história de produção e consumo do tabaco, bem como aspectos do antitabagismo. O autor desenvolve o conceito de rede estratégica e de rede multifragmentária propostos para auxiliar na compreensão dos conflitos entre as duas redes. Os resultados da pesquisa sugeriram que houve um crescimento simultâneo das redes, enfatizando um crescimento maior para a rede estratégica de empresas do que para a rede multifragmentária (BOEIRA, 2006).

d) O segundo artigo selecionado intitula-se *Indústria do Tabaco vs. Organização Mundial de Saúde: Um Confronto Histórico Entre Redes Sociais de Stakeholders* publicado no ano de 2007. Boeira faz uma introdução à história da indústria do tabaco e ao confronto entre sua rede social de *stakeholders* e a rede liderada pela OMS, em que enfatiza a situação brasileira e o papel da Aliança de Controle do Tabagismo (ACT) como articuladora de uma pluralidade de *stakeholders* contrários às estratégias da indústria tabagista no Brasil (BOEIRA, 2007).

e) Carlise Schneider, em seu artigo *Exercícios de Poder: Entre o Planejamento Estratégico e a Banalização do Mal*, busca analisar as relações e os exercícios de poder que permeiam a atuação da agroindústria fumageira no Vale do Rio do Pardo (RS), com as famílias que cultivam o tabaco e a comunidade. A autora apresenta as articulações da empresa BAT/Souza Cruz e as relações com os poderes legislativo, executivo, judiciário e com a mídia local (SCHNEIDER, 2007).

f) O artigo (ainda inédito) *Souza Cruz: História e Ideologia Contemporânea Sobre Responsabilidade Social*, de Boeira e Cunha (2010), teve o objetivo de fazer um estudo sobre a história da Souza Cruz desde o seu surgimento em 1903 até o

ano de 2007. Especificamente o texto enfatizou a análise do sentido histórico da ideologia de empresas em relação à responsabilidade social e suas ambiguidades registradas nos projetos sociais da empresa. Procurou contribuir com as políticas públicas brasileiras, no sentido de elucidar informações sobre as complexas relações entre indústria do tabaco, saúde pública e efeitos socioambientais. Foi realizado sob a ótica do paradigma da complexidade.

2.4.2 Livros

Os livros que tratam da situação específica do confronto ideológico, ou confrontos ideológicos entre BAT/Souza Cruz e OMS são escassos, sendo identificada na pesquisa uma obra específica sobre o assunto dentre outras que abordam a temática de tabagismo, tabaco e fumicultura.

a) O autor Lúcio Delfino no ano de 2002 escreveu o livro intitulado *Responsabilidade Civil e Tabagismo no Código de Defesa do Consumidor*. Em primeiro plano, o autor ressalta as conseqüências maléficas do tabaco, alinhando as substâncias nocivas que o compõem e traçando sua evolução histórica, apresentando dados estatísticos de mortalidade em virtude do consumo do tabaco. Faz considerações sobre a relação do consumo e a responsabilidade civil do produtor. Teve como objetivo geral do estudo comprovar a possibilidade de se responsabilizar as indústrias do tabaco pelos danos acarretados aos consumidores em razão do consumo do seu produto (DELFINO, 2002).

b) *Atrás da Cortina de Fumaça* é uma obra oriunda da Tese de doutoramento em ciências humanas. Esta obra é fundamental para pesquisadores, estudantes, profissionais, órgãos governamentais e interessados sobre o tema entenderem mais especificamente sobre as relações entre tabagismo, indústria do tabaco e meio ambiente em suas múltiplas dimensões. A obra foi publicada no ano de 2002, entretanto o conteúdo ainda está muito atual. O autor instiga a reflexão em uma série de questionamentos: Quais as estratégias da indústria do tabaco? Quem são os antitabagistas e quais seus dilemas? Por que existe crescimento global da indústria do tabaco e concomitantemente mais rigor nas leis antitabagistas? Qual é o

impacto social e ambiental da produção? Qual a relação entre tecnociência, marketing e política cognitiva? Por que o Brasil tornou-se líder mundial em exportação de fumo nos anos 90? Qual a responsabilidade da indústria em relação à produção e ao consumo? Por que a indústria do tabaco recebe prêmios, promove reflorestamento e educação ambiental? (BOEIRA, 2002). Ressalta-se que a referida obra foi fundamental para a realização do presente estudo e finalização da dissertação.

c) No ano de 2004 a OPAS em parceria com o Ministério da Saúde do Brasil lançaram a obra *Tabaco e Pobreza, Um Círculo Vicioso*. Este livro reúne um conjunto de análises socioeconômicas e dados estatísticos sobre a influência do tabaco na saúde da população brasileira e também na população mundial. Estas informações foram apresentadas em seminário realizado na Câmara dos Deputados como estratégia de sensibilização para adoção pelo Brasil, da Convenção-Quadro de Controle do Tabaco, em que a resolução foi aprovada pelos países membros da OMS, em maio de 2003. O início do livro traz pronunciamentos feitos por autoridades no seminário, além de artigos, palestras e discursos do evento (BRASIL, 2004).

d) *A Produção de Tabaco: Impacto no Ecossistema e na Saúde Humana na região de Santa Cruz do Sul – RS* é uma obra escrita no ano de 2006 por Virgínia Elizabeta Etges e Marcos Artêmio Fischborn Ferreira pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). O livro apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no ano de 2000 a 2003, por uma equipe interdisciplinar e interinstitucional. Os debates em relação à questão tabaco estão, via de regra, focados nos inúmeros malefícios que o consumo dos subprodutos do mesmo causam à saúde humana. No entanto, é abordado neste estudo outro lado da questão que não recebe a devida atenção por parte das autoridades e dos atores econômicos envolvidos neste debate: trata-se dos produtores de tabaco. A análise do processo de cultivo do tabaco, marcado por exaustivas jornadas de trabalho e pelo intenso uso de agrotóxicos e do processo de comercialização do mesmo (ETGES; FERREIRA, 2006).

e) Obra recente (2009) foi escrita pelos autores Antônio Márcio Buainain, Hildo Meireles de Souza Filho, Felipe Cauê Serigati e Leonardo Luiz Calixto pela editora Unicamp. O livro cujo título é *Agricultura, Instituições e Desenvolvimento*

Sustentável: Organização e Funcionamento do Mercado de Tabaco no Sul do Brasil trata do sistema agroindustrial do tabaco e representa importante contribuição para o conhecimento do setor. A obra apresenta a análise de um setor que não tem sido devidamente abordado, em parte pelo difícil acesso às informações setoriais relevantes e em parte pelo viés dos pesquisadores dos agronegócios que se concentram nos setores de carnes e grãos. Um capítulo da obra que chama a atenção é a que trata do mercado internacional de tabaco, que apresenta o Brasil como ator relevante (BUAINAIN; SOUZA FILHO; SERIGATI; CALIXTO, 2009).

A seguir, apresentam-se as dissertações que tratam do tema do presente estudo.

2.4.3 Dissertações

As dissertações encontradas na pesquisa com a temática do presente estudo foram:

a) A dissertação de Marcelo Bertini Aversa, realizada na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), no ano de 2006, tem como título *O Processo de Accountability Como Estratégia de Negócio: O Caso Souza Cruz e a Implantação da Norma AA 1000*. O estudo buscou conceituar o termo *accountability*, focando sua relação com as empresas privadas, de forma que o mesmo se adequasse à característica dos relacionamentos destas organizações de mercado. Enfatizou a BAT/Souza Cruz como única empresa do Brasil a utilizar a norma AA 1000 (*Accountability 1000*) reconhecida mundialmente como um dos principais padrões de gestão da responsabilidade social, tendo como aspecto central a integração das partes interessadas no negócio. A pesquisa apresenta também a relação da *accountability* com o processo de qualificação dos relacionamentos da Empresa, ou seja, com a responsabilidade social (AVERSA, 2006).

b) *A Emergência de Fóruns Reguladores Globais: Relações e Conflitos entre Atores Locais no Processo de Regulação do Tabaco* foi um estudo realizado por Juliana Luisa Scheibler em 2006, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na

dissertação é discutida a proposição de políticas geradas por organismos multilaterais e que precisam ser institucionalizadas no âmbito Estado Nacional. É abordado no estudo, uma análise que apresenta a CQCT no âmbito nacional brasileiro, durante a fase de ratificação do tratado, ou seja, procura-se explicar como este processo se consolidou em um país semi-periférico como o Brasil, evidenciando os atores que participaram deste processo, os espaços nos quais este projeto foi debatido, os discursos e interesses envolvidos, as novas correlações de forças que se estabeleceram e as novas relações estabelecidas entre os atores interessados no tema. O objetivo do trabalho foi identificar e analisar os impactos da emergência de instituições propostas de regulação global sobre as relações estabelecidas entre os atores que atuam no nível local e nacional (SCHEIBLER, 2006).

c) Marcela Parada Toscano pela Universidade de Brasília no ano de 2006 defendeu a dissertação com o tema *A Formação do Regime Internacional de Controle do Tabaco: 1999 a 2005*. No trabalho, a autora fez uma descrição e análise histórica do processo de negociação da Convenção-Quadro de Controle do Tabaco, que é o principal instrumento do Regime Internacional de Controle do Tabaco. É relatada a economia do tabaco em âmbito mundial e também as implicações sociais, econômicas e sanitárias de seu controle. São analisados também os diferentes aspectos envolvidos no processo estudado, em especial a dinâmica das negociações, o papel dos atores e a formação do Regime Internacional de Controle do Tabaco (TOSCANO, 2006).

d) O estudo realizado no Instituto Rio Branco no ano de 2008, intitulado *O Brasil Adverte: Fumar é Prejudicial à Saúde – Análise do Processo de Ratificação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco*, é de autoria de Marcela Pompeu de Souza Campos Sogocio. A autora faz uma contextualização do ambiente desde o inovador programa de controle do tabaco, alicerce da liderança internacional brasileira, até a dicotomia “cigarro que mata *versus* fumo que alimenta”. É analisado o processo de ratificação, o papel dos atores da cadeia produtiva com ênfase para o grupo dos fumicultores (SOGOCIO, 2008).

e) No ano de 2009, Michael Zimmermann defendeu sua dissertação de mestrado realizada na Universidade do Vale do Itajaí, cujo tema é *Convenção-Quadro para Controle do Tabaco: Perspectivas da Fumicultura na Região Sul do Brasil*. O objetivo principal do autor foi identificar as perspectivas da fumicultura da região Sul do Brasil desde a vigência da CQCT, de acordo com seus principais atores: O Estado, a Indústria, os Fumicultores e a ACTbr, que é a principal ONG que atua como rede antitabagista. O estudo evidenciou que de maneira geral a CQCT tem sido implementada timidamente no sul do Brasil, sem ameaçar a estabilidade da indústria, por priorizar a diversificação produtiva entre os fumicultores, em vez de enfrentar a problemática da sustentabilidade e da conversão da fumicultura (ZIMMERMANN, 2009).

2.4.4 Teses

A seguir uma síntese da tese localizada na pesquisa bibliográfica:

a) *Complexo Agroindustrial do Fumo e Território: A Formação do Espaço Urbano e Regional no Vale do Rio Pardo – RS* é uma tese de doutorado, defendida no ano de 2007 por Rogério Leandro Lima da Silveira na Universidade Federal de Santa Catarina. Neste estudo, de acordo com o autor, buscou-se apreender o processo histórico de formação do território do Vale do Rio Pardo, região localizada no estado do Rio Grande do Sul e principal área de produção, processamento e comercialização do fumo em folha do país. O objetivo principal da investigação foi analisar a dinâmica relacional entre a constituição e o funcionamento do complexo agroindustrial do tabaco e a produção do espaço urbano e regional. Pretendeu-se compreender especificamente como historicamente se demandaram as relações entre as sucessivas divisões territoriais do trabalho e a formação da rede urbana regional. Para a realização da pesquisa, foi elaborada uma análise por meio de uma consistente revisão bibliográfica sobre fumicultura, formação socioespacial e o complexo agroindustrial do tabaco (SILVEIRA, 2007).

A seguir, inicia o Capítulo 3 deste estudo, no qual foram abordados os aspectos ideológicos enfatizando a BAT/Souza Cruz e suas entidades aliadas ABIFUMO e SINDITABACO.

CAPÍTULO 3: ASPECTOS DO CONFRONTO IDEOLÓGICO: DISCURSOS DA INDÚSTRIA DE TABACO

No presente capítulo a abordagem foi conduzida enfatizando-se a indústria do tabaco, representada pela BAT/Souza Cruz e suas entidades aliadas, com identificação dos respectivos aspectos ideológicos. Para tanto, foram descritas informações, características, atuação das organizações investigadas da indústria do tabaco.

3.1 BAT/Souza Cruz

No dia 25 de abril de 1903, Albino Souza Cruz começou a produzir no Rio de Janeiro o primeiro produto da empresa Souza Cruz. O sucesso do produto nas tabacarias foi rápido e fez com que a empresa expandisse a produção. Em 1910 a Souza Cruz fez a aquisição da Imperial Fábrica de Rapé Paulo Cordeiro, local este para o qual foram transferidas as instalações industriais e o rapé foi sendo substituído pelos cigarros gradativamente (SOUZA CRUZ, 2010)⁷. Para que se mantivesse a expansão da empresa, foram necessários mais recursos e aportes de tecnologia para que a empresa pudesse rapidamente crescer.

Albino Souza Cruz modificou a empresa para sociedade anônima, passando o controle acionário ao grupo transnacional BAT. Esta mudança incrementou o desenvolvimento da Souza Cruz levando a posição de maior indústria do tabaco da América Latina. A partir deste momento a companhia aumentou a produção, internacionalizou-se, passou por um processo de evolução tecnológica tornando-se líder absoluta do mercado e referência no marketing de consumo em massa (SOUZA CRUZ, 2010, *website*).

Conforme informações do *site* oficial da empresa Souza Cruz (2010), no ano de 2003 comemorou-se o primeiro centenário, com inauguração de uma fábrica em Cachoeirinha, no Rio Grande do Sul, no qual colocou-se em operação uma das mais modernas produtoras de cigarros do mundo. Em 2007, em processo de ampliação do complexo de Cachoeirinha foi inaugurado o novo centro de pesquisas e

⁷ As informações descritas no item 3.1 e 3.1.1 foram coletadas do *site* oficial da Souza Cruz (www.souzacruz.com.br), para maiores informações consultar o portal.

desenvolvimento, atualmente chamado de *Regional Product Centre Americas*, citados pela empresa como um dos mais avançados centros de pesquisas do mundo. No ano de 2009, mais um grande investimento foi feito por parte da empresa, com a inauguração no complexo de Cachoeirinha de um parque gráfico, com área de 20 mil metros quadrados, com investimentos aproximados de 130 milhões de reais.

O contexto histórico no qual a BAT/Souza Cruz está envolvida (1903 a 2010) influencia suas manifestações, principalmente no que envolve o caráter ideológico, pois afirma Thompson (2007) que a análise socio-histórica orienta o estudo das relações de poder. O cenário histórico de constituição da empresa foi inteiramente dominado por um processo de expansão mercadológica, produtiva e tecnológica.

3.1.1 Aspectos ideológicos da BAT/Souza Cruz

Thompson (2007) salienta que identificar as características estruturais das formas simbólicas pode facilitar a mobilização do significado ideológico, ou seja, é o objetivo da análise discursiva que, juntamente com os “modos de operação” da ideologia e suas estratégias típicas de construção simbólica, podem auxiliar na compreensão e interpretação da ideologia.

Neste sentido, foram identificados os seguintes discursos e manifestações na forma simbólica ou modos de operação conforme a perspectiva de Thompson sobre *legitimação e dissimulação*:

a) Conforme a Souza Cruz (2010, *website*), a empresa possui como visão “liderar o mercado brasileiro de produtos de tabaco de forma responsável e inovadora, assegurando a sustentabilidade do negócio através do desenvolvimento de nossos talentos e de nossas marcas”.

b) A Souza Cruz fabrica e vende cigarros de alta qualidade, mas sabe que seu papel vai muito além dessas atividades.

A determinação da companhia é colocar à disposição dos consumidores os melhores produtos de tabaco, e ser uma empresa de sucesso na indústria onde atua, correspondendo aos objetivos de negócio do Grupo BAT (SOUZA CRUZ, 2010, *website*).

A empresa alega que tem o compromisso de não incentivar os não-fumantes a adotar seus produtos e, em especial, restringir o acesso ao cigarro os menores de 18 anos

c) A Souza Cruz (2010) descreve no *site* que tem consciência que lida com um produto cujo consumo está diretamente associado a riscos para a saúde. Informa ainda que destina atenção especial para a questão tabagismo, e salienta possuir preocupação diante de suas responsabilidades com as diferentes comunidades com as quais interage.

d) Outro discurso da Souza Cruz é que a referida empresa parte do pressuposto de que “os consumidores adultos são capazes de tomar suas próprias decisões” (SOUZA CRUZ, 2010, *website*). A BAT utiliza o argumento de que os consumidores são capazes de tomar suas próprias decisões, mas será que procede este argumento? O uso regular de derivados de tabaco gera dependência psíquica, química e física, segundo milhares de pesquisas científicas.

A interpretação da ideologia é arriscada, cheia de conflitos, aberta à discussão. Thompson afirma que se pode analisar algo que difere das visões de outros, inclusive das visões dos sujeitos que constituem o mundo social e cujo entendimento cotidiano possa ser o objeto de interpretação. Este é um aspecto em que a interpretação da ideologia implica um potencial crítico (THOMPSON, 2007).

Na pesquisa foram identificados os objetivos estratégicos da Souza Cruz descritos a seguir:

- a) Portfólio orientado aos consumidores: Construir um portfólio de produtos de valor agregado, inovador, orientado às necessidades e aspirações dos nossos consumidores em todos os segmentos, em especial o segmento *Premium*, e que seja resiliente a aumento de preços.
- b) Preço e Tributação: Gerenciar de forma proativa e sustentável a relação preços-tributo de forma a contribuir para a otimização, a rentabilidade e a competitividade do nosso portfólio.
- c) Mercado Ilegal: Contribuir para o aumento do valor de mercado da indústria legal de tabaco, através da permanente mobilização das autoridades competentes (garantindo a visibilidade do tema) para o combate ao mercado ilegal de cigarros no Brasil.
- d) Negócio Sustentável de Fumo: Garantir a sustentabilidade do negócio de fumo através do forte engajamento e participação dos elos da cadeia – fumicultores, funcionários, colaboradores e clientes – e do desenvolvimento de capacitações tecnológicas e humanas diferenciadas.
- e) Nossa Voz: Atuar proativamente na construção de um cenário regulatório equilibrado para a indústria de tabaco, através de uma comunicação clara e estruturada de nossos posicionamentos, da

ampliação do engajamento de *stakeholders* e do desenvolvimento de programas sociais abrangentes, refletindo a verdadeira reputação da companhia (SOUZA CRUZ, 2010, *website*).

Da mesma forma que os objetivos estratégicos a BAT/Souza Cruz define como “premissas” da empresa os seguintes discursos, que pela perspectiva de Thompson (2007) pode-se interpretar como ideológicos, porque a empresa (BAT) utiliza de uma maneira como se a causa fosse digna de apoio:

- a) Acreditamos na divulgação de mensagens claras e precisas sobre os riscos associados ao consumo de fumo.
- b) Acreditamos que o impacto do consumo de cigarros à saúde deva ser reduzido ao mesmo tempo em que deve ser respeitado o direito de adultos informados escolherem os produtos de sua preferência.
- c) Acreditamos que informações relevantes e significativas sobre nossos produtos devam continuar disponíveis.
- d) Acreditamos que os menores de idade não devam consumir produtos derivados do fumo.
- e) Acreditamos que nossas marcas e produtos devam ser comercializados de forma responsável e direcionados aos consumidores adultos e já fumantes.
- f) Acreditamos na taxação sensata dos produtos derivados de tabaco e na eliminação do comércio ilegal.
- g) Acreditamos na regulamentação que equilibre os interesses de todos os setores da sociedade, incluindo os consumidores de produtos de tabaco e a indústria do fumo.
- h) Acreditamos que fumar em locais públicos deva levar em consideração os interesses dos fumantes e dos não fumantes (SOUZA CRUZ, 2010, *website*).

Percebeu-se nos discursos anteriores manifestações ideológicas na medida em que a empresa busca manter suas posições e relações de poder justificando suas estratégias de mercado, ocultando relações assimétricas em termos de informação sobre os efeitos do tabagismo. Cabe observar que as informações sumárias que o Ministério da Saúde obriga as empresas a divulgar são apenas avisos de impacto, que esbarram nos efeitos químicos e físicos proporcionados pelo tabagismo, assim como no senso comum do consumidor que se imagina a salvo de qualquer risco por fatores que ele não compreende (como a proteção divina). Além disso, a BAT/Souza Cruz utiliza seu discurso para rotular-se como uma empresa socialmente responsável.

A seguir, apresenta-se um discurso da indústria do tabaco encontrado nos “documentos secretos da indústria”⁸. Tal discurso foi proferido com o objetivo de melhorar a imagem e afirmar a BAT/Souza Cruz como empresa socialmente responsável:

[...] um programa positivo é requerido como uma contrapartida e para balancear nossos esforços defensivos de *lobby* [...]. Todas as indústrias de tabaco estão sujeitas a uma cobertura de mídia negativa, a uma legislação adversa e a uma crítica do público em geral. Para contra-atacar esta imagem negativa e demonstrar ao público que somos uma indústria responsável e capaz de olhar além dos nossos próprios interesses, desenvolvemos vários programas de serviços públicos. Nossos objetivos para o envolvimento do público são: receber largo reconhecimento pelos serviços de responsabilidade pública (citado por JOHNS; MONTEIRO, 2005).

Os discursos da BAT/Souza Cruz descritos anteriormente foram fruto de pesquisa documental-bibliográfica no *site* oficial da respectiva empresa. A análise na perspectiva de Thompson (2007), no que se refere aos modos de operação da ideologia possui como categorização os modos *legitimação* e *dissimulação*. A empresa procura mostrar-se como justa e digna de apoio. Há relações de dominação que são estabelecidas e ocultadas, com o objetivo de desviar a atenção dos consumidores e atores sociais envolvidos.

Na abordagem crítica de Morin (1986), em relação à ideologia, percebe-se nos discursos da BAT/Souza Cruz que, por meio das informações coletadas na pesquisa, a empresa com seus discursos pretende gerar um sistema de idéias feito para controlar e manipular opiniões.

Com base na estratégia de *racionalização*, no modo de operação denominado “legitimação”, percebe-se uma cadeia de pensamentos que procura defender, ou justificar um conjunto de relações, ou instituições sociais, e assim convencer uma audiência que determinada causa é digna de apoio.

Quando as entidades pesquisadas utilizam nos respectivos *sites*, ou documentos internos e externos, discursos como os apresentados neste estudo, percebe-se que de forma simbólica as organizações utilizam o modo de operação denominado por Thompson de *dissimulação*. Assim, relações de dominação podem

⁸ GLANTZ. S. *et al.* The cigarette papers. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1996.

ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem camufladas, obscurecidas ou negadas, ou também serem apresentadas de uma maneira que desviem a atenção.

O discurso da BAT/Souza Cruz em relação à CQCT, logo no início do processo de ratificação, foi de que as medidas iriam ferir a liberdade de expressão, o direito à informação e a liberdade de escolha do consumidor, mesmo que, paradoxalmente, os representantes da indústria sinalizassem para algo não muito comum, iniciando o reconhecimento publicamente, a necessidade de se discutir a prevenção do consumo de produtos derivados de tabaco por parte de crianças e adolescentes. Da mesma forma, admitiam a importância da divulgação de informações confiáveis sobre estes produtos e os riscos a eles relacionados (ZIMMERMANN, 2009).

Diretamente a indústria pouco se manifestou acerca de suas restrições em relação à CQCT. A indústria faz suas manifestações por meio de entidades de sua representação, principalmente SINDITABACO e ABIFUMO, como será visto nos itens 3.2 e 3.3.

3.1.1.1 Ideologia da BAT/Souza Cruz em relação ao ato de fumar

Quando se fala no hábito de fumar (tabagismo), foram identificados os seguintes discursos da empresa BAT/Souza Cruz: *“Produzir e comercializar cigarros legalmente é uma atividade lícita e a missão da Souza Cruz é fornecer produtos de qualidade a adultos que escolheram fumar, cientes dos riscos associados ao hábito.”* (SOUZA CRUZ, 2010, *website*).

Conforme a Souza Cruz (2010, *website*) é salientado ainda que *“Definitivamente, o negócio da empresa não é persuadir pessoas a fumar, mas oferecer marcas de qualidade a adultos que decidiram fumar, livre e conscientemente”*.

A empresa justifica os discursos informando que reconhece que os produtos que fabrica envolvem riscos à saúde, entretanto a prioridade da empresa é continuar trabalhando na pesquisa e desenvolvimento de produtos que proporcionem menos riscos aos consumidores, conforme discursos do Quadro 9 a seguir:

A Souza Cruz defende e apóia regulamentações sensatas sobre o uso de produtos derivados do tabaco e também acredita que é do maior interesse público o atendimento dessa decisão individual de fumar, por empresas responsáveis como ela, que cumprem integralmente as exigências legais do país. A empresa se opõe veementemente ao abastecimento do mercado por aventureiros que operam na clandestinidade, sem observância dos controles sanitários e às obrigações legais e fiscais a que o produto está submetido, lesando a população e o governo. As autoridades de saúde pública, a comunidade médica e toda a mídia têm divulgado, há décadas, a informação de que fumar está associado a doenças, encorajando as pessoas a parar de fumar. Além disso, numerosas regulamentações têm sido introduzidas pelas autoridades ao longo dos anos e todas as embalagens de cigarros contêm cláusulas de advertência. Portanto, é possível concluir que, há muito tempo, existe um alto nível de consciência da população sobre os riscos do ato de fumar ligados à saúde. Por isso, a Souza Cruz acredita que a decisão de fumar deve ser tomada por adultos e apóia o direito de adultos informados desfrutarem do prazer de fumar.

Para manter os consumidores informados, a Companhia divulga dados sobre os teores de nicotina, alcatrão e monóxido de carbono, bem como a concentração dos principais constituintes da fumaça de cigarros, além dos ingredientes utilizados nos produtos fabricados pela empresa.

Quadro 9: Defesa da Souza Cruz: negócio e o ato de fumar

Fonte: Souza Cruz (2010, *website*).

Atualmente verifica-se que a BAT/Souza Cruz já não refuta a ideia segundo a qual seus produtos estão relacionados a várias doenças, porém em seu discurso percebe-se que a empresa trata com muita naturalidade estas questões isentando-se das responsabilidades, deixando claro que a responsabilidade é de quem fuma. Trata-se de um enfoque ultra-liberal, que põe sobre o consumidor toda a responsabilidade quanto consumo. No Quadro 9 apresentou-se uma síntese da ideologia da empresa em relação ao ato de fumar.

Segundo as informações extraídas do *site*, a empresa defende regulamentações sensatas sobre o uso do tabaco e seus derivados. Informa que a comunidade médica, a mídia e as autoridades de saúde pública, divulgam há décadas que o ato de fumar está associado a doenças. A empresa afirma que já existe um consistente nível de informação por parte da população sobre os males do tabagismo e por este motivo as pessoas já estariam informadas e poderiam ter a decisão de escolha sobre o ato de fumar. Entretanto, conforme foi dito anteriormente, predomina o senso comum com base em informações sumárias das “advertências”.

Pelos discursos apresentados, percebe-se que a empresa se considera uma empresa responsável, no sentido de é ouvir os principais *stakeholders* e considerar suas ansiedades legítimas no desenvolvimento de seus planos” (SOUZA CRUZ, 2010, *website*).

Na perspectiva de Thompson (2007) visualizam-se nos discursos anteriores um caráter do modo de operação da ideologia legitimização, no sentido de que existe

uma necessidade de legitimar as relações de poder. E a estratégia utilizada é a *racionalização*, pois o produtor da forma simbólica (no caso a BAT/Souza Cruz) utiliza uma cadeia de raciocínio para defender a relação com seus atores sociais.

3.2 ABIFUMO – Associação Brasileira da Indústria do Fumo

Conforme descrito no início deste capítulo, esta etapa do estudo visou apresentar a ABIFUMO (surgimento histórico e características), bem como mostrar de que maneira a referida organização atua como aliada da indústria do tabaco, mais precisamente BAT/Souza Cruz. Foram identificados posicionamentos ideológicos da ABIFUMO, interpretados nas perspectivas de Morin (1986) e Thompson (2007).

A ABIFUMO teve sua fundação no ano de 1979, na cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de defender os interesses da indústria do tabaco, onde a esfera sindical não atua. Na parte sindical a atuação é do SINDITABACO. A ABIFUMO representa a indústria perante órgãos governamentais e a sociedade civil, exercendo um papel de relações públicas e marketing corporativo, de maneira que pretende gerar uma imagem de modernidade e de confiabilidade tecnocientífica diante dos negociadores globais, dos técnicos do poder público e da opinião pública (ABIFUMO, 2010; BOEIRA, 2002).

A indústria do tabaco evita envolvimento em polêmicas, visto que a atividade fumageira já se configura como uma das mais polêmicas na atualidade. Desta maneira, utiliza seus “aliados” para as manifestações de seu interesse próprio. É uma estratégia corporativa, de atuação em rede, objetivando evitar o confronto direto da empresa com os órgãos públicos de saúde, imprensa e ONGs. Na Figura 3 a seguir, identifica-se a ABIFUMO como rede estratégica.

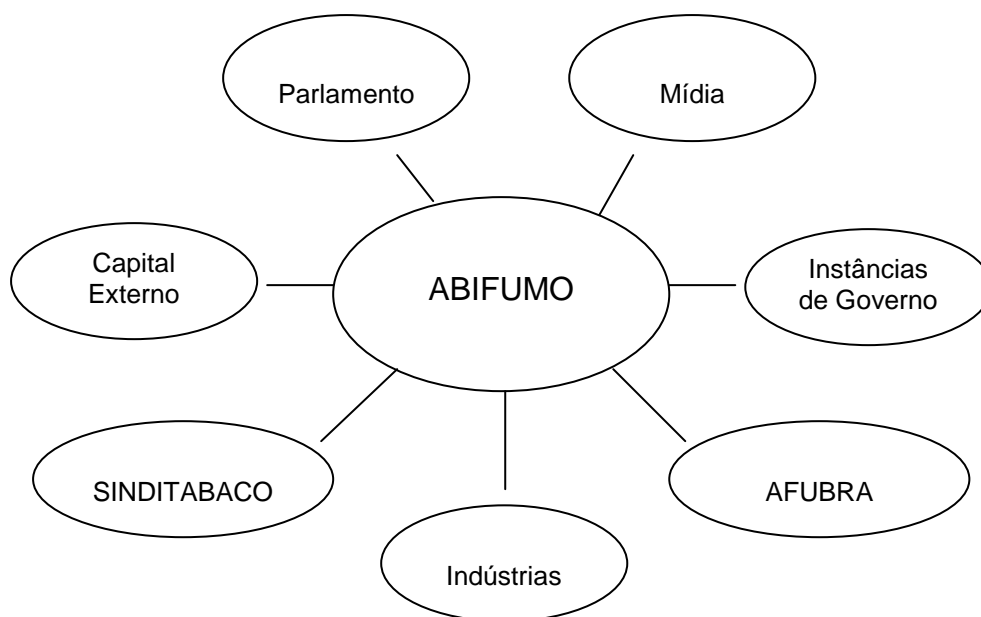


Figura 3: ABIFUMO como aliada estratégica da indústria do tabaco
 Fonte: Adaptado de Boeira (2002, p.235)

Verifica-se na Figura 3 que a ABIFUMO tem um papel central de aliada da indústria, ou seja, conforme conceito de Boeira (2002), na rede estratégica, conforme já explicado no Capítulo 2.

3.2.1 Aspectos ideológicos dos discursos da ABIFUMO

Identificou-se como discurso da ABIFUMO em seu *site* oficial a “Importância social” que este aliado da indústria salienta como sendo a grande contribuição da indústria do tabaco. A ABIFUMO diz que a atividade fumageira, por se tratar de mão de obra intensiva, garante ao pequeno produtor remuneração adequada à manutenção familiar, evitando o êxodo para áreas urbanas (BOEIRA, 2002; ABIFUMO, 2010).

Percebe-se que a ABIFUMO enaltece a “efetiva assistência pela Afubra e pelas empresas processadoras” às mais de 210 mil famílias na região sul que têm a subsistência assegurada pelo cultivo do tabaco (BOEIRA, 2002, ABIFUMO, 2010). De acordo com a perspectiva de Morin (1986) esta visão pode ser concebida como uma ideologia disjuntora-reduzora por parte da ABIFUMO, já que não leva em

consideração o todo: são comparados apenas custos de produção e renda dos agricultores, sem considerar aspectos ambientais, éticos e sociais.

Na perspectiva de Thompson (2007), a interpretação deste discurso se refere a características do modo legitimação, no sentido de ser apresentado o discurso da ABIFUMO como sendo legítima de apoio. Seguindo a estratégia de *racionalização*, o produtor da mensagem (no caso ABIFUMO) de uma maneira simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender e justificar um conjunto de relações e com isto convencer uma audiência (THOMPSON, 2007).

Quando a ABIFUMO enalteceu a AFUBRA por meio de sua fala de que esta associação e as empresas processadoras asseguram a subsistência dos fumicultores, utilizou estratégia simbólica visando criar e sustentar relações de dominação.

Em síntese, a ideologia está em fortalecer a ideia de que os produtores de matéria-prima são beneficiados e não explorados e as negociações são encaminhadas política e tecnicamente de tal forma que no discurso competente da ABIFUMO a indústria do fumo pareça uma sociedade unidade e harmoniosa, acima dos conflitos de classe.

No que tange ao meio ambiente a ABIFUMO tem a premissa de que a produção de tabaco, por ser destinada ao abastecimento de mercados de países desenvolvidos, dispõe de tratamento ambiental adequado. A ABIFUMO alega alegam que os técnicos da AFUBRA e da indústria com muita competência evitam o consumo de defensivos prejudiciais para a saúde e ensinam o uso correto dos produtos que são permitidos legalmente (ABIFUMO, 2010). Consta-se um discurso ideológico com aspectos simbólicos do modo de operação da ideologia como *dissimulação*, no sentido de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas situações quanto à “preocupação ambiental” que a ABIFUMO e a indústria do tabaco alegam ter (THOMPSON, 2007). A entidade trata a questão do uso de agrotóxicos de forma reducionista, desconsiderando os impactos na saúde e no meio ambiente tal como ocorrem efetivamente, independentemente das recomendações técnicas.

A ABIFUMO também afirma que “a categoria, sendo grande consumidora de lenha, cuida da preservação das matas nativas, planta mais árvores do que consome e no país só é suplantada em reflorestamento pela indústria de celulose” (conforme citado por BOEIRA, 2002, p.229). Este discurso é repetido várias vezes nas publicações da entidade e das indústria de tabaco, mas conforme o modo

simbólico de operação denominado *dissimulação* jamais revelou que durante décadas a indústria do tabaco, com o sistema integrado de produção, fomentou o desmatamento em larga escala e que, atualmente, a perda da biodiversidade é sistemática na fumicultura, em função dos agrotóxicos e também das queimadas, mesmo com o reflorestamento.

Para a ABIFUMO a economia do tabaco é das mais relevantes, em particular para aqueles países em que o produto ocupa parcela significativa na pauta das exportações e na tributação, enquanto que para o Banco Mundial tal economia é na realidade uma “deseconomia”, na medida em que para cada dólar arrecadado gasta-se U\$\$ 1,50, em média, com tratamento de saúde em decorrência das doenças tabaco-associadas. O BIRD estima que o consumo de cigarros tem gerado um gasto anual, global, de US\$ 200 bilhões (BOEIRA, 2002, p.230).

3.3 SINDITABACO – Sindicato da Indústria do Tabaco

O Sindicato da Indústria do fumo foi fundado a partir da necessidade de organização das indústrias de tabaco junto aos trabalhadores e aos órgãos governamentais. Na época, o nome era Sindicato da Indústria do Fumo e foi reconhecido como entidade sindical em 24 de junho de 1947. O início da história foi em 04 de dezembro de 1942, quando foi fundada a Associação Profissional da Indústria do Fumo, instalada na sede da Associação do Comércio, Indústria e Agricultura na cidade de Santa Cruz do Sul (SINDITABACO, 2010).

No período que foi reconhecida como entidade sindical, tinha uma área de atuação nos municípios de Santa Cruz do Sul, Candelária, Venâncio Aires, Lageado, Cachoeira do Sul e Arroio do Meio. No ano de 1980 a área de atuação da entidade foi estendida para todo o estado do Rio Grande do Sul. Em virtude da produção do tabaco ser desenvolvida há várias décadas também no Paraná e Santa Catarina, o SINDITABACO atua nestes estados também, como é salientado no *site* “na defesa dos interesses do setor”, no qual suas empresas associadas mantêm agricultores integrados, unidades de compra de tabaco, e industrialização do produto (SINDITABACO, 2010).

Conforme informações do SINDITABACO (2010), a entidade é composta por 12 empresas associadas que desenvolvem atividades ligadas à produção,

manufatura, comercialização para o mercado interno e externo, bem como a fabricação de cigarros. São elas: Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda, Associated Tobacco Company (ACT Brasil) Ltda, Brasfumo Indústria Brasileira de Fumos S/A, Continental Tobaccos Alliance S/A (CTA), Industrial Boettcher de Tabacos Ltda, Indústria de Tabacos e Agropecuária Ltda (INTAB), Kannenberg & Cia. Ltda, Kannenberg, Barker, Hail & Cotton Tabacos Ltda, Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda, BAT/Souza Cruz S.A, Sul América Tabacos Ltda, Universal Leaf Tabacos Ltda.

Conforme se verifica, a entidade está estruturada e possui o apoio de grandes indústrias do tabaco transnacionais.

3.3.1 Aspectos ideológicos dos discursos do SINDITABACO

Após ser apresentado um breve histórico do SINDITABACO, foram descritos nas próximas linhas alguns discursos identificados na pesquisa, em relação esta entidade.

O SINDITABACO, que tem como função representar a indústria do tabaco no que tange aos interesses patronais, segue evidentemente o mesmo discurso das indústrias que representa.

Nos últimos anos (2006-2010), é cada vez mais comum a presença e disseminação de atravessadores atuando na compra do tabaco junto aos agricultores, o que indica novas características e contradições do funcionamento do Sistema Integrado de Produção (SIP). Na mesma perspectiva também se chama a atenção para o fato de nas últimas safras não houve acordo para a definição de protocolos de estipulação de preços mínimos para a compra do fumo pelas empresas. No que tange ao ponto de vista das estratégias ideológicas das empresas de tabaco, destacam-se as relações de poder das empresas juntos às regiões e municípios em que estão instaladas, por meio da defesa de seus interesses, dado o volume de recursos, de empregos que elas aportam. Evidentemente o SINDITABACO tem apoiado as indústrias de tabaco.

No que tange à Responsabilidade Social Empresarial (RSE), a entidade justifica no *site* que tem uma “ampla atuação social”. Alega que, integrada com as

indústrias do tabaco, promove investimentos nas comunidades em que atua. O discurso é que estes investimentos são direcionados às áreas ligadas à educação, esportes, artes, lazer e principalmente geração de renda. A saúde e segurança do produtor, bem como a educação dos seus filhos, são enfatizados como preocupação contínua da entidade e da indústria do tabaco (SINDITABACO, 2010).

Conforme o relatório a Cultura do Tabaco no Sul do Brasil, editado pelo SINDITABACO, o discurso é que a indústria do tabaco incentiva há décadas os produtores a diversificar suas atividades, para que não fiquem dependentes exclusivamente de uma cultura, ou seja, da cultura do tabaco. Justificam que por meio de atividades paralelas os agricultores reduzem seus custos com a alimentação da família e de animais criados na propriedade, e aumentam a renda com a comercialização de excedentes de produção. É enfatizado que, desta maneira, a qualidade de vida das famílias melhora. A pretexto de contribuir com a política pública de contenção do êxodo rural, a indústria, por meio do seu sindicato, procura garantir a presença de mão de obra no campo (CARDOSO, s/d).⁹

A seguir a Tabela 3 com representatividade média de ocupação agrária na propriedade do produtor de tabaco.

Tabela 3 – Propriedade do produtor de tabaco

Cultura	% Média de Ocupação
Pastagens	21%
Milho	17%
Mata nativa	16%
Tabaco	15%
Mata reflorestada	11%
Açudes e áreas de descanso	11%
Outras culturas	6%
Feijão	3%

Fonte: Desenvolvido pelo autor como base em dados da SINDITABACO (2009)

Verifica-se pelos dados da Tabela 3 que o tabaco representa uma ocupação de 15%. Apesar da pequena área utilizada, o SINDITABACO alega que o tabaco representa em média 70% da renda familiar dos agricultores, conforme dados da AFUBRA.

No relatório sobre a cultura do tabaco no sul do Brasil, no ano 2009, encontra-se a seguinte frase: “Sistema Integrado de Produção de Tabaco: Um Agronegócio Sustentável”. Novamente percebo o modo *dissimulação* neste discurso

⁹ Para informações mais detalhadas ver estudo de Cardoso (s/d).

simbólico, no sentido de que não se leva em consideração a saúde do consumidor de cigarros, do produtor e a relação com o meio ambiente. A dissimulação ocorre por meio de uma concepção disjuntora-redutora do sistema, ou seja, por meio do uso do paradigma dominante.

De acordo com o SINDITABACO (2009, p.13) são salientados os seguintes benefícios do SIP para os produtores de tabaco:

- a) Planejamento de Safras: As empresas definem o volume a ser produzido de acordo com sua capacidade de processamento e perspectivas de venda e posteriormente a empresa e produtor firmam um contrato de compra e venda de tabaco.
- b) Assistência Técnica e Financeira: As indústrias pesquisam constantemente variedades, melhores práticas culturais e insumos a serem utilizados na produção.
- c) Uso de insumos de Alta Qualidade: As sementes usadas são registradas e certificadas, além de aprovadas pelos clientes.
- d) Garantia da Compra Total da Safra Contratada: As empresas assumem o compromisso de adquirir toda a produção contratada.
- d) Levantamento de Custos e Negociações de Preço: O levantamento dos custos de produção é realizado pelas empresas e entidades representativas dos produtores.
- e) Preservação Ambiental: O setor de tabaco tem investido fortemente ao longo dos anos em práticas e programas que visam a preservação de recursos naturais como solos, águas e matas nativas, além do incentivo ao reflorestamento.
- f) Responsabilidade Social: As empresas do setor do tabaco mostram preocupação em combater o trabalho infantil e de adolescentes menores de 18 anos nas Lavouras de tabaco e incentivam a educação das crianças e jovens.

O SINDITABACO, para divulgação de sua ideologia, utiliza além de informativos, revistas, relações públicas e seu *site* oficial. Neste sentido, a análise dos discursos ideológicos deve conceder um papel central à natureza e ao impacto da comunicação em suas diversas formas.

São percebidas relações de dominação nos discursos apresentados, no sentido de que a empresa apresenta sua forma de atuar como legítima, justa e digna de apoio. Segundo Thompson (2007) a estratégia de *racionalização*, no modo de operação da ideologia denominado *legitimação*, organiza uma cadeia de pensamentos que procura defender, ou justificar um conjunto de relações, ou instituições sociais, e assim convencer uma audiência que determinada causa é digna de apoio.

A internet, embora não seja de fato uma comunicação de massa,¹⁰ como a televisão, está em rápido crescimento e o seu uso, como veículo de ideologia empresarial, também se estende proporcionalmente, inclusive devido ao baixo custo, quando comparado à televisão. A WEB foi lançada no Brasil em 1995 e, desde então, as empresas de um modo geral passaram a fazer uso cada dia mais intenso da mesma.

Salienta-se que “o estudo dos discursos ideológicos e suas manifestações é inevitavelmente um problema de compreensão e interpretação” (THOMPSON, 2007, p.357).

Em relação às restrições de produção e comercialização de tabaco que constam na CQCT, o SINDITABACO, juntamente com a indústria, salientam que enquanto houver consumo de tabaco no mundo algum país deverá produzi-lo. “Neste caso que seja em solo brasileiro, para continuar gerando trabalho, renda, e divisas para a nação” (SINDITABACO, 2009). Conforme se vê, o enfoque é claramente liberal e acrítico, ao colocar a produção como um simples apêndice do consumo.

¹⁰ A massificação do ato comunicativo ocorre quando o destinatário é concebido como uma massa amorfa, sem voz, sem rosto, sem possibilidade de interação. A internet tende a ser não-massificante na medida em que permite a interação. Os meios massificantes de comunicação estão atualmente fazendo uso da internet para viabilizar uma interação e um melhor monitoramento de suas audiências. O próprio ato interativo permite uma constante atualização do discurso ideológico, que é ajustado para ter maior eficácia como forma de dissimulação, de racionalização, etc.

CAPÍTULO 4: ASPECTOS DO CONFRONTO IDEOLÓGICO: DISCURSOS DO SETOR DE SAÚDE

No presente capítulo a abordagem foi conduzida enfatizando o setor saúde, representado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e seus aliados governamentais, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o Ministério da Saúde e o Instituto Nacional do Câncer (INCA), identificando-se os respectivos aspectos ideológicos. Para tanto, foram descritas informações, características, atuação e discursos destas entidades.

4.1 OMS – Organização Mundial de Saúde

A OMS foi fundada em 07 de abril de 1948 e subordinada à Organização das Nações Unidas (ONU). A sua sede está localizada em Genebra, na Suíça. Conforme sua constituição o objetivo da entidade é desenvolver ao máximo o nível de saúde de todos os povos, sendo a saúde definida como estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não constituindo somente a ausência de uma doença ou enfermidade (WHO, 2007).

Os membros da OMS elaboram diretrizes e normas sanitárias ajudando os países a abordar questões de saúde pública. A entidade também apoia e promove pesquisas sanitárias em diversos países. Por mediação da OMS os governos podem combater conjuntamente os problemas de saúde pública mundial e melhorar o bem-estar das pessoas (WHO, 2007)¹¹.

Atualmente a OMS está composta por 193 Estados Membros e dos membros associados, que se reúnem anualmente em Genebra. As Assembléias Mundiais de Saúde são realizadas com o objetivo de estabelecer uma política geral da organização, aprovar seus pressupostos e a cada cinco anos nomear um diretor geral. Sua gestão está composta por 34 membros do conselho executivo eleitos pela assembléia de saúde. A OMS e seus Estados Membros trabalham com numerosos

¹¹ Tradução do autor.

associados, entre eles outros organismos das Nações Unidas, doadores, ONGs, empresas colaboradoras do setor privado. As pessoas que compõem a entidade são cerca de 8.000 especialistas em saúde pública, dentre eles médicos, cientistas, gestores, entre outras pessoas que trabalham pela OMS em escritórios regionais e na sede em Genebra (WHO, 2007).

Em junho de 1948, delegados de 53 de um total de 55 Estados Membros da OMS comemoram a primeira Assembléia Mundial de Saúde. Foi decidido que as principais prioridades da entidade seriam a saúde materno-infantil, a tuberculose, as doenças sexualmente transmissíveis, a nutrição e o saneamento ambiental. Muitas destas prioridades são trabalhadas até os dias atuais. Segue uma retrospectiva histórica de alguns fatos importantes da atuação da OMS (WHO, 2007):

a) 1948 - Classificação Internacional de Doenças: A entidade assumiu a responsabilidade de elaborar a classificação.

b) 1952-1964 - Programa mundial de luta contra hanseníase: Uma das primeiras doenças que alertou a OMS foi a hanseníase, doença esta paralisante e deformante que em 1950 afetou aproximadamente 50 milhões de pessoas. No ano de 1965 o programa da OMS havia tratado 300 milhões de pessoas em 46 países e havia reduzido em mais de 95% a prevalência mundial da doença.

c) 1979 - Erradicação da varíola: A erradicação da varíola, doença que matou vários milhões de pessoas no final da década de 1970 é um dos fatos que mais orgulha a OMS. A entidade coordenou entre 1967 e 1979 uma campanha para erradicar esta mortal doença em todo o mundo. Foi a primeira e única vez na história que a entidade conseguiu erradicar uma das principais doenças infecciosas.

d) 2003 - Convênio histórico da OMS para controle do tabaco: Em 21 de maio de 2003, depois de quase quatro anos de intensas negociações, a Assembléia Mundial de Saúde adotou por unanimidade o primeiro tratado mundial de saúde pública da OMS. Este tratado tem por objetivo reduzir as mortes e doenças relacionadas com o uso regular de tabaco em todo mundo.

Um fato importante ocorreu no ano 2000, quando 191 nações assumiram ambiciosos objetivos de luta contra a pobreza e doenças até 2015. Tais objetivos foram denominados como objetivos de desenvolvimento da ONU para o milênio.

A seguir, a Tabela 4 demonstra os oito objetivos e Metas principais da ONU:

Objetivo	Metas principais
1. Erradicação da pobreza extrema e da fome	Reduzir à metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população vivendo com menos de um dólar por dia. Reduzir à metade a proporção de crianças até 5 anos de idade com peso abaixo do normal
2. Universalização do acesso à educação primária	Garantir que em 2015 todas as crianças poderão completar o curso primário.
3. Promoção de igualdade entre gêneros	Suprimir as desigualdades entre gêneros na educação primária e secundária e para todos os níveis educacionais até 2015.
4. Redução da mortalidade infantil	Reduzir em 2/3, a mortalidade de crianças de até cinco anos.
5. Melhoria da saúde materna	Reduzir em 3/4 a taxa de mortalidade materna até o ano de 2015.
6. Combate a AIDS, malária e outras doenças	Até 2015 estabilizar a disseminação da AIDS e malária e começar reverter essas epidemias.
7. Promoção da sustentabilidade ambiental	Reverter o processo de perda dos recursos naturais. Reduzir à metade a porcentagem de pessoas sem acesso a água potável. Melhorar consideravelmente a vida de pelo menos 100 milhões de favelados.
8. Desenvolvimento de parcerias para o desenvolvimento	Enfrentar as necessidades dos países menos desenvolvidos. Desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em normas, previsível e não discriminatório. Enfatizar a boa gestão pública e a redução da pobreza em cada país e internacionalmente.

Fonte: Desenvolvido pelo autor como base em dados da WHO (2007)

Como se pode perceber a OMS atua como um ator fundamental e central no processo de auxílio dos países nos problemas sanitários e de saúde pública, e é um ator estratégico entre as agências do sistema das Nações Unidas.

O contexto histórico no qual a OMS está envolvida (1948 a 2010) influencia suas manifestações, principalmente no que envolve ao caráter ideológico, pois afirma Thompson (2007) que a análise socio-histórica orienta o estudo das relações de poder. Uma análise da história da OMS deveria considerar a história da ONU em seu conjunto, já que a OMS é parte fundamental desta.

4.1.1 Aspectos ideológicos dos discursos da OMS

Neste tópico são descritos os discursos e manifestações da OMS e de seus aliados. A base de dados foi o *site* oficial da OMS. De acordo com a OMS¹² o consumo do tabaco é um dos principais fatores de risco de várias doenças crônicas, como câncer e doenças pulmonares e cardiovasculares (WHO, 2007; 2008; 2010).

A OMS (WHO, 2007; 2008; 2010) enfatiza em seu *site* oficial os seguintes discursos:

a) A epidemia do tabagismo mata a cada ano aproximadamente 5,4 milhões de doentes com as doenças tabaco-relacionadas (*tobacco-related*), o que representa uma de cada dez mortes de adultos em todo o mundo. O consumo do tabaco é um fator de risco para seis em cada oito doenças no mundo e a segunda principal causa de mortalidade no mundo. A previsão é que até o ano de 2020 o tabagismo provoque mais de 10 milhões de mortes por ano. Aproximadamente mais de 650 milhões de pessoas já morreram por causa do tabaco.

b) A epidemia do tabagismo avança no mundo em virtude de uma estratégia de comercialização mundial que permite à indústria tabaqueira enganar os jovens e adultos do mundo, principalmente nos países semi-periféricos. Atualmente, como a maioria das mulheres não consome tabaco, a indústria se dirige a elas persuasivamente.

c) Dentre os fatores de riscos de doenças mais comuns em todo o mundo o tabaco ocupa o quarto lugar, e o custo econômico do consumo do tabaco é igualmente devastador, pois existem elevados gastos de saúde pública com o tratamento de doenças oriundas do tabaco.

d) Os consumidores de tabaco são menos produtivos durante sua vida devido a sua maior vulnerabilidade a doenças.

e) O tabaco e a pobreza estão diretamente ligados. Numerosos estudos têm revelado que nos lugares mais pobres de alguns países os gastos familiares com o

¹² No Brasil, foi realizado no ano de 2008 uma Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, referente Tabagismo. Integrado com 14 países, a realização da pesquisa *Global Adult Tobacco Survey* (GATS). O IBGE e o Ministério da Saúde, por meio do INCA, da Secretaria de Vigilância e Saúde e da Agência de Vigilância Sanitária, constituíram parceria para realização de uma pesquisa especial PNAD 2008 sobre o tema. Mais informações consultar PNAD (2008).

consumo do tabaco representam quase 10% da renda familiar. Isto significa que essas famílias têm disponível menos dinheiro para destinar a suas necessidades básicas, como, por exemplo, alimentação, educação e saúde.

f) Frequentemente e equivocadamente, o tabagismo é percebido como uma opção exclusivamente pessoal, entretanto esta noção é contestada pelo fato de que a maioria dos fumantes deseja parar quando toma consciência dos efeitos do tabaco sobre a saúde, mas encontra grandes dificuldades devido à natureza aditiva da nicotina. Além disso, existe uma indústria poderosa, em nível mundial, que investe bilhões de dólares anualmente em marketing, utilizando grupos de pressão e publicitários altamente preparados para manter e aumentar o consumo do tabaco.

g) Apesar de comprovado que diversas estratégias podem reduzir o tabagismo e consumo de fumaça por não fumantes, poucos países aplicaram estratégias eficazes e reconhecidas para controlar a epidemia do tabagismo.

h) Os esforços internacionais da OMS ocasionaram a rápida adoção da Convenção Quadro para Controle do Tabaco (CQCT), que possui 168 signatários e mais de 150 partes. A CQCT estabelece os princípios e o contexto para a formulação de políticas, planejamento de intervenções e a mobilização de recursos políticos e financeiros para o controle do tabagismo. Para alcançar as suas metas, será necessária a coordenação entre diversos atores governamentais, acadêmicos, associações de profissionais e ONGs no plano nacional.

i) A OMS acredita que os maços de cigarro devem conter imagens de dentes amarelos e possíveis doenças causadas pelo consumo do tabaco. Atualmente mais de 20 países (incluindo o Brasil) já utilizam fotos impactantes nos produtos. Douglas Bettcher, chefe da Iniciativa Livre de Tabaco da OMS, salientou:

Embora algumas pessoas questionem a necessidade de tais imagens, a evidência é absolutamente clara de que elas convencem as pessoas a parar (WHO, 2010).

No Quadro 10 a seguir, são apresentados alguns dados e informações que reforçam os discursos da OMS:

Apenas 5,4% da população mundial vivem em lugares onde há leis que prevêm ambientes livres de fumaça de cigarro, de acordo com um relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) [...]. Os dados correspondem a 2008 e, apesar de o número ser realmente baixo, representa melhora em relação ao ano anterior, quando 3,1% da população mundial estavam protegidos por leis antifumo.

Em 2007, só dez países no mundo contavam com leis de espaços livres de fumaça, número que subiu para 17 em 2008: Austrália, Butão, Canadá, Colômbia, Djibuti, Finlândia, Reino Unido, Guatemala, Guiné, Irã, Irlanda, Maurício, Nova Zelândia, Panamá, Turquia, Uruguai e Zâmbia. "Embora isso represente um progresso, o fato de mais de 94% das pessoas permanecerem desprotegidas e sem leis que lhes

garantam ambientes limpos de cigarro mostra que ainda há muito a fazer", afirmou o diretor-geral adjunto para Doenças Não Comunicáveis e Saúde Mental da OMS, Ala Alwan. "São necessárias ações urgentes para proteger as pessoas da morte e das doenças causadas pela exposição à fumaça do tabaco. Não há um nível seguro de exposição a ele", acrescentou.

A OMS decidiu enfatizar este ano a necessidade dos ambientes livres de fumaça de tabaco por constatar que a inalação de fumaça por fumantes passivos causa 600 mil mortes e perdas econômicas de mais de US\$ 10 bilhões por ano. Das mortes, 64% correspondem a mulheres e 31% do total são menores. Segundo a OMS, um terço dos adultos e 40% dos menores no mundo estão expostos à fumaça do tabaco. De acordo com o estudo, apenas 9% dos países do mundo têm leis para erradicar a fumaça de cigarro dos bares e restaurantes, e 65 países não tiveram qualquer avanço em políticas de espaços livres de fumaça. A OMS denuncia esta situação e lembra que a aplicação de políticas de espaços livres de fumaça reduz a exposição dos fumantes passivos ao tabaco entre 80 e 90%, e ajudam os dependentes que querem abandonar o vício.

É por isso que o artigo oitavo da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, assinada em 2005 e ratificada por 160 países, fala sobre os ambientes livres de fumaça, embora só 17 tenham criado leis a respeito. Para ajudar a implementar o estabelecido pela Convenção, foi criado um guia de diretrizes denominadas Mpower, que estabelecem seis níveis de atuação: controlar o uso e prevenir, proteger a população da inalação de fumaça, oferecer ajuda para deixar de fumar, alertar sobre os riscos, proibir publicidade e aumentar os impostos ao fumo. No entanto, apenas 10% da população mundial vivem em países onde ao menos uma destas medidas é aplicada.

Além dos fumantes passivos, a fumaça inalada pelos fumantes ativos mata a cada ano 5 milhões de pessoas, o que transforma o tabaco na principal causa de morte evitável no mundo. Os estudos da OMS demonstram, além disso, que, a menos que haja uma mudança radical na tendência, o fumo matará mais de 8 milhões de pessoas no mundo em 2030.

"No final deste século, o fumo poderia matar mais de 1 bilhão de pessoas se não houver ações rápidas", adverte a OMS.

Quadro 10: Discursos OMS

Fonte: EPA – European pressphoto agency (2009, *website*).

Percebeu-se aspectos do modo de operação da ideologia definido como *legitimação* nos discursos da OMS. É enfatizado continuamente que pelo fato de serem representadas como legítimas (estudos comprovando os males do tabaco, tabagismo, etc) são dignas de apoio. Dentro das estratégias no modo de operação *legitimação*, percebeu-se aspectos de *racionalização* e também de *universalização*. A *racionalização* no sentido de que o produtor do discurso de uma maneira simbólica produz uma cadeia de raciocínios que procura defender ou justificar um conjunto de relações ou instituições sociais e desta forma convencer uma audiência, visando obter apoio. A *universalização* pode ser interpretada no sentido de que acordos institucionais de interesse de alguns (neste caso setor da saúde pública) são apresentados como servindo aos interesses de todos (THOMPSON, 2007).

Entretanto, quanto à ideologia da OMS é a abordagem de Morin e não a de Thompson que parece mais esclarecedora. Os discursos da OMS estão inseridos no paradigma disjuntor-redutor da ciência, o que pode facilmente ser constatado pelo amplo predomínio de técnicas quantitativas de pesquisa, com suas projeções

lineares, que precisam ser constantemente atualizadas e que muitas vezes não passam de estimativas. Pesquisas inter e transdisciplinares, por sua vez, seriam certamente mais adequadas para esclarecer temas (como o tabagismo) que são controvertidos e complexos, por envolverem aspectos psicológicos, neurológicos, econômicos, socioculturais, jurídicos, geográficos e políticos. A tecnociência é posta a serviço das políticas da OMS. Não é estranho, portanto, que a indústria de tabaco e seus aliados consigam confrontar e relativizar as conclusões e argumentos da OMS.

4.2 OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde

A OPAS é uma entidade internacional de saúde pública existente a mais de 100 anos, que possui o objetivo de melhorar as condições de saúde dos países das Américas. Atua como representante regional da OMS para as Américas e faz parte dos sistemas dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU). A entidade é composta por cientistas e técnicos de vários países do mundo. São estes profissionais que promovem a transferência de tecnologia e a propagação do conhecimento acumulado por meio de experiências produzidas nos Estados Membros da OPAS/OMS (OPAS, 2010).

Conforme o *site* oficial OPAS (2010), a entidade coopera com os governos para melhorar serviços e políticas públicas de saúde fomentando o trabalho em conjunto com os países, para alcançar metas comuns, como iniciativas sanitárias multilaterais, conforme as decisões dos governos. Na América do Sul os seguintes países compõem a entidade: Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela, Antilhas Holandesas.

No que tange à cooperação técnica entre os países

a organização do trabalho da Representação da OPAS/OMS no Brasil deve adaptar-se aos novos desafios da cooperação técnica, visando ao contínuo melhoramento dos níveis de eficácia e eficiência. Diante do aumento da complexidade das diversas áreas, a cooperação deve responder adequadamente ao Plano de Desenvolvimento Integral da Cooperação Técnica da OPAS/OMS no

Brasil 2007-2012, ao Programa Mais Saúde do Brasil 2008-2011, à cooperação do Brasil no plano da saúde pública internacional e aos compromissos do país com os objetivos regionais e globais aprovados pelos Países Membros da Organização. Um dos instrumentos de trabalho utilizados para consolidar as ações de Cooperação Técnica da OPAS/OMS no Brasil são os CTP – Cooperação Técnica entre Países (OPAS, 2010).

A organização do trabalho de representação da OPAS/OMS no Brasil deve adaptar-se aos constantes desafios da cooperação técnica, com o intuito de melhorar os níveis de eficácia e eficiência, valores estes que expressam o vínculo da organização com a tecnociência.

4.2.1 Aspectos ideológicos dos discursos da OPAS

Em pesquisa no *site* oficial da OPAS, verifica-se um discurso muito parecido com o da OMS, o que não é surpresa, visto que é o principal aliado, representando a entidade e o setor saúde nas Américas.

A seguir os discursos referentes ao tabagismo:

a) São enfatizados os malefícios do tabaco, descritos de forma simbólica, na busca de *legitimação* por meio de dados técnico-científicos. Afirma-se, por exemplo, que de 8 em 8 segundos morre uma pessoa devido ao tabagismo. Afirma-se ainda que as pessoas começam a fumar na adolescência (como ocorre em mais de 70% dos casos) e continuam fumando por duas décadas ou mais, podendo ocorrer assim morte prematura de 20 a 25 anos mais cedo, na comparação com aquelas que nunca fumaram (OPAS, 2010).

b) Dia mundial sem tabaco: todos os anos a OPAS destaca as realizações dos indivíduos e organizações que contribuíram ativamente para o controle do tabagismo, com o prêmio “Dia Mundial Sem Tabaco”. O prêmio consiste em um certificado de reconhecimento e uma medalha (OPAS, 2010).

c) A OPAS está dando assistência ao esforço da Iniciativa Livre de Tabaco, no desenvolvimento de pastas de documentação legislativa que possam ser usadas pelos países na formulação de leis para controle do tabaco. O OPAS desejaria que mais países das Américas participassem da iniciativa “Livre do Tabaco”, pois apenas 60% dos membros têm participado (OPAS, 2010).

Além dos discursos e manifestações acima, complementa-se com os discursos já indicados da OMS no item 4.1.1. Em síntese, vale para a OPAS o que foi dito sobre a OMS no que se refere ao paradigma disjuntor-redutor.

4.3 Ministério da Saúde

Um aliado estratégico da OMS no Brasil, no combate ao tabagismo e à implementação da CQCT é o Ministério da Saúde. É o órgão do poder executivo federal que tem a responsabilidade pela organização e elaboração de planos de políticas públicas voltadas para a promoção, prevenção e assistência à saúde dos brasileiros. É atribuição do ministério arranjar condições para a proteção e recuperação da saúde da população, diminuindo as doenças, controlando as enfermidades endêmicas e parasitárias e melhorando a vigilância à saúde, proporcionando assim mais qualidade de vida à população do Brasil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

O Ministério da Saúde tem como missão

promover a saúde da população mediante a integração e a construção de parcerias com os órgãos federais, as unidades da Federação, os municípios, a iniciativa privada e a sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o exercício da cidadania (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

A história da saúde pública do Brasil teve início em 1808, e o Ministério da Saúde foi instituído apenas no dia 25 de julho de 1953, a partir da Lei n. 1920 que separou o então Ministério da Educação e Saúde em dois ministérios distintos. Após a separação, o Ministério da Saúde passou a ser responsável pelas atribuições até então do Departamento Nacional de Saúde (DNS), mantendo a mesma estrutura que, na época, não era suficiente para deixar o órgão governamental com o perfil de Secretaria de Estado (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

No decorrer destes quase 50 anos de existência, o Ministério da Saúde teve diversas modificações na estrutura, em que se destaca a reforma de 1974, na qual as Secretarias de Saúde e de Assistência Médica foram incorporadas, e passaram a constituir a Secretaria Nacional de Saúde, para fortalecer o conceito de que não existia dicotomia entre Saúde Pública e Assistência Médica. No final da década de

80 em diante, destaca-se a Constituição Federal de 1988, que decidiu ser dever do Estado garantir saúde a toda população e desta maneira desenvolveu o Sistema Único de Saúde (SUS). No ano de 1990, o Congresso Nacional aprovou a Lei Orgânica da Saúde que detalha o funcionamento do Sistema (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

De acordo com o *site* oficial do Ministério da Saúde (2010), o grande desafio da entidade é “garantir o direito do cidadão ao atendimento à saúde e dar condições para que esse direito esteja ao alcance de todos, independente da condição social de cada um”.

Os assuntos de competência do Ministério da Saúde (2010) são: Política Nacional de Saúde; Coordenação e fiscalização do Sistema Único de Saúde; Saúde ambiental e ações de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, inclusive a dos trabalhadores e dos índios; Informações sobre saúde; Insumos críticos para a saúde; Ação preventiva em geral, vigilância e controle sanitário de fronteiras e de portos marítimos, fluviais e aéreos; Vigilância de saúde, especialmente drogas, medicamentos e alimentos; Pesquisa científica e tecnologia na área de saúde.

No que tange à prevenção e orientação sobre tabagismo, o Ministério da Saúde informa que o fumo é uma das principais causas de morte evitável atualmente, em que um terço da população mundial adulta (cerca de 1,3 bilhão de pessoas) fuma. Aproximadamente 47% da população masculina e 12% feminina fazem uso de produtos derivados do tabaco. Nos países semi-periféricos, os fumantes são 48% dos homens e 7% das mulheres (o que pode representar oportunidade para a indústria do tabaco o potencial de crescimento no consumo do mercado feminino), enquanto nos semi-periféricos, a representatividade feminina no consumo é de 24% e homens 42% (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

Os discursos do Ministério da Saúde foram apresentados neste estudo (próximo item) por intermédio do Instituto Nacional de Câncer (INCA), que é a entidade responsável em desenvolver e coordenar ações integradas para a prevenção e controle do câncer no Brasil.

4.4 INCA – Instituto Nacional do Câncer

A história do INCA inicia-se na década de 1930, quando ocorreu a reorientação da política nacional de saúde, em virtude do aumento da mortalidade por doenças crônico-degenerativas, inclusive o câncer. Em janeiro de 1937, o Presidente da República Getúlio Vargas assinou o decreto de criação do Centro de Cancerologia no Serviço de Assistência Hospitalar do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Para o cargo de diretor é nomeado o Dr. Mário Kroeff, profissional este pioneiro da pesquisa e tratamento do câncer no Brasil. Com o intuito de desenvolver uma política nacional de controle do câncer, no ano de 1941 foi criado o Serviço Nacional de Câncer (SNC). Três anos mais tarde, o Centro de Cancerologia transforma-se no Instituto de Câncer, órgão de suporte executivo daquele Serviço. No princípio, o SNC enfrentou sérios obstáculos. Funcionou em instalações inadequadas até ser transferido, em 1946, para o Hospital Gaffrée e Guinle (INCA, 2010).

No ano de 1961, é confirmado o novo regimento do Instituto, reconhecendo-o oficialmente como Instituto Nacional de Câncer e atribuindo-lhe novas competências nos campos assistência, científico e educacional. Segue-se uma fase áurea para a instituição, marcada, inclusive por seus programas de formação de recursos humanos especializados para todo o país, e pela ampliação das suas instalações, na Praça Cruz Vermelha (INCA, 2010).

Já em 1967, criou-se a Campanha Nacional de Combate ao Câncer (CNCC) com o objetivo de agilizar, financeira e administrativamente, o controle do câncer no Brasil. Em 1969, sob muitos protestos, a entidade é desligada do Ministério da Saúde, e passa à gestão da Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, entidade ligada ao Ministério da Educação e Cultura, para ser adjudicado, três meses depois, à recém-criada Fundação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG). Porém, esta situação foi transitória, e em 1972, em virtude dos movimentos de resistência e de luta internos e externos, o INCA é reintegrado ao Ministério da Saúde, desligando-se do seu antigo órgão gestor. Passou a ser denominado Divisão Nacional do Câncer.

A década de 80 foi marcada como o início de um período de crescimento e recuperação do INCA, como órgão fundamental para a política de controle de câncer no Brasil. Desde então, é realizada uma ação contínua de âmbito nacional, na qual

se abrange, em forma de programas, múltiplos aspectos do controle do câncer: informação (registros de câncer), combate ao tabagismo, prevenção de cânceres prevalentes, educação e orientação em cancerologia nos cursos de graduação em Ciências da Saúde e divulgação técnico-científica, que se estende por toda a década de 80 e que se mantém até os dias atuais (INCA, 2010).

A promulgação da Lei Orgânica da Saúde em 1990 foi a lei que criou o SUS, e com isto um novo impulso no crescimento do INCA, ao ser incluído especificamente nessa Lei, no artigo 41, o INCA sendo a entidade referencial para o estabelecimento de parâmetros e para a avaliação da prestação de serviços ao SUS. Nos anos subsequentes de 1991, 1998 e 2000, decretos presidenciais ratificaram a atribuição do INCA como entidade governamental responsável por assistir o Ministro da Saúde na formulação da política nacional de prevenção e controle do câncer e como seu respectivo órgão normativo, coordenador e avaliador (INCA, 2010).

Em 2000 e 2005 a entidade consegue significativos avanços na prevenção e detecção precoce do câncer, seja pelas ações do Programa de Controle do Tabagismo, pelos esforços direcionados apoiando a restrição à propaganda do cigarro, pelo suporte técnico para que o Brasil aderisse à Convenção-quadro para o Controle de Tabaco ou ainda pela intensificação do Programa de Controle do Câncer no Colo do Útero e de Mama. No ano de 2007, houve a comemoração de 70 anos de criação do Instituto (INCA, 2010).

4.4.1 Aspectos ideológicos dos discursos do INCA

O INCA, como órgão do Ministério da Saúde e aliado estratégico da OMS, possui discursos opostos ao da indústria do tabaco e aliados (ABIFUMO e SINDITABACO).

Foi encontrada na pesquisa, no *site* oficial do INCA, uma página com vários dados, informações e discursos sobre tabaco e tabagismo:

No Brasil estima-se que aproximadamente 200.000 mortes/ano são ocasionadas pelo tabagismo. Dados do Inquérito Domiciliar sobre Comportamento de Risco e Morbidade Referida de Doenças e Agravos Não Transmissíveis, realizado em 2002 e 2003, entre pessoas de 15 anos ou mais, residentes em 15 capitais brasileiras e no Distrito Federal, a prevalência de tabagismo variou de 12,9 a 25,2% nas cidades estudadas. Os homens apresentaram prevalências mais elevadas do que as mulheres em todas as

capitais. Em Porto Alegre, encontram-se as maiores proporções de fumantes, tanto no sexo masculino quanto no feminino, e em Aracaju, as menores. Essa pesquisa também mostrou que a concentração de fumantes é maior entre as pessoas com menos de oito anos de estudo do que entre pessoas com oito ou mais anos de estudo. Em relação à prevalência de experimentação e uso de cigarro entre jovens, de acordo com estudo realizado entre escolares de 12 capitais brasileiras, nos anos de 2002-2003 (Vigescola) a prevalência da experimentação nessas cidades variou de 36 a 58% no sexo masculino e de 31 a 55% no sexo feminino, enquanto a prevalência de escolares fumantes atuais variou de 11 a 27% no sexo masculino e 9 a 24% no feminino (INCA, 2010).

No que se refere ao Brasil, a evidência disponível é de que houve um significativo declínio da prevalência do tabagismo entre os anos de 1989 e 2006. Há aproximadamente duas décadas o Governo lançou o programa Nacional de Controle do Tabagismo, com uma acentuada aceleração dos esforços desde o ano de 1990, cuja ênfase estava direcionada para as intervenções não relacionadas aos preços, como: proibição da propaganda, restrições ao fumo em locais públicos, dentre outras atividades.

No *site* do INCA (2010) aparece o discurso segundo o qual, no Brasil, 21,6% dos homens, 13,1% das mulheres e 17,2% no total de pessoas de 15 anos ou mais de idade (25,5 milhões) eram fumantes correntes de tabaco no ano de 2008. É salientado que 5 em 10 fumantes correntes pensavam ou planejavam parar de fumar. Das pessoas de 15 anos que trabalhavam fora de casa, em ambientes fechados e abertos, 11,6 milhões (24,4%) foram expostas à fumaça do tabaco no local de trabalho.

É indicado ainda que 67% das pessoas de 15 anos ou mais de idade observaram informações anticigarro em televisão ou rádio. Ainda informa que 3 em cada 10 pessoas de 15 anos ou mais de idade observaram publicidade relacionada ao tabaco onde os cigarros são vendidos e 2 em 10 pessoas com a mesma faixa etária (15 anos ou mais) observaram publicidade relacionada ao cigarro em outros locais que não fossem de venda de cigarros ou em eventos esportivos (INCA, 2010).

O INCA defende que a criação dos ambientes livres de fumo é a medida mais barata e eficaz para a proteção dos não fumantes em ambientes fechados, pois representam aproximadamente 80% da população do Brasil (INCA, 2010).

As indústrias do tabaco sempre utilizaram as embalagens de seus produtos como “armas estratégicas” para atrair os consumidores. As embalagens dos cigarros

são habilmente elaboradas para atrair a atenção dos consumidores e consequentemente motivar sua compra (INCA, 2010).

De acordo com discurso do INCA (2010), os produtos de tabaco causam dependência, por influências de alguns fatores como a composição do produto, os aditivos e aromatizantes e as estratégias de marketing utilizadas pela indústria.

O INCA e as autoridades de saúde públicas argumentam que as advertências para cuidados com a saúde nas embalagens de cigarro melhoram o conhecimento do público sobre a dimensão real dos danos causados pelos produtos de tabaco. Afirmam que as advertências podem mudar a percepção que se tem dos cigarros e outros derivados de tabaco, especialmente entre adolescentes e adultos, e motivar entre os consumidores de tabaco o abandono do consumo. É salientado ainda pelo INCA (2010) que, quando as advertências são bem visíveis e imagens das conseqüências do tabagismo, representam um componente fundamental dos programas nacionais, principalmente pelo fato de alcançar a população de menor escolaridade, público este em que o tabagismo está concentrado.

Alguns discursos da indústria de tabaco apresentados pelo INCA (2010):

Aquilo que os consumidores percebem se baseia no *design* da embalagem, nos pontos de venda e nos tipos de uso. [...] A marca do cigarro se constrói no pacote, na identificação que as pessoas têm. [...] Fora do pacote, os cigarros são praticamente iguais. [...] Cores e atributos devem transparecer ao cigarro, como uma extensão visível da personalidade da marca e do consumidor. [...] (Philip Morris, 1989).

Nosso veículo final de comunicação com nosso consumidor é o próprio pacote. A forma de qualquer outra mensagem de mercado é nossa embalagem [...] é a única forma de comunicação da essência de nossa marca. [...] quando não se conta com mais nada, nossa embalagem é nossa técnica de mercado. [...] (The Philippine tobacco industry)

O INCA descreve o discurso da indústria do tabaco no sentido de demonstrar o conflito ideológico entre a referida entidade com a instituição, em que cada qual tem argumentos ideológicos antagônicos.

Argumenta que, no caso das embalagens, diferentemente de outros produtos que se descartam depois de abertos, o cigarro geralmente é conservado no pacote para consumir todas as unidades. O pacote permanece 24 horas por dia com os consumidores de tabaco, que levam para todos os locais exibindo continuamente. Por esta razão as embalagens funcionam como um meio de publicidade e permitem

grande visibilidade pública ao produto. As embalagens são utilizadas também para criar uma percepção do produto, a cor, a forma, as letras do pacote comunicam perfeitamente a marca, classe, o gosto, a sensação esperada (INCA, 2010).

De acordo com o INCA (2010), a indústria do tabaco, no decorrer dos anos, conseguiu por meio de seu discurso ideológico desenvolver uma imagem de que a “marca” do cigarro também é uma forma do fumante transmitir seu estilo e imagem. Nesta ideologia, os jovens são induzidos pelas estratégias de propaganda a expressar um ideal da própria imagem mediante a marca que escolhem. Esta afirmação se comprova nos pontos de venda em que existem expositores completos, onde os pacotes dos produtos são cuidadosamente ordenados e aparecem ao lado de anúncios que vinculam imagens positivas com o produto que promovem.

É descrito que os fabricantes de cigarros sabem muito bem que é fundamental (para os negócios da indústria) que alguém prove seu primeiro cigarro logo na adolescência. Em vários documentos “secretos” internos da indústria do tabaco abertos por ordem judicial, diferentes companhias da indústria evidenciam que conhecem a importância das técnicas de mercado direcionadas aos jovens como estratégia de “sobrevivência de mercado”. Cita o INCA (2010):

Para que a companhia sobreviva e prospere em longo prazo, devemos conseguir uma parcela do mercado jovem. [...] Assim mesmo, necessitamos elaborar novas marcas que sejam particularmente atrativas para o jovem fumante e ao mesmo tempo agradem a todos fumantes [...]. Quem nos dera estas situações pudessem ser melhor abordadas considerando-se os fatores que influenciam os possíveis novos fumantes a provar o cigarro, aprender a fumar e tornarem-se fumantes definitivos (RJ Reynolds, 1973).

Os fabricantes têm informações de pesquisas realizadas por suas respectivas empresas. Afirma que o primeiro contato do cigarro com os adolescentes é uma experiência desagradável devido ao sabor do produto. Com o objetivo de diminuir esta aversão, os fabricantes trabalham ativamente recorrendo a simbolismos próprios da adolescência para incentivar os adolescentes a provar o cigarro e a usá-lo como “passaporte” para ao mundo adulto (INCA, 2010).

O INCA (2010) apresenta o seguinte discurso da indústria:

O primeiro cigarro é uma experiência ruim para o principiante. Para que o fumante principiante tolere as sensações desagradáveis (do primeiro cigarro), temos que mostrar motivos psicológicos. Fumar um cigarro para o principiante é um ato simbólico. “Eu não sou mais o menino da mamãe, sou forte, aventureiro, independente”. [...] À medida que o efeito do simbolismo psicológico diminui, o efeito

farmacológico assume a função de manter o hábito. (Philip Morris, 1969)

O INCA é enfático no seu discurso de que “Tabagismo é um grande problema de saúde pública”. Argumenta utilizando dados e informações dos males do tabagismo e das estratégias mercadológicas da indústria que incentivam o consumo. Conforme já observado anteriormente o tipo de discurso do setor de saúde pública é marcado pelo paradigma disjuntor-redutor, que se torna perceptível devido ao amplo predomínio dos dados quantitativos. Historicamente, a estatística tem sido usada pelos órgãos governamentais para controlar a população em determinados territórios, e no caso do INCA o “controle” do tabagismo ocorre em primeira instância pela adesão à ideologia segundo a qual os números expressam sinteticamente a própria realidade (enfoque objetivista, ou seja, positivista).

Assim, o INCA insiste na descrição da realidade por intermédio de números: o tabagismo é fator causal de quase 50 diferentes doenças incapacitantes e fatais, respondendo por 45% de mortes por infarto do miocárdio, 85% das mortes por doença pulmonar obstrutiva crônica (enfisema), 25% das mortes por doença cérebro-vascular (derrames) e 30% das mortes por câncer. Salaria que 90% dos casos de câncer de pulmão ocorrem em fumantes. Desencadeia e potencializa condições como hipertensão e diabetes, aumenta o risco das pessoas desenvolverem e morrerem por tuberculose (INCA, 2010).

O INCA diz que tabagismo está classificado na Décima Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), no grupo de transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de substância psicoativa. A nicotina do tabaco causa dependência química similar à dependência de drogas como cocaína e heroína. O tabagismo também pode ser considerado uma doença pediátrica, pois a idade média da iniciação é 15 anos de idade (INCA, 2010).

Outro discurso do INCA é que “Tabagismo passivo mata”. Justifica tal discurso argumentando que, mesmo pessoas que não fumam correm sérios riscos quando submetidas ao tabagismo passivo em ambientes fechados. Estes indivíduos possuem um risco 30% maior de desenvolverem câncer de pulmão, 25% maior de desenvolverem doenças cardiovasculares além de sinusite, asma, pneumonia entre outras enfermidades provocadas pelo tabaco (INCA, 2007; 2010; WHO, 2009, OPAS, 2010, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

Neste sentido, ainda é reforçado que o tabagismo passivo é a terceira ocorrência de morte evitável no mundo e o maior responsável pela poluição de ambientes fechados. Enfatiza-se ainda que não existe sistema de ventilação para ambientes fechados que seja eficiente para eliminar a exposição às substâncias tóxicas da fumaça ambiental do tabaco nem seus riscos (INCA, 2010).

No que tange às determinantes sociais do tabagismo o INCA (2007; 2010) enfatiza “o tabagismo é uma epidemia construída por um comércio alimentado por várias estratégias para aumentar o consumo dos produtos de tabaco”.

Conforme informações do INCA (2010; 2007, *website*); WHO (2009, *website*); OPAS (2010, *website*) são as seguintes estratégias:

- a) Propaganda e promoção – para atingir adolescentes associando imagens positivas ao produto e ao ato de fumar.
- b) Baixo preço dos produtos – os baixos preços junto com propagandas facilitam e estimulam a iniciação entre crianças e adolescentes.
- c) Facilitação do acesso aos produtos – o grande número de pontos de venda, colocação dos produtos em prateleiras de supermercados e lojas de conveniência; venda de cigarros avulsos ou em máquinas automáticas de venda, facilitam o acesso e dificultam o controle de venda à menores de idade.
- d) Mercado ilegal (contrabando e falsificação) – o mercado ilegal coloca no mercado produtos ainda mais baratos e dificulta o controle do acesso aos produtos por menores de idade.
- e) *Lobby* econômico e político – visando incentivos fiscais e impedir medidas para reduzir o consumo. A prática de grandes transnacionais de cigarro de buscar incentivos fiscais junto aos governos ajuda na redução de custos de produção e na redução dos preços dos produtos junto aos consumidores; a prática de *lobby* junto a governantes, políticos e legisladores visa criar um clima de boa vontade com o negócio de tabaco e interferir na adoção de medidas para controle do tabagismo.

A globalização de tais estratégias desta indústria transnacional faz com que o consumo de tabaco continue a crescer globalmente, principalmente nos países semi-periféricos.

A dinâmica livre do mercado globalizado possibilita que as empresas transnacionais de tabaco gerem um ágil *deslocamento* dos investimentos de países ricos para os países pobres, na medida em que os primeiros têm adotado medidas progressivamente mais rigorosas para minimizar o tabagismo e o impacto das doenças crônicas tabaco-relacionadas sobre seus sistemas de saúde (INCA, 2007; 2010).

A ideologia de que o tabaco é “um entrave para o desenvolvimento” também é destacada na concepção do INCA. No mundo e no Brasil, o tabagismo se concentra cada vez mais em populações de menor escolaridade e renda. Por terem dependência da nicotina (substância presente no cigarro), muitas famílias desembolsam parte da renda na compra de produtos derivados de tabaco (cigarros, cigarrilhas, charutos, etc). A incapacitação ocasionada pelas doenças relacionadas ao tabaco gera perdas de produtividade e como consequência excluem muitos chefes de família do mercado de trabalho. Tabaco e pobreza formam um círculo vicioso, do qual é difícil livrar-se, diz o INCA, a menos que os fumantes sejam motivados de alguma forma e apoiados a abandonar o consumo (BRASIL, 2004; INCA, 2010; INCA, 2007; WHO, 2009, OPAS, 2010, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

Da mesma maneira que a BAT/Aliados a OMS/Aliados interpreta-se os discursos apresentados ideologia que visa a legitimação. Entretanto, cabe ressaltar que a ideologia do setor de saúde pública está mais marcada pela ciência do que a ideologia do setor da indústria de tabaco. Os discursos de ambos estão inseridos no paradigma disjuntor-redutor, no enfoque positivista, fazendo da tecnociência uma de suas principais armas, mas é o setor de saúde pública que mais recorre à ciência (especialmente à epidemiologia) e, portanto, para uma melhor compreensão de sua ideologia, faz-se necessário abordar o aspecto epistemológico.

Além disso, caberia questionar criticamente a política dos órgãos de saúde pública ao assumirem como atribuição sua a propaganda institucional voltada para as “advertências” contra o consumo de cigarro. Na medida em que o próprio Estado assume o papel que, por lei (Código de Defesa Consumidor), deveria ser do fabricante, comunicando os riscos do consumo de seus produtos, o Estado degrada a democracia ao beneficiar um setor industrial, colocando-o acima da lei. Entretanto, se considerarmos as históricas relações de interesses convergentes entre o Estado brasileiro e a indústria de tabaco, pode-se compreender os motivos desta contradição flagrante. As convergências de interesses políticos, aliás, reforçam as convergências existentes em termos paradigmáticos, conforme foi evidenciado nesse estudo.

CONCLUSÕES

Apresentam-se a seguir as conclusões sobre a pesquisa desenvolvida, as limitações e recomendações para possíveis estudos.

O objetivo central deste estudo foi compreender as manifestações, no Brasil, dos discursos ideológicos do setor da saúde representada pela OMS e Aliados governamentais *versus* Indústria do Tabaco, representados pela BAT/Souza Cruz e aliados em relação à produção e comercialização de tabaco após vigência da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT) no ano de 2005. Os principais discursos ideológicos dos setores/organizações estudadas foram identificados e descritos, identificando-se as relações dos mesmos com alguns dos conceitos de ideologia de Thompson, principalmente, mas também com a abordagem epistemológica de Morin.

No início do estudo minha visão sobre este confronto ideológico era muito limitada, pois eu apenas tinha acesso as informações que vinculavam a mídia televisiva e dados abstratos de ambos os lados (OMS e BAT/Souza Cruz). A visão e percepção que possuía da indústria do tabaco era marca pela contribuição econômica que a mesma trazia para nosso país, no sentido de gerar empregos, impostos, divisas, renda, mesmos sabendo que esta indústria produz um produto perigoso para a saúde humana, para o meio ambiente e para a sociedade. Admirava a iniciativa do setor no que tange à responsabilidade socioambiental, por meio de seus programas de reflorestamento, Clube da Árvore e incentivo aos filhos dos produtores de irem à escola. No mesmo sentido, eu não conhecia as ações da OMS e principalmente seus aliados no Brasil. Foi muito revelador entender como ocorre a ação contra o uso de tabaco pela OMS e seus aliados, e como se manifesta o confronto ideológico entre a entidade e a indústria do tabaco.

A evolução/transformação do mercado mundial tem sido condicionada por um ambiente institucional desfavorável e por fatores restritivos ao consumo do tabaco. O mercado teve transformações estruturais associadas às mudanças de hábitos nos países semi-periféricos, ao contexto avesso e às estratégias abraçadas pelas principais empresas da indústria do tabaco para encarar a situação. A demanda por tabaco em países mais ricos têm sido reduzida (BUAINAIN *et al*, 2009), enquanto aumenta em outros países (Rússia e China). Amplia-se a procura

por matéria-prima de qualidade superior e a exigência do mercado consumidor, expressas em normas técnicas que exigem mais controle das fontes de suprimentos e do processo de produção desde o produtor até o produto acabado (Sistema Integrado de Produção).

No que se refere à indústria do tabaco, mais precisamente a BAT/Souza Cruz, diversas estratégias, legais e ilegais, pró-ativas e reativas são elaboradas no confronto ideológico, sempre focando a defesa do setor. É notável a capacidade de resposta criativa da indústria do tabaco contra a OMS e aliados, como, exemplo a formulação de filtro para cigarro (em que a indústria alega “proteger” seus consumidores) e a formação de alianças estratégicas (SINDITABACO e ABIFUMO).

A indústria do tabaco, com seus discursos e manifestações, se vangloria de contribuir para o Governo por meio de impostos que recolhem aos cofres públicos. Entretanto considero esta ideologia uma visão simplista do paradigma dominante diante da complexidade da situação. Existem poucas dúvidas de que, com todo conhecimento científico acumulado, os malefícios provocados pelo tabagismo e pela produção de tabaco, muito provavelmente se o seu desenvolvimento iniciasse atualmente a produção e a venda seriam ilegais. Neste sentido, penso que sua legalidade é decorrência de um erro histórico, que força os governos de diferentes partes do mundo a encorajarem uma importante decisão, ou seja, vetar ou não o uso do tabaco.

Com esta situação, a alternativa para os governos é investir em ações de conscientização de toda população, com planos para inibir a iniciação, ajudar os fumantes a parar de fumar e combater as estratégias das indústrias de tabaco, que têm o objetivo de maximizar o consumo de seus produtos. Apesar de a OMS e aliados estarem combatendo as ações da indústria do tabaco, percebe-se que há instâncias governamentais (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério da Fazenda, Ministério Trabalho e Emprego, etc) que historicamente defendem interesses favoráveis à manutenção da indústria de tabaco. A implementação da CQCT é dificultada também pela forma de atuação de tais ministérios: burocrática e distante da população.

A CQCT tem servido como motivo para uma atuação conjunta de vários ministérios e secretarias de governo. Por esta razão o Ministério da Saúde tem feito esforços para articular um Programa de Controle do Tabagismo intersetorial e

abrangente. O Brasil é um país cuja implementação da CQCT é estratégica para a OMS, por ser o líder mundial em exportações e contar com uma experiência significativa de combate ao tabagismo.

As baixas no consumo por ano per capita de cigarros entre 1980 e 2004, que são resultados do inquérito nacional, indicam uma importante baixa da prevalência de fumantes. Conforme o INCA existe um alto grau de consciência da população no que se refere os riscos do tabaco/tabagismo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009; INCA, 2010).

O cenário descrito acima pode indicar que os estágios já alcançados e os desafios que ainda serão enfrentados podem depender do envolvimento constante e efetivo de todas as áreas sociais, governamentais e não-governamentais. Afinal, o tabagismo é uma doença cujo controle não depende da existência de antibióticos, vacinas e sim da vontade da sociedade como um todo.

As modernas estratégias de marketing e a tecnociência utilizada tanto pela indústria quanto pelo setor de saúde são compreensíveis quando se considera a influência do paradigma dominante (disjuntor-redutor). Tal paradigma não permite pensar a unidade na diversidade ou a diversidade na unidade, somente possibilita pensar unidades abstratas ou diversidades também abstratas, porque não são coordenadas. O confronto ideológico entre setor da saúde pública *versus* indústria do tabaco é também um confronto entre paradigmas socioculturais e científicos, no sentido de que estão envolvidas variáveis econômicas, culturais, jurídicas, sociopolíticas, biomédicas e ecológicas.

As transnacionais do tabaco cada vez mais incorporam em seus discursos a Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Com a *unificação* dos mercados e a redução/queda das barreiras comerciais as empresas se viram pressionadas a competir de uma maneira diferente da tradicional. A RSE tornou-se um assunto de grande relevância e por força da legislação e de processos judiciais nos EUA e Europa a indústria do tabaco revisou seu discurso passando a assumir com moderação que o cigarro poderia trazer riscos ao consumidor. Neste sentido busca recuperar a imagem desgastada investindo em RSE.

Percebeu-se no estudo que existe um contra-senso em pensarmos a compatibilidade entre indústria do tabaco e RSE, já que, quanto mais produtos oriundos do tabaco são comercializados, pior é a saúde pública. A forma pela qual a indústria opera atualmente leva a concluir que a mesma não tem legitimidade moral

e ética para apresentar-se como uma empresa responsável socialmente. Entretanto, com suas estratégias de marketing e tecnociência, está sendo muito eficaz na apropriação de conceitos de responsabilidade social.

É confuso o discurso da indústria do tabaco em relação à responsabilidade social, já que o consumo de seu produto é causa de mortes e doenças, redução de produtividade, de restrição da liberdade (dependência química) e, portanto, também da cidadania.

Como as indústrias do tabaco podem conciliar o principal foco (lucro máximo com produção e comercialização de um produto letal) com discursos de RSE, valores éticos, respeito aos consumidores, funcionários, meio-ambiente e sociedade? O discurso segundo o qual a indústria mantém práticas comerciais transparentes, chamando os atores sociais interessados no negócio para o diálogo, é contrariado por inquéritos públicos e testemunhos legais em tribunais de vários países do mundo, que mostram as estratégias e ações das empresas do tabaco para camuflar o caráter letal dos seus produtos, atrapalhar ações de proteção da saúde pública e apagar evidências incriminadoras. Penso que as companhias de tabaco, assim como indústrias de armas, não são como as outras organizações. Mesmo os produtos derivados do tabaco sendo legais, são letais, ou seja, o tabaco é o único produto disponível aos consumidores que mata metade de seus consumidores habituais. Neste sentido fica claro que o paradoxo no discurso da indústria existe e as estratégias de RSE das empresas deste setor de atividade não podem estar no mesmo nível de outras indústrias de bens de consumo.

Caberia também questionar a contribuição das universidades em relação a este confronto entre o setor da saúde e a indústria de tabaco, já que nelas é predominante a orientação disciplinar e não inter ou transdisciplinar. Há um paradigma dominante, o disjuntor-redutor, que favorece a manutenção de políticas públicas com baixa efetividade. Embora a história da especialização disciplinar não dê mostras de recuo e, em si mesma, não seja problemática, cabe observar que ela também tem efeitos colaterais, como a hiperespecialização, que enfatiza o fechamento do horizonte de pesquisa e o seu isolamento em relação às preocupações públicas. Quando o cientista deixa sua condição de cidadão em segundo plano para trabalhar como consultor da indústria de tabaco, ou quando faz pesquisa que encobre ideologicamente as responsabilidades legais, sociais e éticas das empresas, reafirma-se o paradigma disjuntor-redutor. O mesmo poderia ser dito

em relação aos trabalhos técnico-científicos que promovem o isolamento burocrático entre os ministérios e entre estes e a sociedade civil. Nos dois casos a razão instrumental se afirma como apolítica, encobrendo uma opção paradigmática que tem efeitos políticos de manutenção do *status quo*.

Conforme apresentado no Capítulo 2 foram identificadas obras recentes sobre o tema em questão, pois foi, como apontado no objetivo geral, optou-se por coletar dados bibliográficos recentes. Na pesquisa realizada, percebeu-se na bibliografia um caráter ideológico próximo ao da OMS e aliados. A exceção foi o estudo de Aversa (2006), que enfatizou as vantagens do sistema de *accountability* para a indústria.

No Capítulo 3 buscou-se descrever os discursos ideológicos da indústria do tabaco. Foi constatada nos discursos desta indústria uma predominância do paradigma dominante (disjuntor-redutor) e a ideologia da empresa social ambientalmente responsável. Os discursos ideológicos, pela perspectiva de Thompson (2007), são reconhecidos como *legitimação* e *dissimulação*.

O Capítulo 4 traz os discursos do setor de saúde pública. Percebeu-se na pesquisa que a atuação da OMS e de aliados se intensificaram nos últimos anos, no sentido de combater as estratégias e discursos da indústria do tabaco, especialmente com a descoberta de documentos secretos das empresas, conforme a obra *The Cigarette Papers*. Os discursos da OMS e aliados fundamentam-se intensamente em dados e informações de pesquisas com foco nos efeitos e riscos do consumo do tabaco, limitados ao paradigma disjuntor-redutor, com amplo domínio de metodologia quantitativa.

Outro aspecto do confronto ideológico entre as entidades é a forma com que a BAT/Souza Cruz busca convencer o agricultor a continuar seu trabalho. Por meio de discursos técnicos e mercadológicos convencem os fumicultores a plantar o tabaco de forma duradoura, fazendo do cultivo deste produto sua atividade principal, o que tem inúmeras conseqüências negativas para os agricultores e para o meio ambiente. A indústria busca convencer os agricultores de que detém os conhecimentos sobre todas as alternativas mercadológicas e técnicas e que está sempre à disposição para ajudá-lo a ser um agricultor empreendedor. O confronto ideológico da indústria do tabaco com o setor saúde está em rápida evolução e tem

mobilizado também a sociedade civil, com destaque especial para a Aliança de Controle do Tabagismo – ACTbr¹³.

A limitação principal da pesquisa poderia ser resumida como ausência de pesquisa empírica. Entretanto, cabe observar que, para o tipo de pesquisa bibliográfica e documental escolhido, a pesquisa empírica não é um complemento indispensável.

Para estudos futuros, sugere-se a realização de pesquisa mais aprofundada com dados primários, escolhendo atores chaves das entidades estudadas para entrevista em profundidade, considerando-se não somente os principais atores do confronto, mas também os atores emergentes, vinculados à sociedade civil.

¹³ Para maiores informações consultar a dissertação de Zimmermann (2009).

REFERÊNCIAS

ACCOUNTABILITY 1000 (AA 1000). **Estrutura:** norma, diretrizes e qualificação profissional. Documento básico da norma para uso na contribuição brasileira para a AA 1000. São Paulo: Versão Preliminar, 1999.

ACTbr. **A história do tabaco.** Disponível em: <<http://actbr.org.br/tabagismo/historico.asp>> Acesso em: 9 fev. 2009.

AFUBRA. **Fumicultura mundial.** Disponível em: <<http://www.afubra.org.br>> Acesso em: 8 jul. 2009.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ARANHA, M.L; MARTINS, M. H. **Filosofando:** introdução à filosofia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.

AVERSA, M. **O processo de accountability como estratégia de negócio:** o caso da Souza Cruz e a implantação da norma AA 1000. Dissertação de mestrado em administração. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), 2006.

BARBOSA, L. **Sociedade de Consumo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, A. N.; DE PAULA, A. P. P. A organização social como manifestação de projetos políticos: Revendo o estatuto dos movimentos sociais nos estudos organizacionais. *In: ENCONTRO NACIONAL ANUAL DA ANPAD*, Rio de Janeiro, XXXII, Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

BAT. **Who We Are.** Disponível em: <http://www.bat.com/group/sites/uk__3mnfen.nsf/vwPagesWebLive/DO52ADCY?opendocument&SKN=1> Acesso em: 22 de jan. 2008a.

_____. **Global Tobacco Market.** Disponível em: <http://www.bat.com/group/sites/uk__3mnfen.nsf/vwPagesWebLive/DO6Z2EUD?opendocument&SKN=1> Acesso em: 22 de jan. 2008b.

_____. **History.** Disponível em: <http://www.bat.com/group/sites/uk__3mnfen.nsf/vwPagesWebLive/DO52ADCY?opendocument&SKN=1> Acesso em: 05 de jan. 2009.

BECK, U. **The risk regime:** how the work society is becoming risk society. *In: The brave new world of work.* Cambridge, UK : Polity Press, 2000.

BIOLCHI, M. A. **Contexto Rural:** A cadeia produtiva do fumo. Revista do Departamento de Estudos Socioeconômicos (DESER), a.v, n. 5, julho de 2005.

BOEIRA, S. L. **Atrás da cortina de fumaça. Tabaco, tabagismo e meio ambiente:** estratégias da indústria e dilemas da crítica. Itajaí: editora UNIVALI, 2002.

_____. Indústria do tabaco está acima da lei? *In: Fórum de direito urbano e ambiental*, Belo Horizonte, v.8, n.49, 2010.

_____. Indústria do tabaco vs. Organização Mundial de Saúde: um confronto histórico entre redes sociais de stakeholders. *In: Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*, Florianópolis, v.4, n.1, 2007.

_____. **Indústria do tabaco e Cidadania:** confronto entre redes organizacionais. *In: Revista de Administração de Empresas - RAE*, São Paulo, v.46, n.3, p. 28-41, 2006.

_____. **Concepções e características da ideologia.** Material didático (Apostila), 2007a.

_____. **Ideologias, teorias, racionalização e racionalidades em Edgar Morin.** Material didático (Apostila), 2007b.

BOEIRA, S. L.; CUNHA, C. R. **Souza Cruz: História e ideologia contemporânea sobre responsabilidade social.** Relatório de pesquisa do PIBIC. Biguaçu: Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), 2007a.

_____. **Souza Cruz: História e ideologia contemporânea sobre responsabilidade social.** Artigo, 2010.

BOEIRA, S. L.; VIEIRA, P. F. H. Estudos organizacionais: dilemas paradigmáticos e abertura interdisciplinar. *In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.) Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos.* São Paulo: Saraiva, 2006.

BONATO, A. A. **A fumicultura no Brasil e a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco.** DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. Curitiba: Deser, 2007.

BRASIL. **Tabaco e pobreza, um círculo vicioso. A Convenção-Quadro de Controle do Tabaco:** uma resposta. Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M.; SERIGATI, F.C; CALIXTO, L. L. **Agricultura, instituições e desenvolvimento sustentável:** organização e funcionamento do mercado de tabaco no sul do Brasil. São Paulo: Editora UNICAMP, 2009.

BUNGE, M. **Epistemologia:** curso de atualização. São Paulo: Editora da USP, 1980.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. L.; BRITO, M. J. M. Relações de gênero e de poder: Repensando o masculino e o feminino nas organizações. *In: ENCONTRO NACIONAL ANUAL DA ANPAD*, Salvador, XXVI, Anais... Salvador: ANPAD, 2002.

CARDOSO, G. **Pequena propriedade no novo milênio: análise e sugestões para viabilidade.** Souza Cruz, s/d.

CARROLL, A. **A Three dimensional conceptual model of corporate performance.** *Academy of Management Review*, v. 4, p.497-505, 1979.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTE, M. **O Controle do tabagismo no Brasil: avanços e desafios.** *In: Revista de Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v.32, n.5, p.283-300, 2005.

CAVALCANTE, T.; PINTO, M. **Considerações sobre tabaco e pobreza no Brasil: consumo e produção de tabaco.** Artigo. 2005.

_____. **Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct.** *Business and Society*, n. 38, p. 268-295, 1999.

_____; BUCHHOLTZ, A. **Business and society: ethics and stakeholder management.** 4. ed. Cincinnati: South-Western College, 2000.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: O discurso competente e outras falas.** São Paulo: Cortez, 2007.

CHRISTOFFOLI, P. I. Comportamento ideológico e formas associativas de organização e gestão do trabalho em assentamentos de reforma agrária. *In: ENCONTRO NACIONAL ANUAL DA ANPAD*, Florianópolis, XXIV, Anais... Florianópolis: ANPAD, 2000.

COMTE, A. **Discurso sobre o espírito positivo.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

CORRÊA, G. N. **Proposta de integração de parceiros na formação e gerência de empresas virtuais.** Tese (Doutorado em Engenharia). Escola de Engenharia de São Carlos – USP, São Carlos, 1999.

DE GEORGE, R. The status of business ethics: past and future. *Journal of Business Ethics*, n. 6, p. 201-212, 1987.

DELFINO, L. **Responsabilidade civil e tabagismo no código de defesa do consumidor.** Minas Gerais: Del Rey, 2002.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2000.

DESER. **Fumo e fumicultura.** Disponível em: <<http://www.deser.org.br>> Acesso em: 2 mar. 2009.

DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Orgs.) **Redes, sociedades e territórios**. 2ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence and implications. **Academy of Management Review**, n. 20, p. 65-91, 1995.

DÓREA, A. J. P.; BOTELHO, C. **Fatores dificultadores da cessação do tabagismo**. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, n. 30 (2), 2006.

DURKHEIM, E. **Regras para o Método Sociológico**. São Paulo: Nacional, 1976.

EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 1997.

ENRIQUEZ, E. **A Organização em Análise**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

EPA. **Relatório da OMS diz que só 5,4% vivem livre da fumaça do cigarro**. Disponível em: <http://www.google.com/hostednews/epa/article/ALeqM5gKlrlAxUquMOu0gl_cdB7a_cl1Yg?index=0> Acesso em: 06 fev 2010.

ETGES, E.; FERREIRA, M. A. F. **A produção do tabaco**: impacto no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul – RS. Rio Grande do Sul: EDUNISC, 2002.

FARIA, J. H.; MENEGHETTI, F. K. Bacon versus Tragtenberg: “(Sem) saber e (Com) poder” nos estudos organizacionais. *In: ENCONTRO NACIONAL ANUAL DA ANPAD*, Rio de Janeiro, XXXII, Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

FARIA, J. H.; MENEGHETTI, F. K. O seqüestro da subjetividade e as novas formas de controle psicológico no trabalho: Uma abordagem crítica ao modelo toyotista de produção. *In: ENCONTRO NACIONAL ANUAL DA ANPAD*, Campinas, XXV, Anais... Campinas: ANPAD, 2001.

FARIA, J. H.; MENEGHETTI, F. K. Dialética negativa: Adorno e o atentado contra a tradição epistemológica nos estudos organizacionais. *In: ENCONTRO NACIONAL ANUAL DA ANPAD*, Rio de Janeiro, XXXI, Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

FARIA, A.; SAUERBRONN, F. F. A responsabilidade social é uma questão estratégica? Uma abordagem crítica. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v. 42, p. 8-33, 2007.

FCTC. **A guide to domestic implementation**: Of The Framework Convention On Tobacco Control (FCTC). Alliance For Tobacco Control. Geneva Switzerland: Framework Convetion Alliance, 2006.

FERREL, O. C. **Ética Empresarial**: dilemas, tomada de decisões e caso. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001.

FLORES, R. K. Acerto de contas com a administração: Uma reflexão a partir de Tragtenberg, Motta e Guerreiro Ramos. *In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS*, Porto Alegre, IV, Anais... Porto Alegre: ENEO, 2006.

FOUREZ, G. A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: UNESP, 1995.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GLANTZ, S. *et al.* **The cigarette papers**. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1996

GODOY, A. S. Estudo de Caso Qualitativo. *In* GODOI, C. K. SILVA, A. B. MELLO, R. B. de. (org) *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. Cap. 4. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOI, C. K. SILVA, A. B. MELLO, R. B. de. (org). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. PIERSON, C. **Conversas com Anthony Giddens**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

GRANDORI, A.; SODA, G. **Inter Firm Networks: Antecedents, Mechanism and Forms**. *Organization Studies*, 16/2, 1995.

GRAY, B. WOOD, J. **Collaborative alliances: Moving from practice to theory**". *Applied Behavioral Science*, vol. 27, number 1 and 2, March/June, 1991.

GUIVANT, J. S. Prefácio. *In*: BOEIRA, S. L. **Atrás da cortina de fumaça. Tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica**. Itajaí: editora UNIVALI, 2002.

GULATI, R. **Alliances and networks**. *Strategic Management Journal*, v. 19, p. 293-317, 1998.

GULATI, R.; NOHRIA, N.; ZAHEER, A. **Strategic networks**. *Strategic Management Journal*, v. 21, p. 203-215, 2000.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como "ideologia"**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1997.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: tabagismo 2008**. Rio de Janeiro. 2008.

IGLESIAS, *et al.* **Controle de tabagismo no Brasil**. Washington, USA: The World Bank, 2007.

INCA. **Tabagismo no Brasil**. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/tabagismo>> Acesso em: 01 jun 2009.

_____. **Considerações sobre o tabaco e pobreza no Brasil**: consumo e produção de tabaco. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br>> Acesso em: 14 jan 2010.

_____. **História do INCA**. Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/conteudo_view.asp?id=235> Acesso em: 4 fev 2010.

_____. **O Instituto**. Disponível em: <<http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/sobreinca/site/oinstituato>> Acesso em: 04 fev 2010.

_____. **Tabagismo dados e números**. Disponível em: <<http://www1.inca.gov.br/tabagismo/frameset.asp?item=dadosnum&link=brasil.htm>> Acesso em: 04 fev 2010.

_____. **Publicações**. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/inca/Arquivos/publicacoes/tabagismo.pdf>> Acesso em: 04 fev 2010.

_____. **Las advertencias sanitárias como importante estratégia del control del tabaquismo em el Brasil**. Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/tabagismo/publicacoes/livro_advertencia_espanhol.pdf> Acesso em: 04 fev 2010.

_____. **Tabagismo um grave problema de saúde pública**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Câncer, 2007.

JESUS, D. de. **Código penal anotado**. São Paulo: Saraiva, 1989.

JOHNS, P.; CORRAL, T. **A sociedade civil organizada e a experiência de controle de tabaco do Brasil**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.actbr.org.br>> Acesso em: 17 fev. 2009.

JOHNS, P; MOTEIRO, A. **A responsabilidade social empresarial: A nova face da indústria do tabaco**. Rio de Janeiro: ACTbr, 2005.

KANT, I. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 1992.

KANTER, R. M.: **When giants learn cooperative strategies**. Planning Review, v.18, n.1, Jan/Feb, 1990.

KEANE, J. **Global civil society?** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KREITLON, M. A ética nas relações entre empresas e sociedade: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial. *In*: **ENCONTRO NACIONAL ANUAL DA ANPAD**, Curitiba, XXVII. Anais... Curitiba: ANPAD, 2004.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LAVALLE, A.G. **Cidadania, igualdade e diferença**. Lua Nova. 2003.

LEAL, A.P.; SCHMITT, E. C. Recursos Humanos e prática ideológica: Estudo de caso numa organização multinacional. *In: ENCONTRO NACIONAL ANUAL DA ANPAD*, Salvador, XXVI, Anais... Salvador: ANPAD, 2002.

LEON, M. E. **Uma Análise de Redes de Cooperação das Pequenas e Médias Empresas do Setor das Telecomunicações**. Dissertação Mestrado, Engenharia de Produção da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Dez., 1998.

LIMA, M.C. **A Engenharia da Produção Acadêmica**. São Paulo: Unidas, 1997.

LOWY, M. **Ideologias e ciência social: Elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1993.

MANIN, B. **Principles of Representative Government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTIN, L. R. **A matiz da virtude: cálculo do retorno sobre responsabilidade social das empresas**. *In: Ética e responsabilidade social nas empresas (Harvard Business Review)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MENEGHETTI, F. K.; TARGA, T. A. **A racionalização do mal nas organizações**. *In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS*, Porto Alegre, IV, **Anais...** Porto Alegre: ENEO, 2006.

MENDONÇA, L. E. C. História das empresas brasileiras: Tem espaço na academia? Questionamentos exploratórios e conclusões preliminares. *In: ENCONTRO NACIONAL ANUAL DA ANPAD*, Florianópolis, XXIV, Anais... Florianópolis: ANPAD, 2000.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: HUCITEC-BRASCO, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Principal**. Disponível em: <http://189.28.128.100/portal/saude/Gestor/area.cfm?id_area=378> Acesso em: 03 fev. 2010.

_____. **Histórico**. Disponível em: <http://189.28.128.100/portal/saude/Gestor/area.cfm?id_area=126> Acesso em: 03 fev. 2010.

_____. **Estrutura do Ministério da Saúde**. Disponível em: <http://189.28.128.100/portal/saude/Gestor/area.cfm?id_area=378> Acesso em: 03 fev. 2010.

_____. **Orientação e prevenção tabagismo.** Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=29479> Acesso em: 04 fev. 2010.

MORAIS, L. L. P. Vestindo a camisa: Aspectos ideológicos do uso da farda. Um estudo de caso em uma unidade policial. *In: ENCONTRO NACIONAL ANUAL DA ANPAD*, Rio de Janeiro, XXXI, Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2006.

MORENO, N. A. **A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias.** Tese de doutorado em programa de Pós Graduação em ciência da informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

MORGAN, G. **Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações.** *In: CALDAS, M.; BERTERO, C. O. (Coordenadores). Teoria das Organizações.* São Paulo: Atlas, 2007. p.12-33.

MORIN, E. **Cultura de Massas no Século XX.** Rio de Janeiro: Forense, 1967.

_____. **Para sair do século XX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. **Introdução ao Pensamento Complexo.** Rio de Janeiro: Instituto Piaget, 1991.

_____. **Ciência com consciência.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Ciência com consciência.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **O método 4.** As idéias: sua natureza, vida, habitat e organização. Portugal: Publicações Europa-América, 1991.

_____. **O método 3:** O conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 1999.

_____. **Da necessidade de um pensamento complexo.** *In: MARTINS, F. & SILVA, J. M. (Orgs.) Para navegar no século XXI.* 2. ed. Porto Alegre: Sulina e Edipucrs, 2000.

_____. **O método 4:** As idéias – habitat, vida, costumes, organização. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.

NARDI, J. B. **O fumo brasileiro do período colonial:** agricultura, comércio e administração. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NEIVA, E.R; DA PAZ, M. C. T. Percepção da influência pessoal no contexto do poder organizacional. *In: ENCONTRO NACIONAL ANUAL DA ANPAD*, Salvador, XXVI, Anais... Salvador: ANPAD, 2002.

OPAS. **OPAS/OMS Brasil.** Disponível em: <http://new.paho.org/bra/index.php?option=com_content&task=view&id=885&Itemid=672> Acesso em: 02 fev. 2010.

_____. **Países e representações.** Disponível em: <http://new.paho.org/bra/index.php?option=com_content&task=view&id=888&Itemid=673> Acesso em: 02 fev. 2010.

_____. **Termos de cooperação técnica.** Disponível em: <http://new.paho.org/bra/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=756&Itemid=610> Acesso em: 02 fev. 2010.

_____. **Efeitos do cigarro no corpo.** Disponível em: <<http://www.opas.org.br/sistema/fotos/POSTER.pdf>> Acesso em: 03 fev. 2010.

_____. **Dia mundial sem tabaco.** Disponível em: <<http://www.opas.org.br/mostrantp.cfm?codigodest=722>> Acesso em: 03 fev. 2010.

PAES DE PAULA, A.N.P. Tragtenberg revisitado: As inexoráveis harmonias administrativas. *In: ENCONTRO NACIONAL ANUAL DA ANPAD*, Florianópolis, XXIV, Anais... Florianópolis: ANPAD, 2000.

PENAFIEL, F. M. M.; VAN BELLEN, H. M. Ideologia ambientalista: Um estudo de casos múltiplos em quatro organizações não governamentais de Florianópolis - SC. *In: ENCONTRO NACIONAL ANUAL DA ANPAD*, Brasília, XXIX, Anais... Brasília: ANPAD, 2005.

PERDIGÃO, L. L.; DE PAULA, A. P. P. Ideologia e identidade profissional: A subjetividade e a construção social do policial. *In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS*, Belo Horizonte, V, Anais... Belo Horizonte: ENEO, 2008.

PEREIRA, I. M.; MISOCZKY, M. C. Peter Ducker e a legitimação do capitalismo tardio: Uma análise crítica de discurso. *In: ENCONTRO NACIONAL ANUAL DA ANPAD*, Salvador, XXX, Anais... Salvador: ANPAD, 2006.

RIBAUULT, M.; MARTINET, B.; LEBIDOIS, D. **A gestão das tecnologias.** Coleção gestão & inovação. Lisboa, Publicações: Dom Quixote, 1995.

ROEMER, R. **Accion legislativa contra la epidemia mundial de tabaquismo.** 2. ed. Ginebra: Organización Mundial de la Salud, 1995.

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica.** Porto Alegre: Sulina, 1986.

SANTOS, B. S. **Multiculturalismo e direitos humanos.** São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Um Discurso sobre as Ciências.** São Paulo: Cortez, 2003.

SCHEIBLER, J. L. **A emergência de fóruns reguladores globais: relações e conflitos entre atores locais no processo de regulação do tabaco.** Dissertação de mestrado em Faculdades de Ciências Econômicas. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, C. **Exercícios de poder: entre o planejamento estratégico e a banalização do mal.** *In: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre: UFRGS, 2007.*

SCHWARTZ, M.; CARROLL, A. **Integrating and unifying competing and complementary frameworks: the Search for a common core in the business and society field.** *Business Society*, v. 20, n. 10, p. 1-39, sept., 2007.

SILVEIRA, R. L. L. **Complexo agroindustrial do fumo e território: a formação do espaço urbano e regional no vale do Rio do Pardo – RS.** Tese de Doutorado para o Centro de Filosofia e Ciências Humanas do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2007.

SINDITABACO. **A entidade.** Disponível em: <<http://www.sinditabaco.com.br/?link=entidade>> Acesso em: 20 jan. 2010.

_____. **Sobre o setor.** Disponível em: <<http://www.sinditabaco.com.br/?link=social>> Acesso em: 20 jan. 2010.

_____. **Responsabilidade social.** Disponível em: <<http://www.sinditabaco.com.br/?link=social>> Acesso em: 22 jan. 2010.

_____. **A cultura do tabaco no sul do Brasil.** Publicação. Santa Cruz do Sul. 2009.

SKLAIR, L. **Sociologia do sistema global.** São Paulo: Vozes, 1995.

SLAIR, L. **“The transnational capitalist and the crises of global capitalism: the case of the tobacco industry”.** London School of Economics and Political Science. Capítulo de livro, versão preliminar, 1997.

SOGOCIO, M. P. S. C. **O Brasil adverte “fumar é prejudicial à saúde”:** análise do processo de ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Dissertação de mestrado do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores. Brasília: Instituto Rio Branco, 2008.

SOUZA, Y. S. Finalidade ou linguagem: Abordagens para o sentido da ação nos estudos organizacionais. *In: ENCONTRO NACIONAL ANUAL DA ANPAD*, Salvador, XXVI, Anais... Salvador: ANPAD, 2002.

SOUZA, C. M. L.; GOMES, M. V. P. A astúcia da consciência cínica: Contribuições para a crítica da ideologia em estudos organizacionais. *In: ENCONTRO NACIONAL ANUAL DA ANPAD*, Rio de Janeiro, XXXII, **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

SOUZA CRUZ. **Quem somos.** Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/OneWeb/sites/SOU_5RRP92.nsf/vwPagesWebLive/8>

0256DAD006376DD80256D87004457B0?opendocument&SID=&DTC=> Acesso em: 20 jan. 2010.

_____. **A empresa.** Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/OneWeb/sites/SOU_5RRP92.nsf/vwPagesWebLive/80256DAD006376DD80256D8700457BF1?opendocument&SID=&DTC=> Acesso em: 20 jan. 2010.

_____. **Valores e princípios.** Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/OneWeb/sites/SOU_5RRP92.nsf/vwPagesWebLive/80256DAD006376DD80256D8700457BF1?opendocument&SID=&DTC=> Acesso em: 20 jan. 2010.

_____. **Responsabilidade social.** Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/OneWeb/sites/SOU_5RRP92.nsf/vwPagesWebLive/D05QKMFx?opendocument&SID=&DTC=&TMP=> Acesso em: 20 jan. 2010.

_____. **Relatório social corporativo.** Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/OneWeb/sites/SOU_5RRP92.nsf/vwPagesWebLive/D05QKMFx?opendocument&SID=&DTC=&TMP=> Acesso em: 20 jan. 2010.

_____. **Nosso produto.** Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/OneWeb/sites/SOU_5RRP92.nsf/vwPagesWebLive/80256DAD006376DD80256D87006B91F4?opendocument&SID=&DTC=> Acesso em: 20 jan. 2010.

_____. **Fumo e saúde.** Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/OneWeb/sites/SOU_5RRP92.nsf/vwPagesWebLive/41582C9D438FCC01C12570B90046ABA0?opendocument&SID=&DTC=> Acesso em: 20 jan. 2010.

SOUZA, M.: **Cooperação Inter-empresas e difusão das inovações Organizacionais.** CTDE/ FECAMP/UNICAMP-IE, 1993.

TAPSCOTT, D.; TICOLL, D. **A empresa transparente.** São Paulo: M. Books, 2005.

TEIXEIRA, E. **O local e o global:** limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2001.

TELLES, M. M. M; TEIXEIRA, F. L. C. Aspectos de dominação e emancipação na gestão do conhecimento organizacional: O papel da tecnologia da informação. *In: ENCONTRO NACIONAL ANUAL DA ANPAD*, Salvador, XXVI, **Anais...** Salvador: ANPAD, 2002.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2007.

TOSCANO, M. P. A. **Formação do Regime Internacional de Controle do Tabaco:** 1995 a 2005. Dissertação de mestrado em relações internacionais. Brasília: UNB, 2006.

WHO. **Working for health:** An Introduction To The World Health Organization. WHO Library Cataloguing-in-Publication Data. Geneva Switzerland: World Health Organization, 2007.

WHO. **MPOWER:** Um plano de medidas para reverter a epidemia de tabagismo. Catalogação da biblioteca da OMS . Genebra - Suíça: Organização Mundial de Saúde, 2008.

WHO. **Data and statistics.** Disponível em: <<http://www.who.int/research/en>> Acesso em: 15 set. 2009.

VIEIRA, L. **Os argonautas da cidadania:** A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VOGT, O. P. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul - RS, 1849-1993.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.

ZIMMERMANN, M. **Convenção-Quadro para Controle do Tabaco:** perspectivas da fumicultura na região sul do Brasil. Dissertação de mestrado em programa de mestrado profissionalizante em gestão de políticas públicas. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, 2009.